

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Campus Marília

THIAGO BICUDO CASTRO

ARTHUR POERNER ENTRE ESTUDANTES E INTELLECTUAIS:
REPRESENTAÇÕES INTELLECTUAIS NO JORNAL *FOLHA DA*
***SEMANA* E NO LIVRO *O PODER JOVEM* (1965-1968)**

Marília

2016

THIAGO BICUDO CASTRO

**ARTHUR POERNER ENTRE ESTUDANTES E INTELLECTUAIS:
REPRESENTAÇÕES INTELLECTUAIS NO JORNAL *FOLHA DA
SEMANA* E NO LIVRO *O PODER JOVEM* (1965-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista/UNESP
– Campus Marília, como requisito para
defesa de mestrado em Ciências Sociais

Linha de Pesquisa: Determinações do
Mundo do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka

Marília

2016

Castro, Thiago Bicudo.

C355a Arthur Poerner entre estudantes e intelectuais (1965-1968): representações intelectuais no jornal *Folha da Semana* e no livro *O poder jovem* / Thiago Bicudo Castro. – Marília, 2016.

153 f. ; 30 cm.

Orientador: Rodrigo Czajka.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 147-153

1. Poerner, Arthur Jose, 1939-. 2. Brasil – Historia – Revolução - 1964. 3. Movimentos estudantis. 4. Nova esquerda (Ciência política) - Brasil. 5. Indústria cultural. I. Título.

CDD 306.2

Quando a História fizer o julgamento do governo Castelo e de sua política cultural a sentença condenatória será inevitável. E quando os historiadores do futuro quiserem fundamentar a condenação, só terão uma dificuldade: o excesso de provas.

(TERROR CONTRA A CULTURA,
FOLHA DA SEMANA, Rio de Janeiro, p.
13, 31 de mar. a 06 de abr./1966)

RESUMO

Em circulação entre os anos de 1965 e 1966, o jornal *Folha da Semana* teve um papel fundamental na articulação de inúmeros núcleos intelectuais e artistas dispersos pelo golpe em 1964. Um periódico que possibilitou a visibilidade de inúmeras questões referentes à organização da produção cultural das esquerdas intelectualizadas no processo de constituição da chamada “hegemonia cultural de esquerda”, no momento de recrudescimento da repressão militar na década de 1960. Muito embora este jornal não tivesse uma ampla inserção num espaço público de debates nem a visibilidade, da qual gozavam as casas editoriais, como a Revista Civilização Brasileira, é importante situá-lo como uma das organizações que trabalhavam em função da divulgação cultural e da contestação ao regime, portanto inserido numa rede de intelectuais e organizações oposicionistas, que produziam e reproduziam representações intelectuais sobre o mundo e sobre si mesmas. Estas representações pautaram, nos anos 1960, parte das discussões nos campos da cultura e da política, haja vista o exemplo que nos oferece o objeto desta pesquisa, o jornalista Arthur Poerner, que promoveu tais representações tanto em seu reconhecido livro sobre a história do movimento estudantil brasileiro *O Poder Jovem* quanto no período em que esteve à frente do jornal *Folha da Semana*.

Palavras-chave: Arthur José Poerner, Folha da Semana, O Poder Jovem, representações intelectuais, ditadura civil-militar.

ABSTRACT

In circulation between the years 1965 and 1966, the newspaper *Folha da Semana* played a key role in the articulation of numerous intellectuals and artists cores dispersed by military coup in 1964. A journal that allowed the visibility of many issues concerning the organization of cultural production of intellectualized left in the process called of constitution of "cultural hegemony of the left" in the upsurge of military repression in the 1960s. Although this paper did not have a wide insertion into a public space for discussion or visibility, which enjoyed the editorial houses, such as the magazine "Civilização Brasileira", it is important to place it as one of the organizations working on the basis of cultural dissemination and challenge to the regime, so on a network of intellectuals and opposition organizations, which produced and reproduced intellectual representations of the world and about themselves. These representations guided, in the 1960s, part of the discussions in the fields of culture and politics, in view of the example that gives us the object of this research, the journalist Arthur José Poerner, who promoted such representations both in their recognized book on the history of Brazilian student movement *The Youth Power* as in the period in which he led the newspaper *Folha da Semana*.

Keywords: Arthur José Poerner, Folha da Semana, The Youth Power, intellectual representations, civil-militar dictatorship.

RESUMÉ

Em circulant entre les années 1965 et 1966, le journal Folha da Semana avait un rôle fondamental dans l'articulation de nombreux noyaux intellectuels et artistes dispersés par le coup d'Etat en 1964. Un périodique qui a permis à la visibilité de nombreuses questions relatives à l'organisation de la production culturelle de la gauche intellectualisés dans le processus de la constitution d'appellée "l'hégémonie culturelle de la gauche", dans le moment de la recrudescence de la répression militaire dans les années 1960. Bien que ce journal n'eût pas eu une grande insertion dans l'espace public de débat ou de la visibilité, qui avait les maisons d'édition tels que le Magazine Civilização Brasileira est important de le placer comme l'une des organisations qui travaillaient sur la base de la promotion culturelle et de la contestation au régime, donc insérés sur un réseau d'intellectuels et d'organisations de l'opposition, qui produit et reproduit les représentations intellectuelles du monde et d'eux-mêmes. Ces représentations guidées, dans les années 1960, une partie des discussions dans les domaines de la culture et de la politique, étant donné l'exemple qui nous donne l'objet de cette recherche, le journaliste Arthur Poerner, qui a promu ces représentations à la fois dans leur livre reconnu sur l'histoire du mouvement l'étudiant brésilien O Poder Jovem comme la période qu'il a dirigé le journal Folha da Semana.

Mots-clé: Arthur José Poerner, Folha da Semana, O Poder Jovem, représentations intellectuelles, dictature civil-militaire.

AGRADECIMENTOS

Dirijo meus agradecimentos às pessoas que estiveram comigo durante todo o período em que estive às voltas com as obrigações do mestrado. São pessoas especiais que compõem meu pequeno círculo social cotidiano. Algumas que, por um motivo ou por outro, se afastaram, apenas um pouco e, outras, com quem tive o prazer de estreitar relações e iniciar uma nova caminhada. Todas elas, direta ou indiretamente, de uma forma ou de outra, têm participação neste trabalho que vos apresento.

A começar pelo meu orientador, Rodrigo Czajka, com quem tive a honra de trabalhar desde dos tempos da graduação. Intelectual que admiro, que muito me ensinou e, contribuiu com meu amadurecimento acadêmico. Sem sua contribuição, dificilmente eu teria conhecido meu objeto de pesquisa e minhas fontes.

Agradeço também aos amigos, Adair Simonato Jr., Antonio Fuzer, Eder Santos, Giselle Batista, Laryssa Omito, Mariana Bueno (que é também colega de grupo de pesquisa), Jonas Rangel (pelas conversas sobre os intelectuais), Rodrigo Gobbi, Isis Zion (pela companhia, carinho e paciência que teve comigo ao longo dos anos, pessoa especial por quem guardo muito afeto), Chapa (que não me deixa um dia sequer sem sorrir) e Ana Carolina Nascimento Silva (que já na reta final me trouxe um novo fôlego, novos sentimentos, novas perspectivas, *“I’d ride my poney right out of this one horse town”* com você).

Às professoras Dra. Miliandre Garcia (UEL) e Dra. Angélica Lovatto (UNESP), por comporem a banca de qualificação deste trabalho e por suas valiosíssimas contribuições, que busquei contemplá-las nesta versão final.

Aos professores Dr. Marcos Napolitano (USP) e Dr. Marcelo Totti (UNESP), por aceitarem o convite para comporem a banca de defesa desta dissertação, e pelas contribuições oferecidas nesta ocasião.

Aos meus familiares, que acreditam em mim.

Por fim, agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da minha pesquisa (processo: 2013/20677-5) na forma de concessão de bolsa e outros auxílios durante os anos dedicados à pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	11
1 – CULTURA, POLÍTICA E RESISTÊNCIA: O GOLPE DE 64 E OS IMPASSES POLÍTICOS DAS ESQUERDAS	20
1.1 – O golpe e as resistências	21
1.2 – Ato Institucional nº 2: repressão aos intelectuais	31
1.3 – A imprensa e o golpe	40
1.4 – O Jornal Folha da Semana: surgimento, IPM e invasão	43
1.5 – Mercado e resistência: as redes de intelectuais	47
1.6 – O <i>front cultural</i> e a Frente Ampla	53
2 – REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DAS ESQUERDAS NAS PÁGINAS DA FOLHA DA SEMANA: POERNER ENTRE OS INTELECTUAIS	72
2.1 – O papel político e ideológico das formações culturais na ditadura militar	73
2.2 – Representações intelectuais de esquerda na Folha da Semana	91
2.2.1 – Artes	92
2.2.2 – Esquerda católica	97
2.2.3 – Noticiário internacional em perspectiva comparada com o Brasil	100
2.3 – Atuação intelectual e luta contra a censura	102
3 – O “PODER JOVEM” E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL: POERNER ENTRE OS ESTUDANTES	115
3.1 – Impasses ideológicos e memória estudantil na obra O Poder Jovem	116
3.2 – A republicação	117
3.3 – Tipos e mitos	120
3.4 – Leu Suplicy de Lacerda e Acordos MEC-USAID: o AI-2 do movimento estudantil	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

RELAÇÃO DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AI – Ato Institucional
AI-1 – Ato Institucional nº 1
AI-2 – Ato Institucional nº 2
AI-3 – Ato Institucional nº 3
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CA – Centro Acadêmico
CPC – Centro Popular de Cultura
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CTI – Comando dos Trabalhadores Intelectuais
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEE – Diretório Estadual dos Estudantes
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPM – Inquérito Policial-Militar
JK – Juscelino Kubitschek
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação
OEA – Organização dos Estados Americanos
PC – Partido Comunista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RCB – Revista Civilização Brasileira
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNE – União Nacional dos Estudantes

INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de 1960 editoras, imprensas e gráficas mobilizaram-se na expansão do mercado de leitores alimentados, sobretudo, pelo impulso do movimento estudantil renovado pelos debates propostos antes mesmo do golpe civil-militar em 1964. Aliás, a própria União Nacional dos Estudantes (UNE) com os seus Centros Populares de Cultura (CPC) possibilitaram ao movimento estudantil uma articulação cada vez mais ampla no processo de formação de uma consciência política e de movimentos sociais. Isso se refletiu na consolidação de um público leitor/consumidor que, direta ou indiretamente, participou dos debates e integrou diversas *formações culturais* que fizeram oposição ao regime militar. Com o advento do golpe saem de circulação os *Cadernos do Povo Brasileiro* (editados por Ênio Silveira, Álvaro Vieira Pinto e dirigidos por Moacyr Félix), proibidos e colocados sob investigação no IPM do ISEB; a revista *Brasiliense* (editada e dirigida por Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto), além do periódico vinculado à UNE, *Jornal Movimento*. A partir de 1965 são postos em circulação a *Folha da Semana* (dirigida por Arthur Poerner), o *Pif-Paf* (dirigido por Millôr Fernandes), a revista *Tempo Brasileiro* (dirigida por Eduardo Portella) que interrompida em 1964 volta a circular em 1965, os *Cadernos Brasileiros* (dirigido por Afrânio Coutinho), a revista *Dados* (dirigida por Cândido Mendes), o jornal semanal *Reunião* (editado por Ênio Silveira e dirigido por Paulo Francis), a revista *Paz e Terra* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Félix), a revista de *Política Externa Independente* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Celso Furtado), a *Revista Civilização Brasileira* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Félix e Dias Gomes), entre tantas outras publicações.

O crescimento do número de publicações periódicas durante a primeira metade da década de 1960 deveu-se, sobretudo, a esse aspecto sócio-político importante: o fortalecimento de espaços de debates, a fim de dar continuidade aos projetos antes propostos no interior das instituições desmanteladas pelo golpe. Por outro lado, havia o aspecto sociocultural que permitiu fazer dessas publicações o “lugar” das discussões e dos debates antes em curso. Ora, uma publicação, diferentemente de uma instituição ou organização política oficial, precisava alcançar seu objetivo primordial – noutras palavras, ela precisava ser vendida. O valor de uma entidade ou de uma instituição estava garantido na sua existência concreta e na

sua atuação efetiva na sociedade; um livro, uma revista ou um jornal apenas representava esse valor no processo de recepção dos seus leitores (CZAJKA, 2010, p. 104). Tal como descreve Roberto Schwarz (2008).

[...] esta implantação teve também seu aspecto comercial – importante, do ponto de vista da ulterior sobrevivência – pois a produção de esquerda veio a ser um grande negócio, e alterou a fisionomia editorial e artística do Brasil em poucos anos. [...] A vida cultural entrava em movimento, com as mesmas pessoas de sempre e uma posição alterada da vida nacional. Através de campanhas contra tortura, rapina americana, inquérito militar e estupidez dos censores, a inteligência do país unia-se e triunfava moral e intelectualmente sobre o governo, com grande efeito de propaganda.

Constata-se que as instituições de esquerda desarticuladas no pós-golpe, com muitos de seus integrantes presos ou cassados pelos atos institucionais, outras formas de articulação emergem em compasso com a formação de núcleos intelectuais de resistência ao regime militar. O poder e o alcance dessas “novas” instituições estavam justamente na propaganda e na mobilização que isso poderia resultar, na formação de uma opinião pública acerca dos eventos políticos do pós-golpe (CZAJKA, 2005).

A anteriormente citada *Revista Civilização Brasileira*, bem como a editora *Civilização Brasileira* consagraram-se pela proposição de discussões em torno do engajamento e do comprometimento social dos intelectuais, sobretudo, na sua vertente marxista, fomentando um conjunto de mudanças na organização dos intelectuais no espaço público, propiciando, por sua vez, a construção de sua representação social no mercado de bens culturais – indicando um quadro mais complexo no qual estas questões estavam encerradas.

Além da *Revista Civilização Brasileira* outros periódicos tiveram importância no mercado editorial que se organizava desde 1964, ampliando o setor de publicações que acolhiam diversos núcleos intelectuais de esquerda. Uma dilatação do setor de revistas e jornais que não se deu, obviamente, apenas pela inserção de uma casa editorial do porte da *Civilização Brasileira* no mercado das revistas culturais. A presença de suas publicações entre as *formações culturais* de esquerda, embora fosse importante fator de agremiação da heterogênea composição de intelectuais de oposição – o que deu a ela a legitimidade necessária para orientar formação dessa esfera pública de debates – também se consagrou no cenário das publicações periódicas em decorrência de um mercado bastante diversificado que vinha se

desenvolvendo no Brasil desde o final da década de 1950.

Nesse processo de ampliação de mercado das publicações periódicas, Ênio Silveira também investiu na publicação de novos títulos, seja como editor ou diretor. E com o seu aval de reconhecido editor ou com o aval institucional da editora Civilização Brasileira, no ano de 1965 três novas publicações periódicas marcaram sua vida editorial: o jornal *Reunião*, a Revista *Política Externa Independente* e o jornal semanal *Folha da Semana*.

Este semanário ainda não havia sido devidamente analisado em seus pormenores e nenhuma pesquisa fora feita sobre seu papel e sua atuação no pós-1964, tanto é que algumas incertezas pairam sobre sua composição. Numa entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 1996, por exemplo, Leandro Konder afirmou que este jornal “Ênio publicou num dado momento [...]. Nós tínhamos um semanário aqui, depois do golpe, chamado *Folha da Semana* e Ênio me chamou para ser o editor cultural”. O jornal, segundo Konder “era do partido; e foi fechado mais tarde, estava falido. Mas felizmente teve uma morte gloriosa, pois foi golpeado pela repressão – em vez de morte por inanição”¹ Por outro lado, Arthur José Poerner, um dos editores chefes afirma que,

Ênio Silveira não teve participação direta na *Folha da Semana*, que nunca foi órgão oficial do PCB (que era a *Voz Operária*). Tampouco era reconhecida como veículo comunista pela Executiva do PCB – e, sim, como órgão da frente democrática que procurava se articular contra a ditadura. No editorial de primeira página da edição inaugural, o semanário se definiu como “desvinculado de grupos econômicos, de partidos políticos e de interesses individuais”²

A *Folha da Semana* era um periódico próximo dos moldes do *Reunião*³, pois começou como um pequeno tabloide até que, mais tarde, adquiriu o formato standard dos jornais habitualmente em circulação. A diferença entre a *Folha da Semana* e o *Reunião* estava na linha ideológica de sua abordagem; era um jornal declaradamente alinhado com as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seu

¹ KONDER, Leandro. *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti*. Rio de Janeiro. 25/01/1996.

² POERNER, Arthur José. *Entrevista concedida a Rodrigo Czajka*. Rio de Janeiro. 20/05/2008.

³ O jornal *Reunião*, este tinha um propósito simples: firmar-se como um periódico de circulação popular. Tratava-se de um pequeno tabloide convencional, impresso em papel jornal, de caráter informativo, muito semelhante aos jornais de circulação diária. Diferentemente dos diários, *Reunião* era um semanário que procurava ampliar o espaço das publicações da editora Civilização Brasileira entre o público leitor de jornais e informes. Em seu expediente ficava expressa a vinculação com a editora: “um semanário da Editora Civilização Brasileira”. Seu primeiro número circulou em 20 de outubro de 1965 e o editorial de apresentação foi assinado pelo próprio Ênio Silveira.

primeiro número circulou em 02 de setembro de 1965, contendo 16 páginas; em seu editorial de apresentação propunha-se “defender as liberdades democráticas, o desenvolvimento econômico e a soberania nacional”. O diretor (cujo nome aparecia na primeira página, sob o título) era o advogado Alfredo Tranjan. Este manteve-se como diretor no jornal até o nº 10, quando o agravamento da ditadura, com a edição do AI-2, o levou a renunciar à função.

Arthur José Poerner assumiu a direção a partir do nº 11 e ficou até o 43º, inclusive, quando se tornou o mais jovem cidadão brasileiro com direitos políticos suspensos por dez anos. Por isto, não podia mais ser diretor de jornal, e foi substituído pelo também jornalista Anderson Campos. O semanário chegou a ser invadido por um comando de fuzileiros navais durante a gestão de Poerner e seria objeto de um IPM na Marinha, até que, por determinação do então ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, a *Folha da Semana* deixa de circular, depois de sessenta e seis edições.

Arthur José Poerner, nascido em 1939, escritor e jornalista carioca. Bacharel em Direito, com pós-graduação em Comunicação e autor de diversos livros, entre os quais *Argélia: o caminho da independência* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966) e *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros* (Civilização Brasileira, 1968), livro que foi proibido pela ditadura após o AI-5, relançado clandestinamente pelo movimento estudantil, em 1977, e reeditado em 1979 pela editora Civilização Brasileira. No jornalismo, começou em 1962, no jornal do Commercio; foi diretor do semanário *Folha da Semana* (1065/66) e redator do *Correio da Manhã* (1963/70), no Rio de Janeiro. Poerner começou sua carreira em 1962, como repórter do Jornal do Commercio, no Rio de Janeiro. Ainda no mesmo ano, foi redator da Standard Propaganda e, em 1963, do Correio da Manhã. Trabalhou também como articulista da revista Civilização Brasileira e como diretor da *Folha da Semana*, motivo pelo qual acabou por responder a dois processos que o acompanharam durante vários anos. Em dezembro 1968, Arthur José Poerner trabalhava como repórter especial do Correio da Manhã com o pseudônimo de Marco Antônio, escrevendo uma coluna diária sobre diplomacia e política externa. No dia 13 desse mês, estava na redação do jornal quando o locutor Alberto Curi leu em cadeia nacional a notícia do AI-5. Neste período, começou a invasão na redação do jornal por militares. Exilado, após sua prisão em 1970, foi redator e locutor da *Voz da Alemanha*, de Colônia, e correspondente do *Pasquim* (Rio de Janeiro), *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro) e revista *Istoé* (São Paulo), na Alemanha. De volta ao Brasil, em 1984, foi

editor de cultura da *TV Globo* e colaborador da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, *d'O Estado de São Paulo*, *d'O Pasquim* e do *Jornal do Brasil*⁴.

Este periódico foi também um veículo muito importante na articulação de artistas e intelectuais a partir de 1965. Procurava ser um informativo político, mas também concedia um espaço significativo para a editoria de cultura. Na *Folha da Semana*, por exemplo, foi denunciada sistematicamente a repressão aos profissionais de teatro no Rio de Janeiro e São Paulo, colocada em prática, sobretudo, pelos órgãos censores do governo. Nas páginas do periódico abriu-se um imenso debate sobre o teatro e sua capacidade aglutinadora de artistas e intelectuais para pensar um projeto de transformação da realidade brasileira. A título de exemplo, foi a mobilização promovida pelo jornal em defesa de Dias Gomes na ocasião da proibição da peça *O berço do herói*, em setembro de 1965. Numa das matérias, intitulada *Castelo quer impor a ditadura no Brasil* era descrito que

[...] o terror cultural, no setor teatral, vem se acentuando a cada dia, apesar dos protestos, manifestações e apelos dos intelectuais. [...] Ultimamente foram proibidas as peças *O Berço do Herói*, de Dias Gomes, e *Deitado em Berço Esplêndido*, montagem de textos de Camões, Pero Vaz de Caminha, Barão de Mauá, D. Pedro I, Napoleão Bonaparte e Cecília Meireles. Já semana passada em São Paulo, foi proibida a peça *Os Inimigos*, de Máximo Gorki, e em Porto Alegre, uma peça do teatrólogo francês Georges Feydeau. Vê-se nisso o propósito deliberado de calar o teatro brasileiro, destruindo economicamente as companhias que, com suas proibições, sofrem prejuízo de milhões de cruzeiros. A falência dessas companhias lançará ao desemprego centenas de atores, diretores, cantores, técnicos, eletricitas, bilheteiros, enfim, todos os homens que vivem da atividade teatral.

Além do compromisso da defesa dos interesses dos profissionais de teatro, o jornal se notabilizou pela cobertura do episódio que ficou conhecido como “Oito do Glória”. No início de novembro de 1965, por ocasião da II Conferência Extraordinária da OEA realizada no Hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a manifestação de um grupo de intelectuais na presença de representantes políticos de outras nações além do próprio presidente na república, Marechal Castelo Branco. O episódio é a gênese de uma determinada representação dos intelectuais de oposição à ditadura. Politicamente não foi um fato de grande relevância, no entanto

⁴ Resumo da trajetória profissional de Arthur José Poerner retirado de seu blog: <http://arthurpoerner.blogspot.com.br/>

foi monumentalizado e repercutido na imprensa e pelo próprio governo militar, ao reprimir os manifestantes. Além disso, obviamente, envolvia grandes nomes da cultura brasileira. Segundo o jornal descreve, ao chegar, o

[...] marechal Castelo Branco viveu uma experiência inesperada à porta do Hotel Glória, pois ao descer do carro rodeado de batedores e policiais fora recebido por um grupo de intelectuais que de faixas em punho gritavam “viva a democracia, abaixo a ditadura”. Esses intelectuais eram o embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, o jornalista Antonio Callado, o escritor Carlos Heitor Cony, o poeta Thiago de Mello e o teatrólogo Flávio Rangel.

A matéria ainda ficou sem mencionar mais três nomes que compuseram o grupo dos oito intelectuais: Joaquim Pedro de Andrade, Mario Carneiro e Glauber Rocha. Em solidariedade aos demais, Marcio Moreira Alves assumiu envolvimento no protesto e também foi detido pela polícia. Esse fato desencadeou por parte da intelectualidade carioca e paulista uma série de manifestos em favor da liberdade daqueles que protestaram em frente ao Hotel Glória. No dia seguinte à prisão, foi organizado um abaixo assinado com aproximadamente 400 assinaturas, no qual se declaravam “solidários com os intelectuais que foram presos e agredidos por expressarem pacificamente, ante à Conferência da OEA, o seu amor à Democracia, à Liberdade e aos Direitos Fundamentais do Homem, e protestaram contra essa violação do direito de livre expressão do pensamento”.

Outro desdobramento importante desse fato, também noticiado em detalhes pela *Folha da Semana*, foi a formalização da Comissão Nacional de Defesa da Cultura, instituída em assembleia no Teatro de Arena da Guanabara em 29 de novembro de 1965. O grupo que compôs os trabalhos da mesa era formado por Otto Maria Carpeaux, Tônia Carreiro, Augusto Boal, Norma Benguel, Haiti Moussatché, Paulo Autran, Rosita Tomás Lopes, Fernanda Montenegro, Odete Lara e Edu Lobo. Entre os presentes estavam ainda o Frei Secondi, da Ordem dos Dominicanos, os jornalistas Edmundo Moniz e Hermano Alves, os diretores de cinema Ruy Guerra, Gianni Ratto, o compositor Carlos Lyra, o teatrólogo Dias Gomes, os atores Fauzi Arapi, Fernando Tôrres, Vera Gertel, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo José, Delorges Caminha, o pintor Carlos Scliar, o escritor Roberto Freire, os jornalistas Jânio de Freitas, Sérgio Cabral, Teresa Cesário Alvim, Zuenir Ventura, Ferreira Gullar, Arthur José Poerner, entre outros. Entre as propostas dessa Comissão estava criar um órgão de defesa das liberdades individuais e de expressão. Como um órgão de

pressão que demonstrava oficialmente que os intelectuais dispunham que algum tipo de articulação política – articulação pautada no princípio de liberdade dos direitos individuais.

Observa-se que a análise de um jornal como o *Folha da Semana*, requer um método de abordagem de pesquisa que vise a análise de fontes primárias, a saber, os sessenta e seis números do jornal *Folha da Semana*. Essa análise se pautará pela apreciação de artigos, resenhas, críticas culturais, além das matérias estabelecidas através das pautas semanais estipuladas pelos colaboradores fixos da publicação e temas relevantes para esta pesquisa. Ao levantar o conjunto inicial de textos publicados no periódico, pode-se, a partir de então, recorrer ao uso de fontes secundárias considerando, sobretudo, a similitude de temas encontrados em outras publicações do gênero – citadas anteriormente –, bem como constituir uma rede de intelectuais que colaboravam concomitantemente em outros periódicos do gênero.

Desse modo, a metodologia de trabalho será pautada pela comparação entre fontes primárias e secundárias na tentativa de mapear não apenas os debates em curso sobre as resistências culturais colocadas em prática pelas oposições ao regime militar entre 1964 e 1966, mas identificar as redes intelectuais que atuaram na constituição de uma imprensa periódica voltada para análise das questões culturais, do mercado, do engajamento e da situação do intelectual nesse contexto de profunda transformação estrutural da sociedade brasileira.

O trabalho com as fontes primárias compreende, que não apenas no conteúdo dos periódicos encontram-se as representações intelectuais por parte de seu corpo editorial; como também o jornal foi um elemento de própria representação intelectual de um grupo de oposição ao regime militar. Ora, os intelectuais envolvidos com a *Folha da Semana* estavam imbuídos com o entusiasmo cultural e político do final dos anos 1950 e início dos 1960. A figura central deste projeto – Arhtur José Poerner – possuía proximidade com intelectuais esquerdistas, haja vista a polêmica estabelecida anteriormente a respeito de sua suposta vinculação com o PCB, no entanto sua atuação intelectual frente ao jornal nos revelou sua orientação política de caráter liberal-progressista.

E, sob tais aspectos é que se fazem valiosas as contribuições de Antonio Gramsci, Karl Mannheim, sobretudo Raymond Williams no objetivo de encontrarmos caminhos de análises teóricas possíveis nesta encruzilhada formada entre representações que o intelectual faz do mundo e as representações que ele faz de si

mesmo, quando esta representação e atuação se fazem através de uma *formação cultural*, como era a *Folha da Semana*.

Dessa forma, o primeiro capítulo compreende uma contextualização do período pré e pós-golpe de 1964. Além de estabelecer uma periodização, fazemos uma revisão bibliográfica para se discutir as principais teses sobre as razões que levaram ao golpe e o caráter da ditadura.

A problemática dos intelectuais aparece já no primeiro capítulo através da influência que teve o Ato Institucional nº 2 aos intelectuais, e também pelo mapeamento da chamada Frente Ampla, iniciada em 1966, por Carlos Lacerda. Para tal, a *Folha da Semana* foi utilizada como fonte primária a fim de localizarmos os nomes dos intelectuais que estiveram envolvidos nesta Frente Ampla e o conceito de *estrutura de sentimento*, de Raymond Williams (2000), o suporte teórico para se analisar como se deu suas atividades políticas e/ou culturais, contudo, esta, pensada de modo indireto, por intermédio das *formações culturais* que deram amplo destaque a Frente Ampla e seus objetivos.

O segundo capítulo aborda diretamente os números disponíveis do jornal *Folha da Semana*. Além de mapearmos todos os nomes que, de algum modo, contribuíram para o semanário, estabelecemos eixos temáticos que foram constantemente abordados pelos colunistas e jornalistas, de modo que nos proporcionasse uma porta de entrada aos debates que circunscreviam o ideário da resistência e das esquerdas. Assim, as representações intelectuais na *Folha da Semana*, sobretudo as de Arthur Poerner, foram examinadas através dos debates da época sobre as esquerdas no Brasil, assim como sua influência e presença na resistência cultural – sobretudo nas artes –, na esquerda católica, e nos noticiários internacionais; o outro eixo de abordagem foi a verificação de como o periódico noticiava sobre a presença desses intelectuais nos atos políticos de luta contra a repressão e censura à imprensa.

O terceiro capítulo analisa o livro escrito por Arthur Poerner sobre a história do movimento estudantil brasileiro, *O Poder Jovem*. A análise dessa obra se pautou em identificá-la como uma fonte secundária para a compreensão da atuação de Arthur Poerner, enquanto intelectual e influente entre os estudantes. Buscamos compreender que quando tomado como referência bibliográfica sobre a questão estudantil e/ou juvenil, o livro *O Poder Jovem* se torna instrumentalizado, a partir da interpretação de que há nele a construção de um arquétipo da figura do jovem estudante que resulta de um processo de tipificação e mitificação. Na análise das interpretações que tomam a

como referência bibliográfica, é possível verificar as bases de uma memória social construída sobre os anos 1960, na qual Arthur Poerner se tornou referência ao narrar a história do movimento estudantil brasileiro. A esta memória foi atribuída uma função de endossar o saudosismo sobre a resistência estudantil durante o período de regime militar, sendo inclusive recuperada na reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) na reabertura política do Brasil. Assim, Poerner e seu livro encerram representações intelectuais que não debateram a atuação juvenil e estudantil à luz das teorias sociológicas e históricas, dando margem às explicações típicas e míticas.

CAPÍTULO I

CULTURA, POLÍTICA E RESISTÊNCIA: O GOLPE DE 64 E OS IMPASSES POLÍTICOS DAS ESQUERDAS

1.1 – O Golpe e as Resistências

Os anos seguintes ao golpe de 1º abril de 1964 marcaram o fortalecimento de uma resistência cultural que foi de encontro com o gradual endurecimento do regime militar representado, sobretudo através dos Atos Institucionais. A resistência cultural, ao menos nos três primeiros anos do regime, foi o “lugar” de encontro entre liberais oposicionistas e comunistas. Nos primeiros meses após o golpe, tanto o Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto uma parcela de camadas liberais que não mais compartilhavam das ações arbitrárias do novo regime, constituíram uma “resistência democrática”, de caráter civilista, pública e massiva. Haja vista, que neste mesmo período tornou-se crescente a perseguição a diversos setores sociais que se opunham ao golpe ou que outrora haviam apoiado o governo de João Goulart. Encontra-se em tais setores os sindicatos, operários, intelectuais, estudantes e funcionários públicos.

O golpe civil-militar de 1964 representou o desdobramento de um quadro de tensões estabelecido já no início dos anos 60. Daniel Aarão (1990) demarca historicamente este período como sendo o momento do “impasse das utopias”. Para este autor o golpe de 1964 marcou a queda do regime político instaurado em 1946. Assim, as tensões acima citadas são vistas por Aarão como uma crise institucional que tinha suas raízes na própria sociedade, pois havia divergências sobre as implicações do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as exigências internacionais. Daniel Aarão (1990, p. 22) afirma que “as classes dominantes dividiam-se”. O golpe de 1º de abril desequilibrou as divergências e fez reforçar a “hegemonia do capital internacional no bloco do poder” (1990, p. 22). O golpe em si pode ser interpretado, portanto, “como desdobramento complexo da organização do Estado e da sociedade civil” (DREIFUSS *apud* CZAJKA, 2005, p. 20). “De certo modo, os impasses políticos e econômicos gerados desde o início de década de 1960 representavam apenas a parcela mais visível das contradições sociais existentes naquele momento” (CZAJKA, 2005, p. 20). A dinâmica das lutas de classes no Brasil criou as condições para o êxito do golpe civil-militar de 1964, seguindo um movimento de “contrarrevolução preventiva em escala mundial” fomentado pelo imperialismo, em particular o norte-americano (NETTO, 2014, p. 74). Porém, ao contrário da tese central de Edmar Morel (1965) de que *o golpe começou em Washington*, examinando mais atentamente a dinâmica das lutas de classes no Brasil, percebe-se que os responsáveis pelo golpe foram as frações burguesas vinculadas ao grande capital interno e externo que, “associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia

urbana para o seu campo (NETTO, 2014, p. 74). Para Netto (2014, p. 77), portanto, o golpe de 1º de abril, era uma solução política imposta pela força, que suplantaria as forças democráticas, nacionais e populares, decretando a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político, que representava uma transformação das linhas de forças que marcaram historicamente a formação brasileira. Dessa forma, o golpe “significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar [...] a sociedade brasileira (NETTO, 2014, p. 77).

Análise semelhante realizou Jacob Gorender (1987), na qual, segundo o autor marxista, o pré-1964 mostrava um cenário de real ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo:

[...] o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse (p. 66-67).

Gorender deu base a duas linhas de interpretação sobre as razões do golpe, de um lado, a importância de se compreender e considerar o estágio do capitalismo no Brasil daquele momento; de outro, o caráter preventivo do golpe, considerando a presença de forças revolucionárias reais na esquerda (FICO, 2004, p. 49).

Quanto as razões que levaram ao golpe em 1964, as teses são diversas e concorrem entre si através de suas expressões ideológicas e teóricas, porém acompanhando toda a produção acadêmica de esquerda existente, trabalhamos com a tese de que o golpe foi civil-militar. Oriundas destas mesmas produções há um debate ainda existente a respeito dos períodos posteriores ao golpe, no que tange a ditadura, se esta, fora predominantemente militar ou se podemos denominá-la de civil-militar.

O historiador Carlos Fico (2004; 2014) considera em seus trabalhos que, apesar de ter havido uma preparação “civil-militar” para o golpe, quem, de fato, se sobressaiu foram os militares, dada a sua preponderância em relação às lideranças civis (2004, p. 52). A defesa desse argumento se pauta em Dreifuss, que afirma a participação de isepianos civis nos cargos do alto escalão do governo, e também a política econômica

do governo militar se pautou pelos ditames do “saneamento financeiro que interessava ao capital internacional”.

Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar (FICO, 2004, p. 52).

Concordamos com tese de Carlos Fico no concernente ao predomínio das Forças Armadas no ato golpista em si, contudo trabalhamos com a ideia de que desde a articulação golpista no pré-1964 até o término da ditadura em 1985, vivenciamos uma ditadura civil-militar. Decerto, não havia um cenário propício para que setores civis da burguesia e classe média – políticos e intelectuais – dessem um golpe em defesa de determinados valores morais, do imperialismo e do anticomunismo. Isso se comprova pelo temor já mencionado das forças democráticas e anti-imperialistas presentes na sociedade brasileira entre fins dos anos 1950 e os primeiros anos de 1960. Portanto, os militares seriam os que, por meio da coerção e das armas, teriam poderio para representar esse papel de contenção, que sozinhas, as classes dominantes não teriam para enfrentar aqueles setores progressistas.

A ditadura deve ser caracterizada como “civil-militar”, por sabermos que ela era o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital.

O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas [...] foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, “gringos” e brasileiros) (NETTO, 2014, p. 74).

O que se seguiu ao golpe revelou abertamente que se imporia no Brasil uma ditadura, a começar pelas destruições das instalações da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), além de se impor pelas armas, coerção e violência, restrição de direitos políticos elementares, impedimento de alternância no governo, criminalização da oposição, censura, em suma, terrorismo de Estado. O Marechal Castelo Branco, de imediato proibiu as atividades políticas dos estudantes – e nomeou como Ministro da Educação, o reitor da Universidade Federal do

Paraná (UFPR), Flávio Suplicy de Lacerda, a fim de consolidar essa política –, decretou o AI-2 – penalizando a atividade dos intelectuais, como veremos à frente – e outros três Atos Institucionais, puniu militares contrários ao novo regime, contribuiu na redação e assinou a Lei de Segurança Nacional – e, por conseguinte, criou a noção de guerra ao inimigo interno –, fechou o Congresso, decretou a nova Lei de Imprensa – outro ataque direto à atividade intelectual –, fez vista grossa à tortura e à censura⁵. O regime imposto em 1964 nasceu da finalidade de haver uma liderança política não populista que servisse à burguesia brasileira e ao imperialismo, foi, portanto, “uma ditadura com indiscutível caráter de classe” (NETTO, 2014, p. 83).

A ditadura em questão teve durante todo o seu percurso a tutela militar. O alto escalão das três armas – com predomínio do Exército – esteve sempre à frente do regime, nos cargos fundamentais, como: Presidência da República, Ministério da Justiça, Casa Civil, e a alternância era sempre entre o alto comando das Forças Armadas, não construindo, assim, uma personalidade central do regime, mas uma espécie de “condomínio militar”, como sugere Netto (2014, p. 83).

O “condomínio militar”, contudo, nunca operou sozinho ou solitariamente: os governos da ditadura conjugaram sempre o protagonismo dos militares com a ação dos especialistas civis – largo e diferenciado corpo de tecnocratas – que se encarregavam de planejar e implementar as políticas públicas a serviço do grande capital. A ditadura subsequente ao 1º de abril de 1964, não apenas nas suas preparação e instauração, mas também ao longo de sua vigência, articulou o poder (político-coercitivo) das armas para viabilizar o exercício do poder (econômico-social) do grande capital (NETTO, 2014, p. 84).

⁵ Carlos Fico (2004, p. 37) explica que: “Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da censura de diversões públicas. A primeira era “revolucionária”, ou seja, não regulamentada por normas ostensivas. Objetivava, sobretudo, os temas políticos *stricto sensu*. Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam. A segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas. Era praticada por funcionários especialistas (os censores) e por eles defendida com orgulho. Amparava-se em longa e ainda viva tradição de defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira. Durante a ditadura houve problemas e contradições entre tais censuras. A principal foi a penetração da dimensão estritamente política na censura de costumes — justamente em função da mencionada vitória da linha dura caracterizada pelo AI-5. Aliás, tal politização da censura de diversões públicas por vezes transpareceu a impressão de unicidade das censuras durante o período. Curiosamente, houve grande diferença entre as fases mais punitivas de uma e de outra. A censura da imprensa acompanhou o auge da repressão (quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos políticos) que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70. A censura de diversões públicas, porém, teve seu auge no final dos anos 70, já durante a ‘abertura’”.

Marcos Napolitano (2015) enfatiza esse aspecto e afirma que Castelo Branco tinha clareza de que sua própria sustentação estava nos quartéis e na institucionalização do regime, impedindo, dessa forma, a “emergência de lideranças militares personalistas e carismáticas, o que não era compatível com a imagem ‘modernizante’ e ‘tecnocrática’ do novo grupo no poder” (p. 77).

Essa presença constante e notável de intelectuais civis no regime pode ser vista como uma das temáticas essenciais do jornal *Folha da Semana*, proporcionando debates e trazendo à luz as denúncias e críticas a este setor, que se espalhava no campo da cultura, como será demonstrado no capítulo seguinte.

A tutela dos militares certificou que forças tão heterogêneas, como as que se juntaram para derrubar Jango – burguesia, classe média, latifundiários, banqueiros e representantes dos interesses imperialistas – não se cindissem. Os militares garantiram, então, a defesa de “interesses comuns”, e administraram conflitos que pudessem surgir⁶.

O ponto de maior relevância para esta análise é indagar a respeito da constituição de espaços distintos para o debate e intervenção política frente às mudanças estruturais que vinham ocorrendo no Brasil.

Havia, segundo Schwarz, um quadro de diferenças no cenário político do Brasil entre o pré e o pós-golpe de 1964, e que foi este que abriu um período de regressão nas esferas política e cultural. Este quadro se estabeleceu inicialmente no governo Goulart⁷, no qual havia uma movimentação política e cultural de maior ênfase, enquanto que no pós-golpe a desarticulação de grupos de pessoas ligados às questões políticas e organizativas favoreceu a uma busca pelo que foi perdido a partir de 1964.

⁶ Sobre a composição dos governos militares, Napolitano (2014) expõe alguns dados elucidativos. Dos 85 nomes que compunham os ministérios durante todo o regime, temos “23 eram professores universitários, com atuação nas universidades católicas e na Universidade de São Paulo, principalmente. Direito, Engenharia, Medicina e Economia foram as áreas de formação que mais forneceram quadros (30, 26, 7 e 6, respectivamente). Outro dado mostra certa regularidade na escolha do primeiro escalão: 17 militares ou ex-militares ocupavam ministérios de perfil civil; entre os quadros que tinham ou tiveram alguma passagem pelo setor privado, 8 vinham do setor financeiro, 7 do setor automotivo, 5 da construção civil e 4 do setor de saúde. Entre o que tiveram passagem pela política partidária pré-golpe, 10 nomes vieram do UDN, 9 do PSD e 3 PDC. A composição do novo governo, portanto, revelava as forças de coalizão golpista e já sinalizava a tendência dos ministérios de regime militar como um todo: a combinação de tecnocratas para gerir a economia, militares nas áreas estratégicas (transportes, energia e comunicação) e magistrados para ministérios ‘ideológicos’ (justiça e educação).

⁷ Na perspectiva de Carlos Nelson Coutinho um quadro análogo pode ser situado a partir de Juscelino Kubitschek, aceitando como premissa um processo de democratização geral da vida brasileira. “O clima favorável à democratização da vida cultural brasileira aberto em 1945 sofreu altos e baixos (basta pensar o fechamento do PCB em 1947, no clima de uma guerra fria que marca o governo Dutra), mas pode-se dizer que a tendência no sentido de *uma democratização geral da vida brasileira* continua a se impor, ampliando-se bastante no final do período pré-1964, sobretudo a partir do governo Kubitschek.” (2011, p.28).

Para conceber o tamanho dessa regressão, lembre-se que no tempo de Goulart o debate político estivera centrado em reforma agrária, imperialismo, salário mínimo ou voto do analfabeto, e mal ou bem resumira, não a experiência média do cidadão, mas a experiência *organizada* dos sindicatos, operários e rurais, das associações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada etc. (...) Depois de 64 o quadro é outro. Ressurgem as velhas fórmulas rurais, anteriores ao populismo, em que os setores mais marginalizados e mais antiquados da burguesia escondem a sua falta de contato com o que se passa no mundo: a célula da nação é a família, o Brasil é ativo, nossas tradições cristãs, frases que não mais refletem realidade alguma, embora sirvam de *passe-partout* para a afetividade e de caução policial-ideológica a quem fala (SCHWARZ, 2008, p. 71).

Aquilo que Schwarz denomina de “regressão”, Ridenti chamará de “modernização conservadora”, ambos se referindo às consequências do golpe civil-militar de 1964. É possível inferir que há aproximações e distanciamentos nas abordagens dos dois autores. Roberto Schwarz atenta-se para as consequências de um projeto político sobre o campo cultural e revela na passagem acima transcrita um teor de “endurecimento moral”, sobretudo na burguesia que se afastava de todas as demandas políticas que historicamente seriam de seu interesse ou como ele mesmo diz “falta de contato com o que se passa no mundo”. Este “interesse” supracitado que a burguesia tinha vem ao encontro da própria estratégia política do Partido Comunista⁸, a ponto de firmar alianças com setores burgueses que possuíam a ideologia anti-imperialista⁹ (SCHWARZ, 2008, p. 65).

⁸ Essa estratégia do PC tem origem a partir de 1958, quando os comunistas perceberam que havia divisões e brechas entre as elites. Observaram que ela não se constituía numa unidade, “o que permitia imaginar a hipótese de atrair um setor dominante, a burguesia nacional, para Frente Única” (REIS FILHO, 1990, p.23). Era a possibilidade de escapar do recurso da força para o caminho pacífico. Na Frente Única deveriam se unir classe operária, camponeses e a burguesia urbana a fim de lutar contra as “forças do atraso: o imperialismo norte-americano e as relações semifeudais na agricultura” (Idem, Ibidem, p.24). O PCB defendeu a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Os comunistas consideraram a possibilidade de um golpe – que ainda se configurava como hipótese – discordando das posições conciliatórias – emenda parlamentarista – e queriam a punição dos golpistas, além de convocarem o movimento de massa à ação e a luta (Cf. Idem, Ibidem, p.26). O afastamento por parte da burguesia de “suas demandas políticas que historicamente seriam de seu interesse”, citado por Schwarz, além de um “endurecimento moral” por parte desta mesma classe foi acompanhado pelas classes médias, processo este que se iniciou, sobretudo, a partir de 1968. Daniel Aarão Reis Filho (Ibidem) comenta que houve um recuo das classes médias, por conta do “milagre econômico”. Ao mesmo tempo em que tinham simpatia pelas lutas em prol das liberdades democráticas, havia “limites que não tinham condições de transpor e nem desejavam fazê-lo” (Idem, Ibidem, p.64).

⁹ Dominação imperialista e reação interna estão intimamente ligadas, pois não se muda uma sem alterar a outra. Ao longo do século XX estabeleceu-se as bases do modernismo com características modernas e românticas ao mesmo tempo. Numa passagem de sua obra Ridenti ressalta que “a afirmação das tradições da nação e do povo brasileiro como base de sustentação da modernidade fez-se presente nos mais diferentes movimentos estéticos a partir da Semana de Arte Moderna de 1922” (RIDENTI, 2000, p.50). Alguns exemplos de movimentos: Verde amarelismo e Escola da Anta – 1926 e 1929 – com

Marcelo Ridenti situa a sua expressão *modernização conservadora* mais no plano político do que no cultural, o que poderia indicar certa ênfase no aspecto infraestrutural ou de base, contudo as relações entre infraestrutura e superestrutura se apresentam no momento em que o autor aponta para uma discussão teórica e historiográfica¹⁰, ao aplicar o conceito de *romantismo revolucionário*, tomado de Michael Löwy e Robert Sayre. Dessa maneira, apesar de dar maior relevo às consequências nas forças produtivas, a lógica da *modernização conservadora* ganha espaço também na cultura.

Os movimentos políticos e sociais romântico-revolucionários dos anos 1960 devem ser tratados com bastante seriedade, uma vez que, na década citada, as questões em torno da revolução e reforma estavam fortemente colocadas, não apenas no plano nacional como no internacional também. E o que se assistiu foi a vitória da “contrarrevolução” em boa parte do mundo, entretanto, sem oferecer respostas aos problemas sociais mais graves, que eram justamente em torno dos quais, circulavam os movimentos em questão.

Mas o que Ridenti (2000) aprofundou não foi a estratégia de luta de cada grupo, ou seja, uma análise puramente política das ações. Sua preocupação maior era compreender, por exemplo, como que grupos opositores – seja de artistas, intelectuais, estudantes etc – de orientações ideológicas e políticas diferentes entre si, sustentavam projetos que dialogavam entre si, e se aproximavam do ponto de vista da ação, da receptividade exercida pelo público. O cerne da questão é “de que o florescimento cultural e político dos anos de 1960 e início dos de 1970 na sociedade brasileira pode ser caracterizado como romântico-revolucionário” (RIDENTI, 2005, p. 84). Cabe o exemplo oferecido pela socióloga Deni Rubbo (2008), no qual ao tratar das diferenças estéticas presente nas obras de Oduvaldo Vianna Filho e Glauber Rocha, colocará o seguinte questionamento: “Como ambos, esteticamente tão distintos fizeram de suas obras aspecto que se caracterizam, de alguma forma, com o romantismo

aproximações ao integralismo de Plínio Salgado. Um romantismo moderno classificado como fascista. Do outro lado havia os movimentos Pau-Brasil e Antropofagia – 1926 e 1928 – nos quais incorporavam o folclore, entre os anos 1930 e 1940 faziam a crítica da realidade brasileira, celebravam o caráter nacional e o homem simples do povo. Nos anos 1950 e 1960, Schwarz nos recorda que a literatura anti-imperialista era traduzida em grande escala e havia inclusive um personagem chamado Brasilino que simbolicamente representava o patriotismo do brasileiro de classe média diante das empresas estrangeiras que o cercava com seus produtos (Cf. RIDENTI; SCHWARZ, 2008, p.50, p.64).

¹⁰ Teórica, pois trabalha com a aplicação do conceito de *romantismo revolucionário*; e historiográfica, na medida em que o autor busca mapear movimentos opositores, de esquerda, etc e desconstruir ou reinterpretar suas próprias memórias, por vezes, enviesadas, destorcidas.

revolucionário?” (p. 114). E, a mesma autora oferece uma resposta que nos leva de volta a Ridenti, nos permitindo identificar a própria opção deste autor na utilização do conceito *romantismo revolucionário*, conforme o excerto de Rubbo

Trata-se sobretudo de um embate estéticopolítico de duas figuras centrais no que se refere à produção político-cultural no Brasil dos anos 60. Figuras que polemizaram durante toda sua *démarche*, pois além de serem artistas no sentido de produzirem obras que lhe conferissem tal *status*, atuaram com crônicas políticas e artigos polemizando com vários setores culturais da época. Esta dedicação integral, de ambos, particularmente a noção de mudança histórica com a temática onipresente da revolução encadeou um caldo comum, “afinidades eletivas”, entre Glauber e Vianinha. Ambos buscam “no passado uma cultura popular autêntica para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e desalienada, no limite, socialista” (*apud* RIDENTI, 2001, p. 13). No entanto, esse embate, elevado a níveis gerais, da cultura cepecista e do cinema novo travar-se-á com ênfase de uma visão social do Brasil distinta no interior de suas respectivas obras (p. 114).

Assim, na ótica de Ridenti, o conceito de *romantismo revolucionário* oferecia um aparato mais preciso para se examinar as esquerdas armadas, lutas políticas e culturais dos anos 1960 e 1970¹¹.

Ridenti aborda a conceituação de romantismo através do livro: *Revolta e Melancolia, o Romantismo na Contramão da Modernidade* (1995), de Michael Löwy e Robert Sayre. Há neste livro uma interessante visão dos dois autores, na qual tomam o romantismo de forma abrangente, que escapa aos limites artísticos, e promove uma verdadeira “visão social de mundo”.

Os movimentos revolucionários no Brasil dos anos 1960 tinham em vista a construção de um “homem novo”, e o que havia de romântico nesta construção era a sua idealização com base no passado. Portanto, teria esse homem novo elementos das nossas raízes rurais, nas pessoas que não foram “contaminadas” pela “modernidade urbana capitalista”. As figuras representativas disso eram o índio, o escravo, o homem do povo, o camponês, o migrante favelado que trabalha nas cidades. Não que isso fosse algo novo, mas nos anos 1960 passou a ter influências esquerdistas, comunistas, trabalhistas. Portanto, quando essa perspectiva de construção de um homem novo passa

¹¹ O próprio Ridenti, em artigo de 2005, publicado na revista Tempo Social, retoma a discussão do livro *Em Busca do Povo Brasileiro* (2000) se utilizando de outros artifícios de análise. Conforme ele próprio esclarece na introdução: “Além da análise de novos casos, recorre-se à noção de “estrutura de sentimento”, formulada por Raymond Williams, e secundariamente às noções de “campo” em Bourdieu, de declínio da intelectualidade em Jacoby e de outras não usadas naquele livro. Busca-se, assim, avançar na compreensão do tema da relação entre cultura e política nos anos de 1960 e 1970, em particular na análise sociológica da vasta e diferenciada produção artística brasileira”.

a ter essa nova roupagem, é possível de se identificar diferentes versões do romantismo revolucionário, além disso, o romantismo das esquerdas não era simplesmente uma volta ao passado, pois era também modernizador, não meramente anticapitalista como originalmente identificamos na essência do romantismo, era revolucionário, olhava para frente também. O romantismo é um fenômeno que “deve ser entendido como uma resposta a essa transformação mais lenta e mais profunda – de ordem econômica e social – que é o advento do capitalismo, transformação que se inicia bem antes da Revolução Francesa (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 38). A partir da segunda metade do século XX, o romantismo estaria presente no maio de 1968 na França e demais movimentos da época (RIDENTI, 2000, p. 26).

A fim de se compreender as motivações desse romantismo revolucionário é possível nos determos em duas vias de acesso que vão ao encontro uma da outra, uma que ressalta as condições materiais de uma sociedade, ligadas ao florescimento cultural e político internacional dos anos 1960; e outra remonta ao anticapitalismo de uma parte da intelectualidade¹² desse período

[...] condições comuns estavam presentes especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, mas eram compartilhadas também por países em desenvolvimento, como o Brasil: crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso crescente ao ensino superior, peso significativo dos jovens na composição etária da população, incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam, avanço tecnológico (por vezes ao alcance das pessoas comuns, que passaram a ter cada vez mais acesso, por exemplo, a eletrodomésticos como aparelhos de televisão, além de outros bens, caso da pílula anticoncepcional – o que possibilitaria mudanças consideráveis de comportamento), etc (RIDENTI, 2001, p. 14).

No Brasil, essas mudanças foram definidas por Ridenti (2000) como *modernização conservadora*. A partir disso, é que podemos observar com mais clareza

¹² A segunda possibilidade de ser interpretar centra-se no estudo de Michael Löwy sobre Lukács – *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. O anticapitalismo dos intelectuais não deriva apenas do espírito crítico de setores da pequena burguesia, mas da sua condição numa seara mais ampla que questiona a condição de intelectual que desenvolve visões socialistas, através de mediações ético-culturais e político-morais. As mediações mencionadas devem ser compreendidas como momentos específicos na história, em que há alguma ruptura, ou “traumatismo”, sendo que em tais situações a realidade da vida burguesa e do capitalismo escancaram as suas contradições. Segundo Löwy, o traumatismo da geração de Lukács foi a I GM e a Revolução Russa. No Brasil, o momento de trauma se deu em 1964, pois até este momento as gerações universitárias não enfrentaram traumatismos claros durante sua formação. Podemos citar também os outros golpes de Estado ocorridos na América Latina e a Guerra do Vietnã. Esse quadro demonstrou a decadência ético-cultural e político-moral do capitalismo, alimentando os anseios anticapitalistas.

as circunstâncias históricas do florescimento do romantismo revolucionário no Brasil. Aspectos que irão se destacar desse florescimento foram, por exemplo: as lutas de emancipação nacional (anticoloniais), crítica e distanciamento ao modelo soviético, negação da sociedade de consumo, aproximação entre arte e política, mudanças comportamentais, movimentos de defesa da ecologia, feminismo, anti-psiquiatria, pacifismo, minorias étnicas, ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalismo e comunismo) oferecendo uma alternativa, a alternativa terceiro-mundista.

O autor afirma que, ao contrário daquilo que as esquerdas imaginavam, não houve uma estagnação da economia, eis que “os governos civil-militares promoveram a modernização conservadora da sociedade brasileira” (RIDENTI, 2000, p. 42) aos custos de um rápido crescimento das forças produtivas, concentração de riquezas e dívida externa altíssima. Ridenti ressalta que entre 1950 até 1970 ocorreu no Brasil a mais rápida urbanização da população da história mundial, portanto, ele estabelece uma conexão entre os anos de maior entusiasmo político-cultural dos movimentos de esquerda com os primeiros anos do regime militar.

Assim, é possível observar os distanciamentos e aproximações entre Ridenti e Schwarz ao se referirem a momentos semelhantes, por meio de expressões diferentes. Visto que, o primeiro estabelece uma conexão entre as mudanças da infraestrutura trazidas pelos militares aliados com uma parte da burguesia, com a ideia de que houve uma modernização, pois os efeitos do golpe só foram sentidos de forma positiva por uma parcela da população que não tinha qualquer poder de influência no jogo político e econômico daqueles anos, além de consolidar a revolução burguesa aos moldes das particularidades do Brasil – *prussiano-colonial*¹³ –, portanto, compondo-se como conservadora; e o segundo coloca um cenário de estagnação cultural por consequência de mudanças políticas e de comportamentos por parte da burguesia outrora aliada ao Partido Comunista (PC).

Em linhas gerais, que abrangem os aspectos político e cultural, observa-se que o novo regime buscou dar força às correntes elitistas, sobretudo no plano cultural. Para isso, se valeu, por um lado, da repressão e censura aos intelectuais que defendiam uma

¹³ “O aspecto ‘prussiano’ aparece, assim, no sentido da caracterização de um aspecto tardio de acumulação de capital, consagrado na análise lenineana como uma *forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo*. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de *via prussiano-colonial* é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia [...] e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil” [Itálico do autor] (MAZZEO, 1997, p.123).

cultura nacional-popular; e, por outro, romper a autonomia – necessária – da sociedade civil (COUTINHO, 2011, p. 29).

Tanto Ridenti quanto Schwarz em suas passagens citadas deixam nas entrelinhas a ideia de que havia, de fato, uma maior organização e euforia nos movimentos políticos e culturais dos anos 50 até 1º de abril de 1964, sobretudo a partir da Campanha da Legalidade de Goulart. Czajka (2005, p. 21) argumenta que: “De certa forma, ainda que progressivamente, isso favoreceu a organização e o fortalecimento de determinados grupos de esquerda não vinculados institucionalmente ao Estado”, uma vez que, a política sempre esteve restrita aos espaços institucionais e jurídico. O autor irá subsumir algo previamente fornecido por Roberto Schwarz

[...] durante os “tempos de Goulart” constata-se uma profunda transformação desse aspecto: as lutas políticas e ideológicas alcançam seus mais significativos desdobramentos a partir do momento em que envolveram outros setores da sociedade brasileira, como os trabalhadores urbanos e rurais, uma fração do contingente militar, estudantes e intelectuais (2008, p. 22).

Partindo da mesma premissa Ridenti salienta a alavancada nas utopias revolucionárias e sustenta que: “Na década de 1960, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução (não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois)” (RIDENTI, 2000, p. 44). Portanto, nota-se que ambos os autores não colocam o momento do golpe de 1º de abril como o ponto fundamental de ruptura cultural e política desses movimentos em organização. Tomando a análise de Schwarz, pode se supor que em 1964 o governo “preservou” a produção cultural apenas liquidando o contato da esquerda com a massa operária e camponesa, mas em 1968 houve um endurecimento – censuras, torturas, etc – sobre a própria produção cultural da esquerda.

1.2 – Ato Institucional nº 2: Repressão aos Intelectuais

Faz-se fundamental ressaltar a importância do ano de 1965 e a publicação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que promoveu um novo sentido e amplitude para a resistência cultural iniciada no pós-golpe. As próprias lideranças civis que outrora apoiaram o golpe iniciaram seu afastamento, são os casos de Alceu Amoroso Lima – liberal conservador e católico – primeiro a denunciar o “terrorismo cultural” do regime; Carlos Lacerda – face civil do golpe – também entrou em conflito com o regime após o golpe. O AI-2 pode ser interpretado, no contexto mais geral do período da ditadura militar, como sendo o primeiro golpe impactante para os intelectuais que promoviam

resistência ao governo, inclusive aos liberais. Não apenas por sua antecedência em relação ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), por exemplo, mas também porque o AI-2¹⁴ freou as ilusões de uma parcela de oportunistas e lideranças civis que almejavam chegar ao poder sob a alegação de terem apoiado o golpe (NAPOLITANO, 2011, p. 27-28). Além disso, com base no artigo 15 do AI-2, o Presidente da República em acordo com o Conselho de Segurança Nacional (CSN), poderia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadão pelo tempo de dez anos. No caso de suspensão dos direitos políticos acarretaria ao indivíduo, de acordo com o artigo 16, I – “a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função”; II – “a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais”; III – “a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política”, e IV – “a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado”. Codato (2004, p. 19) afirma que a causa direta para a edição do Ato Institucional nº 2 foi a vitória de políticos tradicionais do PSD nas eleições para os governos da Guanabara e de Minas Gerais e representou, para os golpistas mais radicais, a rearticulação das forças políticas populistas recém-derrotadas em abril de 1964. Neste caso especificamente coube o Artigo 18 que extinguiu os partidos políticos e cancelava seus respectivos registros.

A *Folha da Semana* se posicionou a respeito do AI-2 em dois de seus números – 09 e 10 –, através dos editoriais. Contudo, nos editoriais das edições de números 07 e 08, que correspondiam às semanas entre os dias 14 a 20 de outubro e 21 a 27 de outubro respectivamente, ao cobrir as eleições de 1965 para governadores, em especial a da Guanabara, o semanário deu indícios das consequências que acarretariam a vitória de Negrão de Lima para aquele estado. Na edição de número 07, por exemplo, a noção clara de que ocorrera um golpe em 1º de abril de 1964, ainda parecia controversa, pois um dos artigos nela presente recebeu o título: *golpe em marcha*. Compreende-se também, a partir deste título, certa perspectiva evolutiva que tinham o editor e os colunistas da *Folha da Semana* acerca regime, afinal o jornal narrava em etapas os eventos que se sucederam ao 1º de abril, desenvolvendo paralelamente a compreensão da realidade política do país. O editorial da edição nº 07 expunha a vitória de políticos não ligados aos golpistas, como nos casos da Guanabara e Minas Gerais e, associava o

¹⁴ “O Ato Institucional n. 2 (de outubro de 1965) marca uma inflexão: suprime os partidos populistas (Art. 18) e determina que todas as eleições presidenciais serão, a partir de então, indiretas (Art. 9º)” (CODATO, 2004, p. 19).

candidato e, até então, governador da Guanabara, Carlos Lacerda a este grupo. De acordo com o editorial: “A fragorosa derrota infringida a Lacerda pelo povo da Guanabara, jogando por terra suas possibilidades de candidato à Presidência da República, levou-o à tentativa de precipitar agora um novo golpe militar capaz de conduzi-lo ao Poder” (FOLHA DA SEMANA, p. 4). O editorial analisou a questão observando o jogo de interesses e de forças políticas existentes no interior das forças armadas em conchavo com a parcela civil do golpe, que neste caso, era Carlos Lacerda. A derrota da UDN de Lacerda deu relevo aos rachas do regime, uma vez que, o próprio Lacerda se utilizara disso e de seu revés partidário nas eleições para escancarar este clima de tensão. O político defendia a ideia de que sua derrota nas urnas representava, na verdade, um ônus político do regime. Grinberg (2009, p. 58) acena na mesma direção, pois compreende que o resultado das eleições foi “a vitória da oposição ao movimento de 1964 e, conseqüentemente, uma derrota do governo”. Lacerda ambicionava a Presidência da República nas eleições do ano seguinte, por isso, articulou uma reação da “linha dura” a fim de isolar o presidente Castelo Branco.

Lacerda se vale das circunstâncias que envolveram sua derrota e da “revolução” para semear a divisão nas hostes militares de 1º de abril. O primeiro elemento de sua manobra é precisamente o fato de que o principal derrotado nas eleições de 3 de outubro foi o golpe militar, que o povo repudiou nas urnas. E assim ele aponta Castelo Branco à execração dos “lídimos revolucionários” por ter traído a revolução, aliando-se aos corruptos e subversivos... (FOLHA DA SEMANA, p. 4)¹⁵.

O principal alerta que o editorial fazia ao elencar esses pontos consequentes à vitória de Negrão de Lima sobre Flexa Ribeiro e Danilo da Cunha Nunes, ambos da UDN e apoiados por Lacerda, era mostrar que as intenções deste último não iam ao encontro do projeto democrata assumido pelo jornal, inclusive ao apoiar explicitamente em suas páginas a candidatura de Negrão de Lima. Lacerda apenas buscava uma forma de auto fortalecimento através da União Democrática Nacional (UDN). O semanário expunha as estratégias de Lacerda, a forma como ele conseguiu se aproveitar do enfraquecimento de Castelo Branco e, com isso, tentar se lançar gradualmente à condição de preferido da linha dura do regime como candidato a presidente da república nas eleições de 1966. O fato que mais prejudicava Castelo Branco e o colocava na mira da “linha dura”, era sua opção em conservar o resultado do pleito eleitoral, no qual os

¹⁵ ANDERSON, Campos. Folha da Semana, Rio de Janeiro, 14 a 20 de out. de 1965. Editorial Golpe em Marcha, p. 4.

militares saíram derrotados, assim como saiu derrotada a estratégia existente por trás da Lei das Inelegibilidades, aprovada antes das eleições a fim de conter políticos que outrora tiveram vínculos com o governo Goulart. Contudo, “os oficiais do primeiro exército do Rio de Janeiro, ficaram furiosos com os resultados das eleições e mais furiosos com Castelo Branco quando ele promete respeitar o veredicto das urnas” (SKIDMORE, 1988, p. 136).

A análise do editorial evidenciou que Carlos Lacerda jogava com os interesses democráticos de uma parcela da população – ao menos aqueles 52% que votaram em Negrão de Lima¹⁶ – e com os militares do regime. Segundo o jornal

Lacerda afirma que a “revolução” acabou, mas não o diz para saudar o passo dado no sentido de restaurar-se o regime democrático e sim para pedir a instauração vertical da ditadura, com o fechamento do Congresso, do Judiciário e a suspensão dos direitos constitucionais. Lacerda prega a substituição do Estado de Direito pelo Estado de Fato (p. 4).

As críticas que foram dirigidas a Carlos Lacerda pela *Folha da Semana*, no editorial acima mencionado, ganhou novas modulações a partir da edição da semana seguinte. No editorial da publicação de número 08 da *Folha da Semana*, existe a hipótese de que o próprio Lacerda poderia estar envolvido na articulação do AI-2. No texto intitulado *Lacerda: nova tática*, dizia que o candidato derrotado buscava uma “nova frente tática” para se reconciliar com o governo Castelo Branco, visto seu fracasso inicial para derrubar o Presidente da República.

O contexto político era desfavorável a Carlos Lacerda, tendo em vista sua derrota partidária no pleito eleitoral de 03 de outubro de 1965 e da estratégia fracassada de ganhar a confiança da ala mais conservadora do regime militar em detrimento de Castelo Branco. Com vistas às eleições presidenciais de 1966 e, temendo não elegerem o seu candidato em votação direta, os militares do regime arquitetavam mudanças que lhes garantissem êxito e permanência no governo. Para isso, iniciou-se o fortalecimento da imagem do Ministro da Guerra, General Arthur Costa e Silva (GASPARI, 2002, p. 239-240). Dessa forma, um aliado de Lacerda assumiu a frente de sua nova investida, Rafael de Almeida Magalhães¹⁷ se tornou o porta-voz das propostas lacerdistas. Dentre

¹⁶ Do total de 1.176.014 de votos apurados, entre brancos e nulos, Negrão de Lima recebeu 582.026 correspondendo a 52,68%. Fonte: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13036#> [Acesso em: 21/09/2015].

¹⁷ Rafael de Almeida Magalhães, advogado, foi vice-governador da Guanabara na gestão Carlos Lacerda. Integrante da UDN, foi um dos principais colaboradores do governo de Carlos Lacerda. Apoiou o

os pontos de maior relevância, o semanário noticiava que o projeto consistia nos seguintes pontos: 1) “integração no Governo Revolucionário das lideranças políticas que representavam o espírito revolucionário, retomando assim, o impulso original do movimento de março” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)¹⁸, fundamentada provavelmente na desconfiança de Lacerda em ser preterido pelos militares do governo; o segundo aspecto remetia ainda mais a um possível novo ato institucional, conforme o jornal: 2) “revigoramento do Ato Institucional¹⁹ por deliberação do próprio executivo, a fim de que o governo volte a dispor dos instrumentos adequados para alcançar seus objetivos e debelar a crise” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)²⁰; por fim, o terceiro e último ponto levantado pelo jornal, baseado na fala de Rafael Magalhães ao *Jornal do Brasil*, era ainda mais contundente

Delegação de poderes ao Executivo para a aplicação de um programa de ação preventivamente fixado de índole e espírito revolucionário e renovador, capaz de assegurar as grandes reformas sociais e políticas de que o País carece promovendo uma profunda renovação nos métodos e no estilo de Governo e que possa despertar a confiança e o apoio popular que hoje faltam ao Governo (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)²¹.

Lacerda continuava atacando o governo de Castelo Branco, porém, agora, de modo a assegurar sua permanência no debate interno das forças golpistas. É improvável a hipótese de que as propostas de Carlos Lacerda tenham servido de base ou que foram realmente influentes para a elaboração do AI-2, que através de seu conteúdo, afetou toda a face civil do golpe, dentre os quais se encontrava Lacerda. Na mesma edição e no mesmo editorial, a *Folha da Semana* nos oferece outro artigo que ajuda a corroborar com esta ideia de efetivo alijamento de Carlos Lacerda e demais civis apoiadores do golpe e, a consequente perda de influência no governo federal. O artigo *Resistir* expunha mais abertamente os conflitos no âmbito militar. Neste texto se observa a ênfase atribuída à crise que se deflagrou no regime após as derrotas em estados importantes politicamente. Os agentes da crise interna do governo eram os militares dos

movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart, em 1964. Aos poucos foi se afastando do regime militar, sobretudo após sua prisão, em 1968, em decorrência do AI-5. Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/morre+no+rio+exministro+da+previdencia+raphael+de+almeida+magalhaes/n1237975123884.html> [Acesso em: 23/09/2015].

¹⁸ TRANJAN, Alfredo. Lacerda: Nova Tática. **Folha da Semana**, Rio de Janeiro, 21 a 27 de out. de 1965. Editorial, p. 4.

¹⁹ Refere-se ao Ato Institucional nº 1.

²⁰ Ibidem

²¹ Ibidem

“setores mais radicais”, que tinham o objetivo de fechar os canais de atuação tanto da ala civil do golpe, como também dos demais partidos não aliados do regime. Nas palavras do editorial o ponto fundamental era “liquidar fisicamente com todos os que lutam pela restauração da democracia no Brasil” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)²². Por outro lado, Castelo Branco, sabendo que este grupo mais radical não possuía naquele momento força suficiente para lhe tomar o governo, mas ao mesmo tempo compreendendo a situação delicada na qual estava após as eleições para os governos estaduais, procurava no Congresso algum apoio para anular as vitórias eleitorais dos candidatos opositores ao regime. O texto do editorial informava que, dessa forma, “poderá o Governo Federal intervir ‘preventivamente’ nos Estados, transformar os cassados em mortos-vivos dentro do próprio País e entregar os civis aos tribunais militares” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)²³.

A *Folha da Semana* interpretou as movimentações internas do regime projetando para o seu leitor um cenário ainda pior às ambições democráticas. Ao mesmo tempo em que anunciava um futuro próximo em tons catastróficos, fazia um chamado aos diversos setores sociais empenhados em combater o regime na luta pela democracia.

Cabe aos partidos políticos, aos trabalhadores, aos estudantes, aos intelectuais e ao povo em geral mobilizar-se para defender os seus direitos, fazendo chegar ao Governo e ao Congresso o seu repúdio às emendas e leis propostas pelo Marechal Castelo Branco. Atos públicos, manifestações, abaixo-assinados devem ser organizados e remetidos aos membros do congresso para fazê-los sentir a oposição do povo em face dessas medidas antidemocráticas (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)²⁴.

Paralelamente à *Folha da Semana*, um dos jornais que apoiaram o golpe de 1º de abril, o carioca *Jornal do Brasil*²⁵, publicava no decorrer de 1965, particularmente entre as eleições de outubro e o AI-2, diversos editoriais que “sustentou o ponto de vista

²² TRANJAN, Alfredo. Resistir. **Folha da Semana**, Rio de Janeiro, 21 a 27 de out. de 1965. Editorial, p. 4.

²³ TRANJAN, Alfredo. Resistir. **Folha da Semana**, Rio de Janeiro, 21 a 27 de out. de 1965. Editorial, p. 4.

²⁴ Ibidem

²⁵ A dissertação de mestrado intitulada *A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: Os Editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*, de autoria de Eduardo Zayat Chammas, traz a discussão sobre o Ato Institucional nº 2, mas faz uma ressalva em nota de rodapé, que transcreveremos aqui. Adverte o autor que: “Em relação ao mês de outubro de 1965, não encontramos em nenhum dos acervos visitados (Biblioteca Nacional, Arquivo Edgard Leuenroth e Arquivo Público do Estado de São Paulo) as edições do CM [Correio da Manhã]. Como, no entanto, o episódio do AI-2 é significativo para nossa análise, optamos pela manutenção do tópico no capítulo” (p. 56). Em minha própria consulta aos arquivos digitalizados do *Correio da Manhã* no site do Arquivo Nacional (Acervo Digital), em 28 de setembro de 2015, confirmo a ausência dos exemplares.

do governo, corroborando a visão que levaria ao segundo Ato Institucional” (CHAMMAS, 2012, p. 56). Nos editoriais do *Jornal do Brasil* identifica-se o temor representado pela “ameaça comunista” que, perdurava, apesar do golpe ocorrido em 1964, que deveria ser solução mais eficaz contra isso. Conforme a transcrição de Chammas (2012, p. 57) do editorial de 1º de outubro, o jornal apontava para a presença dos comunistas no processo eleitoral, fato que deslegitimaria “as críticas da oposição ao governo, por considerá-las fruto da ação do ‘inimigo interno’”, ao passo que saudava as ações do governo, através da expressão “regras estabelecidas legalmente” – a exemplo da Lei das Inelegibilidades – para garantir efetivo controle sobre as eleições. Nota-se que o *Jornal do Brasil* se empenhou em ser o porta-voz do regime com a finalidade de desqualificar os candidatos da oposição aos golpistas para as eleições de 1965, além de endossar uma atmosfera de medo sobre a população com referência aos comunistas. O candidato do PSD, Negrão de Lima foi a opção deste partido quando a candidatura do Marechal Teixeira Lott foi impugnada pela Lei das Inelegibilidades. E, Negrão de Lima, “segundo o *JB* era alvo de preocupação do governo que ressaltava que a sua candidatura e a do Marechal Lott contavam com o apoio do Partido Comunista” (GUARNIERI, 2014, p. 75)²⁶. Numa passagem do editorial de 1º de outubro oferecido por Chammas (2012, p. 57) constata-se o caráter propagandístico da mensagem que, expressava a opinião do regime e de uma elite econômica – face civil do golpe e do regime – além, como bem observou Chammas, as brechas que contem no texto na “construção do caminho que levará ao AI-2” (2012, p. 57). O trecho do editorial afirma que

[...] é lícito esperar [...] que o povo consciente da Guanabara saberá, mais uma vez, repelir a infiltração comunista que usa como biombo uma candidatura do PSD. [...] O regime democrático, salvo pelas Forças Armadas com o amplo apoio popular, só se aperfeiçoa através das eleições (JORNAL DO BRASIL *apud* CHAMMAS, p. 57).

A suposta vinculação dos candidatos da oposição ao regime com os comunistas, não é confirmada por Gaspari, o qual esclarece que

Os vencedores [Negrão de Lima, na Guanabara; e Israel Pinheiro, em Minas Gerais] vinham da pura cepa do conservadorismo nacional. [...] Não podiam ser chamados de oposicionistas, porque oposição jamais tinham feito. [...] Eram raposas que mais se assemelhavam aos

²⁶ Dayane Guarnieri se baseia na seguinte referência do *Jornal do Brasil*: *Jornal do Brasil*, 26/27 de setembro de 1965, p. 1, título: Partido comunista dá apoio oficial à candidatura de Negrão; *Jornal do Brasil*, 29 de setembro de 1965, P. 1, título: Castelo convoca Comando Militar.

conservadores do Império do que ao elenco das radicalizações da segunda metade do século XX (2002, p. 239).

A principal maneira pela qual o *Jornal do Brasil* se distinguia da *Folha da Semana*, no aspecto exclusivamente da linha editorial, estava na perspectiva de democracia expressa por ambos. Na edição de 03 de outubro de 1965, dia do pleito eleitoral, o *Jornal do Brasil* reafirmou sua posição pró regime e manteve-se confiante na vitória de Carlos Lacerda. Para Chammas: “A argumentação do jornal é clara: os anseios democráticos dos eleitores vão ao encontro das diretrizes do governo, comprometido com o respeito às instituições” (2012, p. 58).

Durante os preâmbulos do AI-2 e como consequência da derrota do regime, além da posterior crise instaurada nos círculos militares, Castelo Branco cogitava encaminhar ao Congresso uma emenda constitucional com o objetivo de limitar os poderes do Legislativo. Chammas (2012, p. 59) ressalta que o *Jornal do Brasil* não se opôs a tal medida do governo, mas que ao contrário, questionou o fato de ter sido tardiamente tramada, uma vez que poderia ter garantido a lisura e legitimidade das eleições.

Já havia previamente anunciada a possibilidade de rejeição por parte do Congresso, algo que, de fato, viria a ocorrer. Diante da nova situação enfrentada por Castelo Branco, ou seja, precisar encarar uma nova derrota, agora política, e pressupondo, a partir disso, o acirramento da crise entre seu governo e a “linha dura” do regime, em 27 de outubro de 1965 editou-se o Ato Institucional nº 2²⁷.

Com esta manobra, Castelo Branco buscou conter a crise militar pós-derrota nas urnas, além de assegurar sua própria legitimidade entre os militares, e anular as possibilidades de civis, como o seu crítico Carlos Lacerda, de se elegerem presidente da República nas eleições de 1966.

Assim, Castelo Branco: “Numa só canetada, abandonou a legalidade formal e cassou aos brasileiros o direito de eleger o presidente da República. Sabia que fazendo isso rolava o tapete para que seu ministro da Guerra viesse a ser seu sucessor” (GASPARI, 2002, p. 240).

A *Folha da Semana*, edição nº 09, que compreende os dias 28 de outubro a 03 de novembro, estampou na capa em letras consideravelmente grandes o título: *Castelo está com poderes de ditador*. A manchete determinou a situação política do país naquele

²⁷ De acordo com Grinberg (2009, p. 59), o AI-2 foi elaborado pelo senador Daniel Krieger, da ARENA em parceria com o Ministro da Justiça Juraci Magalhães.

instante, pois, se restava alguma dúvida de que o 1º de abril representara um golpe e de que até 1965 ele estivera “em marcha”, o AI-2 elucidou a principal característica política do governo Castelo Branco, um governo ditatorial.

O editorial desta edição da *Folha da Semana* explorou todos os aspectos práticos do AI-2. Elencou os principais artigos e denunciou o estado de ilegalidade no qual se colocara o governo Castelo Branco. A maneira que o jornal encontrou, através de seu diretor Alfredo Tranjan, para se posicionar de forma mais aberta foi por meio da própria capa, que além do título e sob ele o texto chamada, anunciava: *JK em perigo*.

No texto chamada lia-se que: “Contra o povo brasileiro [...] Castelo Branco acaba de impor à nação um novo Ato Institucional que liquida os restos da democracia no País” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 1)²⁸. Na opinião da *Folha da Semana*, este novo Ato Institucional era uma resposta ao fracasso do governo nas eleições e, em certa medida, o reflexo da compreensão de que o povo os repudiava. De modo completamente oposto se posicionou e interpretou a questão o *Jornal do Brasil*, para o qual, a classe política em geral e os partidos sofriam de um “Irrealismo Político” – sendo este, inclusive, o título do editorial de 27 de outubro. Por influência deste irrealismo político a classe política se revelava incapaz “de criar programas e exigir de seus representantes e candidatos o compromisso de realiza-los” (JORNAL DO BRASIL *apud* CHAMMAS, 2012, p. 62).

Ainda na capa da *Folha da Semana* escrevia-se que: “A ditadura tirou a máscara e se apresenta, agora, de corpo inteiro, para abertamente prosseguir em sua tarefa de destruição nacional” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 1)²⁹. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, teceu elogios a solução encontrada pelo governo para controlar a crise. Descreviam a ação como tendo “tácito consentimento popular” e defesa “dos princípios e dos objetivos da Revolução”, portanto justificada. Segundo, Chammas (2012, p. 62-63) o editorial falava de “‘naturais apreensões’ diante do poder acrescido que passa a ter o governo”, mas que o “‘o crédito de confiança que o presidente Castelo Branco fez por merecer da nação’” levaria “a crer que os poderes excepcionais do AI-2 ‘não terão uso arbitrário, nem sequer excessivo’”. Portanto, para este jornal tudo estava justificado e dentro da ordem, uma vez que, a inação da classe política, que impedia a

²⁸ CAMPOS, Anderson. JK em Perigo. **Folha da Semana**, Rio de Janeiro, 2 de out a 03 de nov. de 1965.

Capa, p. 4.

²⁹ Ibidem

realização plena da democracia, requeria uma resposta a altura (CHAMMAS, 2012, p. 63).

A *Folha da Semana* também pedia uma resposta, mas às arbitrariedades do governo, assim conclamava à luta diversos setores nacionais

As forças representativas da nação, agora destituídas de seus legítimos instrumentos de expressão – os Partidos políticos – devem-se unir, acima de quaisquer divergências, para travar a luta pela reconquista dos direitos democráticos (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 1)³⁰.

Na semana seguinte, o editorial da edição número 10 – 04 a 10 de novembro – do semanário, trouxe uma análise esclarecendo os efeitos políticos do AI-2. O texto se inicia com uma breve retrospectiva do que teria motivado Castelo Branco a articular uma mudança constitucional para garantir a permanência do regime golpista no governo após as eleições de 1966. O jornal aponta para o desprestígio do regime com base nos resultados das eleições estaduais e o iminente enfraquecimento na correlação de forças dentro do Congresso visto o fortalecimento do Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). “Noutras palavras, o expediente da eleição indireta estava liquidado, uma vez que o Governo perdera toda sua base política” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)³¹. A maior preocupação do regime era de acontecer nas eleições indiretas para a presidência da república uma nova derrota e maior enfraquecimento e representação política e, assim, não se manter no governo, uma vez que, outubro de 1965 lhe serviu de prévia sobre o apoio do Congresso, através da derrota da Emenda Constitucional encaminhada a fim de minar os poderes daquela casa. O editorial seguia informando que: “Só haveria eleição indireta com a aquiescência do PSD e, neste caso, ele tinha condições de influir na escolha do candidato” (FOLHA DA SEMANA, 1965, p. 4)³². O texto continua sua análise explicando que por intermédio do AI-2, Castelo Branco poderia cassar mandatos de parlamentares opositores e entregar o cargo a outro golpista.

1.3 – A Imprensa e o Golpe

As formas e grupos de resistência foram se diversificando e se tornando mais complexos, pois seus representantes se situavam nos dois extremos da cena política do

³⁰ Ibidem

³¹ CAMPOS, Anderson. União pela Legalidade. **Folha da Semana**, Rio de Janeiro, 04 a 10 de nov. de 1965. Editorial, p. 4.

³² Ibidem.

Brasil, conservadores e radicais. Destarte, a nova configuração da resistência motivada pelo AI-2 começou a ganhar formas mais precisas e se dividiu, de acordo com a tese de Napolitano (2011, p. 28) basicamente em três atores, os liberais críticos; o PCB e a esquerda mais radical.

Neste mesmo ano – 1965 – começou a circular o jornal *Folha da Semana*, no dia 02 de setembro. Seu primeiro número continha 16 páginas e em seu editorial de apresentação, declarava “defender as liberdades democráticas, o desenvolvimento econômico e a soberania nacional”. O nome do diretor vinha informado sob o título do jornal, era o advogado e deputado Alfredo Tranjan. O AI-2 o afetou diretamente, pois este primeiro diretor manteve-se somente até o nº 10, que correspondia à semana do dia 04 a 10 de novembro, quando o agravamento da ditadura, com a edição do Ato Institucional em questão, o levou a renunciar à função (CZAJKA, 2009, p. 295).

Apesar dessa interferência gerada pelo AI-2 sobre a *Folha da Semana*, a mudança de diretor não afetou sua publicação, pois o jornal fora lançado com as mesmas 16 páginas e, também não causou um hiato na sua circulação. O jornal *Folha de Semana*, a partir do nº 11 – de 11 a 17 de novembro – passou a ser dirigido por Arthur José Poerner. Em seu primeiro número como diretor do periódico, Poerner destacou na matéria de capa a deportação do ex-presidente Juscelino Kubitschek, mas em um de seus editoriais houve uma breve referência à sua nova direção. A chegada de Arthur Poerner à *Folha da Semana* não modificaria a linha editorial proposta desde de seu primeiro número. Escreviam que “nessa hora difícil por que passa a Nação, (...) o semanário (...) manterá inalterada a sua linha de defesa da democracia brasileira e do desenvolvimento independente do País, sem compromisso com qualquer facção política” (p. 4)³³.

O jornalista Arthur José Poerner vai ganhando relevo à medida que buscamos identificar as redes intelectuais que atuaram na constituição de uma imprensa periódica voltada para análise das questões culturais, do mercado, do engajamento e da situação do intelectual nesse contexto de profunda transformação estrutural da sociedade brasileira.

Poerner não era um comunista, portanto, com base nas tipologias elencadas por Marcos Napolitano sobre a conformação das resistências no pós-golpe, o jornalista poderia ser pensado como um liberal crítico que atuava na constituição da Frente Ampla

³³ POERNER, Arthur J. Poerner. **Folha da Semana**, Rio de Janeiro, 11 a 17 de nov. de 1965. Editorial, p. 4.

e, além disso, Poerner era um intelectual engajado e que interferiu diretamente na maneira como o movimento estudantil brasileiro passou a se enxergar, após a publicação de seu livro *O Poder Jovem*, em 1968. Poerner através de sua participação a frente do jornal *Folha da Semana*, articulou um dos vários núcleos de resistência político-cultural ao regime militar.

Um desses núcleos de resistência político-cultural ao regime militar teve como ponto de partida a imprensa (CZAJKA, 2009, p. 203). Esta conseguiu se organizar – ainda que heterogeneamente – e iniciar uma ação de resistência que partia de um setor intelectualizado e, que propiciou a esta camada social se projetar no espaço público no intuito de defender as liberdades individuais, de livre expressão e de criação nos diversos segmentos artísticos. Percebe-se que este setor intelectualizado, além de trabalhar na contraposição das arbitrariedades do regime militar, buscou também ocupar novos espaços que lhes propiciassem aquela projeção acima mencionada, haja vista, a dispersão do referido setor quando tiveram seus antigos espaços de representação política e intelectual – partidos, universidades, institutos, etc. – desarticulados no imediato pós-golpe. A imprensa alternativa foi um destes novos espaços ocupados por intelectuais, e conforme se observou:

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos (KUCINSKI, 2001, p. 6).

A imprensa, sobretudo a alternativa – onde identificamos a *Folha da Semana* – foi o núcleo que amplamente se dedicou a resistência de forma direta, ou seja, ocupando um espaço no mercado editorial, ganhando seu próprio nicho neste mercado, e também aquele que divulgou demais formas de resistência por intermédio de suas páginas, na escolha dos editores em dar visibilidade a outros núcleos, como o teatro, música e cinema³⁴.

Contrariamente ao que aconteceu no pós-golpe, foi também a imprensa, contudo não a alternativa mas uma parte da imprensa liberal, que apoiou a intervenção dos militares no governo de João Goulart. Os editoriais *Basta!* e *Fora!* denotam isso,

³⁴ Todos os nomes de intelectuais e artistas que passaram pela *Folha da Semana* serão elencados no segundo capítulo.

pois foram publicados entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964 no Jornal *Correio da Manhã* com conteúdo crítico ao governo de Jango. Sobre a autoria dos textos existem ainda incertezas, entretanto João Amado atribuiu a autoria aos intelectuais Otto Maria Carpeaux, Newton Rodrigues, Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva e Carlos Heitor Cony. Amado revela que,

[...] os quatro principais redatores de editoriais do *Correio da Manhã* nesses dias eram Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux. A redação do "Basta!" é frequentemente atribuída a Moniz, que coordenava o trabalho de seus colegas, a quem cabia a decisão final sobre os textos. Moniz e Peralva negaram, em conversas separadas, em agosto de 1988, que o tivessem redigido, embora admitissem que o tivessem discutido. Carpeaux morreu em 1978. Mas nem Moniz nem Peralva insinuaram que ele fosse o redator. Em julho de 1999, o jornalista Carlos Heitor Cony, contou-me que a base do editorial, na sua primeira versão, foi manuscrita por Carpeaux. Submetida a Moniz, começou um processo de redação conjunta, da qual participaram ele, Cony, Carpeaux e Moniz. Cony informa que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a Carpeaux³⁵.

Dado interessante é que em 1965, Otto Maria Carpeaux compôs o grupo de intelectuais que participaram na *Folha da Semana*, inclusive, no caso de Carpeaux, um intelectual liberal e conservador, trabalhando ao lado de um intelectual do PCB, Leandro Konder.

Porém, ainda em 1964, o que se viu foi um recuo daquela mesma imprensa liberal e de demais setores da sociedade civil ao tomarem conhecimento das primeiras arbitrariedades e ataques a democracia realizados pelos militares no governo. O próprio jornal *Correio da Manhã*, cujo redator era Arthur Poerner, passou em pouco tempo de pró intervenção militar a agente da resistência que estava se formando. Em suas páginas passaram a circular figuras como Otto Maria Carpeaux, Carlos Heitor Cony, Marcio Moreiras Alves, Hermano Alves, Paulo Francis e outros (NAPOLITANO, 2011, p. 27).

Portando, conforme dissera Kucinski, houve realmente uma articulação entre um setor da imprensa – jornais e revistas – com intelectuais e, isso propiciou uma intervenção capaz de influenciar a opinião pública.

1.4 – O Jornal Folha da semana: Surgimento, IPM e Invasão

³⁵ Amado, Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=427MCH002>>. [Acesso em: 05/10/2015].

O semanário *Folha da Semana* já nasceu sob o jugo da repressão do governo militar, porém alimentado pelo fortalecimento de um mercado de bens culturais iniciado antes mesmo do golpe de 1964. Em fins de 1964 até meados de 1965, novos periódicos começam a surgir – jornais, revistas e semanários.

Folha da Semana foi um semanário caracteristicamente alternativo no formato tabloide. Arthur Poerner, que fora redator do *Correio da Manhã*, conseguiu manter os intelectuais que colaboravam com a *Folha da Semana* mesmo após a saída de seu primeiro diretor em consequência do AI-2. Dentre os nomes que circularam por este jornal estão uma parte significativa da esquerda e dos liberais do Rio de Janeiro, como Sérgio Cabral, Maurício Azedo (secretário), Otto Maria Carpeaux, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Paulo Francis, Marcio Moreira Alves e Luis Carlos Maciel. A *Folha da Semana* “foi o único alternativo não efêmero dessa fase, completando quinze meses de vida. Em julho de 1966, deu-se a cassação dos direitos políticos de Arthur Poerner” (KUCINSKI, 2001, p. 30). Anderson Campos assumiu a direção do jornal até dezembro do mesmo ano, quando novamente o jornal sofreu a influência do AI-2, pois fora fechado por decreto presidencial e sua redação ocupada por fuzileiros navais.

A última edição da *Folha da Semana* a qual tivemos acesso sob a direção de Arthur Poerner, foi a de nº 32, circulada entre os dias 14 e 20 de abril de 1966. Entretanto, o primeiro número que teve Anderson Campos no lugar de Poerner, foi o 44 – 07 a 13 de julho de 1966 – coincidindo, portanto, com a data da cassação dos direitos políticos³⁶ de Poerner.

Na edição seguinte – nº 45, de 14 a 26 de julho de 1966 – havia uma nota intitulada *Cassação de Poerner gera protestos* (p. 5), que informava sobre uma possível candidatura de Arthur Poerner pelo MDB que, por conseguinte, teria levado a sua cassação. A notícia trazia depoimentos de alguns jornalistas que discursavam em defesa de Poerner, tais como: Danton Jobim, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Hélio Fernandes, diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*, que acusava diretamente o ministro Juraci Magalhães como responsável pela cassação de Poerner, pelo fato de não ser de seu agrado o “noticiário” que Poerner fazia; além de Mário Martins, do *Jornal do Brasil*.

A cassação dos direitos políticos de Arthur Poerner não cessou as atividades da *Folha da Semana*, que manteve sua linha editorial praticamente inalterada. Entretanto,

³⁶ Ocorrida, de acordo com sua ficha do DOPS, em 04 de julho de 1966, na qual lê-se: “O marginado teve suspenso seus direitos políticos, por 10 anos, publicado no D.O., desta data”.

no dia 27 de julho, o jornal recebeu mais um golpe da ditadura, pois sua redação, instalada num edifício da avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro sofreu uma invasão por parte de um pelotão da Marinha. A notícia veio estampada na capa – edição da semana entre 28 de julho e 03 de agosto de 1966, referente a edição nº 47 – ao lado das demais manchetes e fora intitulada como *Invasão*. De acordo com o texto:

O pretexto alegado para a ocupação do jornal parece ser a publicação, em nosso número 9, de 28 de outubro de 1965, do editorial intitulado **Governo na Ilegalidade**, no qual a FOLHA DA SEMANA denunciava a revogação de dispositivos básicos do regime democrático e representativo, expressos na Constituição Federal de 1946, pelo Ato Institucional nº 2, baixado na véspera pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (grifo do autor).

Esse episódio aconteceu como resultado de um IPM instaurado pela Marinha a fim de se apurar “subversão” na redação da *Folha da Semana*. Na semana posterior o periódico – nº 48, de 04 a 10 de agosto de 1966 – forneceu maiores detalhes sobre a invasão. Num breve informativo estampado na capa, o *Ilegalidade* ressaltava os aspectos de ilegalidade e violência cometidos pela ação da Marinha. Um pouco adiante, em tom sarcástico, a reportagem completa sobre a invasão recebeu o título *Marinha quer ler as matérias da “Folha” antes dos leitores* (p. 11) e, nela se transcreveu a petição dos advogados do semanário enviada ao Capitão-de-Fragata Bento Augusto de Magalhães, da Marinha de Guerra, na qual requeria a devolução dos materiais apreendidos. Também reiteraram o apoio que fora dado pela ABI, demais jornalistas e jornais, além de listar os objetos apreendidos durante a operação.

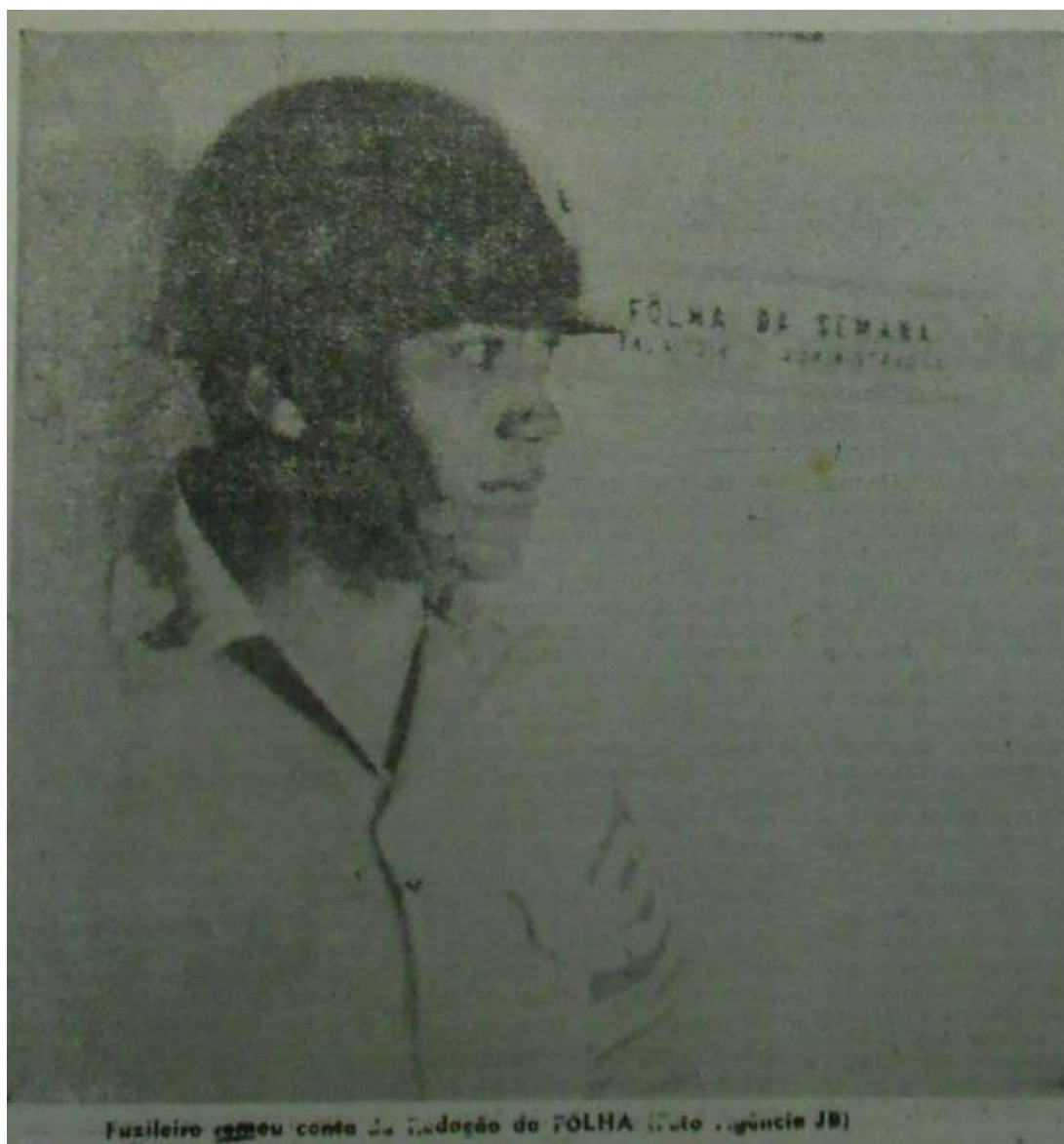
Imagem 1 – Capa da edição da invasão do jornal *Folha da Semana*.



Fonte: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*³⁷.

IMAGEM 2: “Marinha quer ler as matérias da ‘Folha’ antes dos leitores”, com uma foto de uma fuzileiro naval na redação da *Folha da Semana* na ocasião da invasão sofrida em 27 de julho de 1966. O registro foi feito pela Agência Jornal do Brasil, de acordo com a legenda da própria foto.

³⁷ INVASÃO. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 1 (capa), 04 a 10 ago. 1966.



FONTE: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*³⁸.

1.5 - Mercado e Resistência: as redes de intelectuais

Do ponto de vista da organização, os intelectuais envolvidos no projeto editorial da *Folha da Semana* estiveram sempre empenhados em debater os pressupostos de sua articulação no plano da cultura. Sua legitimação dava-se proporcionalmente na afirmação da importância da figura do intelectual no espaço público, em especial, nos meios de comunicação, como um epicentro pelo qual passava em debate os projetos para transformação da sociedade brasileira. Todavia, essa mesma organização, através da qual os intelectuais se representavam socialmente

³⁸ MARINHA QUER LER AS MATÉRIAS DA “FÔLHA” ANTES DOS LEITORES. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 11, 04 a 10 de ago. 1966.

no âmbito da cultura, esteve atrelada desde o princípio à estrutura de mercado. Essa condição possibilitou não somente coordenar o plano de produção e circulação dos produtos culturais, mas a sustentação destes produtos junto a um público consumidor que, ao mesmo tempo, fomentava as discussões adquirindo as revistas e jornais nas bancas e livrarias (CZAJKA, 2009, p. 289).

O jornal *Folha da Semana* esteve em meio a uma série de conflitos que passaram desde o processo de acolhimento dos intelectuais dispersos tanto pela repressão militar pós-1964, quanto pela onda de choque das revisões pelas quais passaram as esquerdas em toda década de 1960. No interior desse processo de acolhimento outras questões emergiram como centrais na configuração dos debates entre as diversas *formações culturais* de esquerda, como também possibilitaram a concretização de um temário dessas formações no ambiente de mercado. Noutras palavras, a representação e a visibilidade dos “grupos” de intelectuais esteve vinculado a um caráter dúbio. Os intelectuais, para concretizarem um projeto coletivo e superarem a individualidade inerente ao seu trabalho, tiveram que propor – e muitas foram as tentativas – formas de articulação que, por sua vez, consolidaram-se no âmbito da cultura no momento que esta adquiria feições industriais e mercadológicas em meados da década de 1960 (CZAJKA, 2009, p. 289).

Ou seja, engajamento, resistência cultural, terrorismo cultural, hegemonia cultural de esquerda, e outras categorias derivadas emergiram no espaço público, na medida em que foram se tornando visíveis a um público que dava atenção a este vocabulário ensaiado entre as *formações culturais* de oposição, em especial, as de esquerda.

Daí também a importância em considerar tais aspectos como fatores constituintes de uma resistência cultural na vigência do regime militar: de um lado, a organização dos intelectuais que passava em revisão as bases do seu engajamento e sua vinculação direta a uma instituição partidária, no caso o PCB; de outro, a afirmação da figura do intelectual livre, independente e crítico, alentado pelo mercado que oferecia o “lugar” necessário para concretização dessa mudança (CZAJKA, 2009, p. 290). É, pois, dentro desse contexto que o jornal *Folha da Semana* esteve inserido, como espaço para articulação da intelectualidade nacionalista de esquerda e também laboratório para as novas gerações de intelectuais que na década de 1970 passariam por uma nova fase de renovação.

Muitas questões conjunturais começam a surgir como temas transversais desta pesquisa quando seu objeto é um intelectual, neste caso Arthur José Poerner. Neste recorte dos anos 1960, principalmente 1964 até 1968, é factível a afirmação de que os intelectuais se consolidaram enquanto estrato social diferenciado e complexo (RUBIM, 1998, p. 308). A esta afirmação soma-se aquelas questões de conjuntura anteriormente mencionadas, que são: a solução prussiana representada pelo golpe de 1º de abril, a ampliação do Estado, desenvolvimento econômico oligopolista, modernização conservadora e um novo e potente circuito de organização da cultura, este representado pela hegemonia capitalista no Brasil e pelo novo momento da indústria cultural. A síntese destes dois últimos aspectos pode ser representada através de uma passagem de Roberto Schwarz (2008), na qual ele escreve que apesar disso tudo e da consumação do golpe, a produção cultural da esquerda não parou e se fez notável desde então. “A sua produção é de qualidade notável nalguns campos e é dominante. Apesar da ditadura de direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (SCHWARZ, 2008, p. 62).

Esta síntese encontrada por Schwarz nos coloca os problemas da configuração das esquerdas nos anos 1960 e da configuração do mercado cultural e da indústria cultural.

Mesmo com grandes agitações no campo da cultura e todos os debates altamente criativos com propostas de se rebelar contra a ordem e estabelecer uma nova, é importante, saber que a direita nunca perdeu o controle do processo, apesar da forte presença cultural de esquerda (RIDENTI, 2000, p. 44).

Durante o período de transição entre os anos do governo de Jango até o golpe civil-militar houve uma agitação no interior de entidades e associações intelectuais com a preocupação em condicionar uma prática cultural *pari passu* com as transformações políticas e sociais no final da década de 1950 e início da década de 1960 à luz das problemáticas sociais, políticas e econômicas brasileira. A esquerda sempre esteve profundamente vinculada a essa discussão e suas entidades de maior representação eram o ISEB e a UNE, esta, sobretudo por intermédio de um setor específico em seu interior, o Centro Popular de Cultura (CPC) que era um núcleo formado principalmente por jovens estudantes que se ocupavam da produção cultural.

Com o golpe de 1964, houve uma desarticulação das instituições que se envolviam com a política e produção cultural. Tais grupos não conseguiram formar uma unidade a fim garantir uma resistência frente às circunstâncias impostas por este acontecimento.

Entretanto, o golpe militar de 1964 pôs termo à maioria das instituições envolvidas com o processo de politização em curso desde 1961. Se por um lado, a política nesse momento era o centro para o qual se voltava a atenção de diversas entidades, artistas e intelectuais, essa mesma politização, contudo, não foi capaz de articular o heterogêneo contingente militante em torno de uma razoável unidade. Exercia-se, pois, a política, mas a partir de um imaginário político desprovido de um poder de interferência efetivo nas estruturas reacionárias do Estado. Tanto os partidos políticos, como os sindicatos, as agremiações estudantis, e as entidades de esquerda mostraram-se incapazes de fazer resistência ao golpe devido à falta de uma articulação conjunta (CZAJKA, 2005, p.26).

Tempos após o golpe em abril de 1964 o regime tratou de intervir de forma rigorosa nas instituições que possuíam vínculos com a esquerda e com o governo de João Goulart. Czajka (2005, p. 26) ressalta que as entidades que discutiam política e cultura foram as que sofreram intervenção quase imediata, pois: “O ISEB foi fechado a partir de um decreto do governo federal e a UNE foi colocada na clandestinidade, tendo sua sede no bairro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, destruída por um incêndio”. Nesse cenário que se revelava, a UNE veio a perder o seu instrumental político-jurídico junto ao Estado, visto que isso não era exclusividade desta instituição, mas de outras tantas – inclusive do ISEB – que tinham respaldo oficial do Estado durante os anos precedentes ao golpe de 1º de abril. Inaugura-se, portanto, um amplo período de repressão aos movimentos e pessoas que se manifestassem contrários ao novo regime imposto na referida data.

O PCB teve uma importância considerável, sobretudo quando buscamos compreender a maneira pela qual as esquerdas – ao menos sua parcela que não pegou em armas – se organizaram entre 1964 e 1968. O partido reunia em seus quadros inúmeros artistas e intelectuais que, se não pertenciam diretamente a ele, ao menos gravitavam ao seu redor.

Após o golpe, em 1964 o partido precisou se preocupar em garantir a integridade mínima de seus quadros, dessa forma, somente em 1965 conseguiu se posicionar oficialmente sobre o golpe, através da resolução de maio. Esta resolução causou uma crise interna no partido, inclusive tendo uma série de expurgos. Marcou também o seu esvaziamento no campo da política ao longo dos anos 1970. Entretanto, observa-se que: “A decadência do PCB na área política não foi acompanhada, no mesmo ritmo e magnitude, da sua decadência na área cultural” (NAPOLITANO, 2011, p. 30). A proposta de “ocupar espaços”, inclusive na grande mídia burguesa, como a

Rede Globo, nas redações de grandes jornais, entre outros, denota uma situação paradoxal do Partido nos anos 1960 e 1970, porém demonstra um certo sucesso dos comunistas na defesa dos valores do nacional-popular e da aliança de classes em prol da democracia (NAPOLITANO, 2011, p. 30). Ora, os quadros pecebistas, especialmente os culturais se mantiveram fiéis a este princípio de defender o nacional-popular e a unidade de classes na luta contra o regime. Assim, buscaram todos os espaços dentro do sistema e, tiveram este espaço concedido pelos empresários, haja vista, a grade aceitação que suas produções tiveram na classe média.

A indústria cultural e o mercado que ela nutria nos anos 1960 e 1970, foram o pano de fundo da formação de uma rede de intelectuais oposicionistas que encontraram nela a superação da individualidade que é inerente ao seu trabalho, contudo sem precisar se deslocarem do campo de atuação por excelência do intelectual, o campo da cultura.

A cultura teve o papel de articular a oposição ao regime militar, e se tornou o “lugar de negociações de identidades políticas, estéticas e ideológicas entre os diversos atores da oposição” (NAPOLITANO, 2012, p. 103). A projeção e legitimação do intelectual no campo da cultura, portanto, passava pelo surgimento de espaços que permitissem sua articulação e a representação dos interesses públicos dos produtores de cultura (CZAJKA, 2012, p. 216). Dado que, essa legitimação fez da cultura um “espaço de convergência de diferentes atores” que buscavam alternativas de oposição ao regime militar, temos que, “a resistência cultural seria incorporada e reverberada por outros grupos ideológicos, sobretudo pelos comunistas, em sua busca da ‘unidade das oposições democráticas’”. A cultura parecia um terreno menos perigoso para afirmar tal estratégia” (NAPOLITANO, 2012, p. 103). Por outro lado, se de fato era “menos perigoso”, conforme comenta Napolitano, isso se explica através de duas constatações levantadas por Czajka (2012, p. 216). A primeira e menos relevante diz respeito ao período que vai de 1964 até 1967, em que se consagrou por meio de uma bibliografia específica, a denominada “ditabranda”. Atestam que nos primeiros anos do regime militar houve uma “relativa liberdade”, cerceada apenas por algumas restrições políticas. Esta tese se torna refutável, sobretudo ao tratar-se dos articuladores da cultura, quando observamos os efeitos causados pelo AI-2 sobre os intelectuais e seus jornais. Além desse aspecto já considerado anteriormente, a tese de Czajka percorre outro caminho que também contesta a afirmação que leva em conta a “ditabranda”. Para este autor, quando se considerou o relativismo em torno de uma “liberdade” dos intelectuais

dada pelos próprios militares, propiciou-se conclusões precipitadas em torno dessa questão.

[...] a relativa liberdade entre 1964 e 1967 não foi um atributo concedido exclusivamente pelos governos militares vigentes no período, mas foi ela mesma construída e mantida pela permanente atividade cultural de núcleos intelectuais e artísticos que, por meio de revistas, jornais, teatro, entre outras manifestações, produziram condições materiais para a formação da chamada “hegemonia cultural de esquerda” [...] e para a expressão das liberdades individuais (CZAJKA, 2012, p. 216).

O conceito de “hegemonia” guarda a noção de resistência e amplia o seu sentido ao permitir a compreensão de como ela se reproduz socialmente. Isso significa que a resistência e o engajamento foram concebidos na forma de “símbolos de organização política”, dentre os quais se compartilhavam entre grupos heterogêneos, inclusive nos casos daqueles que não foram afetados diretamente pela repressão. Dessa forma, a hegemonia proposta por Schwarz criou uma aparência homogênea e unitária da resistência cultural (CZAJKA, 2010, p. 102).

Portanto, os intelectuais, a política e a cultura desempenharam um papel fundamental na constituição da rede de intelectuais opositores, por mais que houvesse aquela clara divisão ideológica entre os grupos de resistência indicada por Napolitano. Se a “hegemonia cultural” gerava uma aparência de unidade é porque um conjunto de valores estava sendo compartilhado. Tais valores eram compartilhados no interior dessa rede, portanto, por comunistas e liberais, em que pese o fato de ser uma hegemonia cultural “de esquerda”. Os valores compartilhados dentro da referida rede de intelectuais eram acessíveis através da consolidação de um mercado de bens simbólicos e culturais (BOURDIEU, 2004, p. 99-182; CZAJKA, 2010, p. 102). Com esta afirmação, temos que “‘hegemonia cultural’ é, por um lado, conceber que as resistências culturais desorganizadas faziam-se uniformes e unificadas, na medida em que essa mesma hegemonia das esquerdas na cultura realizava-se pelo viés do mercado de bens culturais” (CZAJKA, 2010, p. 102).

De certa forma, os comunistas representavam diretamente a disputa pela hegemonia no interior das forças revolucionárias e no interior da rede de intelectuais, por meio da proposta de unidade classista e ocupação de espaços. No momento em que passaram a perder influência entre grupos políticos que passavam a se organizar e

romper com o Partido, decretando uma lenta decadência do PCB na área política; o partido canalizou forças na influência cultural que ainda detinha nos anos 60.

Portanto, para que a ação política e a atuação dos intelectuais alcançassem resultados práticos – aqui expressos pela hegemonia – a luta deveria passar também pela esfera da cultura. A luta pela hegemonia não se travou, para os comunistas, apenas nas instâncias econômica e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. Um dos instrumentos compreendidos no interior da referida esfera eram as revistas e jornais, pois agrupavam intelectuais e disseminavam suas ideias propiciando o debate em um âmbito maior destes núcleos culturais, a saber numa rede.

O domínio da “hegemonia cultural de esquerda” está ligado à produção ideológica, e não pode sair dela por razões policiais. O próprio Schwarz qualifica essa hegemonia: “É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio” (2008, p. 72). A “hegemonia” nesses moldes, denuncia seu cerco político, mas também “a emergência de um outro circuito cultural verdadeiramente hegemônico e subsumido ao capitalismo, pela via do mercado” (RUBIM, 1998, p. 346). A hegemonia, portanto, se fazia também através do consumo e da demanda, e não somente pela afirmação das esquerdas nos espaços de debates que formavam a rede de intelectuais.

1.6 – O *front cultural* e a Frente Ampla

A partir de outubro de 1965, Carlos Lacerda passara a uma situação de gradativo aumento de seu isolamento político. A eleição indireta para a presidência da república marcada para acontecer em 1966, alijou-o da possibilidade de concorrer como candidato pela UDN com apoio dos militares golpistas. A nova situação de bipartidarismo estabelecida com base no AI-2 também contribuiu para o enfraquecimento de Lacerda, uma vez que, antigos companheiros de partido passaram a se filiar à ARENA.

Entretanto, não havia para Lacerda a possibilidade de sua filiação ao partido do governo, muito em função de um sentimento de ter sido traído pela “revolução” que ajudara a articular em 1964 como um “braço” civil. O partido de “oposição” à ARENA era o MDB, que por sua vez, exercia uma oposição difusa, marcada pelas nuances ideológicas em seu interior, que contava com liberais, socialistas, comunistas e ex-membros de partidos sufocados pelo AI-2.

À vista das escassas possibilidades de novamente se infiltrar no cenário político “em meados de 1966 Lacerda começou a articular a chamada ‘Frente Ampla’, cuja finalidade expressa seria oferecer alternativas à então tímida oposição exercida pelo MDB” (MENDONÇA, 2002, p. 361).

A Frente Ampla foi uma expressão de resistência dos liberais contra o regime, contudo sua composição e atuação ainda guardam algumas dúvidas. Sabe-se que, inicialmente contou com a liderança de Carlos Lacerda, parceria de Juscelino Kubitschek e apoio não muito entusiástico de João Goulart (NAPOLITANO, 2011, p. 29). Buscaremos nos aprofundar no debate sobre a Frente Ampla através de alguns números do semanário *Folha da Semana* que nos oferece uma leitura dos acontecimentos sobre a perspectiva liberal de sua linha editorial, porém de resistência ao regime e de crítica às ações e propostas da própria Frente Ampla. Através da leitura de algumas notícias e editoriais da *Folha da Semana* será feita uma análise comparativa aos editoriais dos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, que trataram do tema da Frente Ampla, e que constam na dissertação de Eduardo Chammas (2012).

As eleições gerais de 1966 ocorreram, em primeiro lugar, por influência do AI-2; e segundo, sob as disposições do AI-3, que dispôs sobre as eleições indiretas e nomeação de prefeitos das capitais dos Estados. No âmbito do executivo federal, ocorreram eleições indiretas para vice-presidente e Presidente da República, no dia 03 de outubro; no legislativo federal, foram escolhidos de forma direta os deputados e senadores – MDB e ARENA –, em 15 de novembro; no executivo estadual as eleições para governador ocorreram de forma indireta nos onze estados restantes em 1965, no dia 03 de setembro; os deputados estaduais foram eleitos de forma direta, em 15 de novembro, juntamente com os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Chammas comenta que “em outubro de 1966, Carlos Lacerda publicava um manifesto na *Tribuna da Imprensa*, lançando a Frente Ampla. Na época do lançamento do manifesto, no entanto, ele ainda estava sozinho” (2012, p. 73). Sozinho, pois Lacerda ambicionava as assinaturas, sobretudo, de Juscelino Kubitschek e João Goulart. A fim consolidar o projeto da Frente Ampla e conseguir os aliados acima mencionados, Lacerda partiu ao encontro de Kubitschek em Portugal.

A edição de número 64 – 24 a 30 de novembro de 1966 – da *Folha da Semana* estampou a seguinte manchete em sua capa: *O que há por trás do acordo de Lisboa*; e a matéria completa na página 03 do jornal levava o título: *JK e Lacerda querem tirar partido da Frente*. A palavra “partido”, apesar das possibilidades de interpretação neste

contexto, fazia referência à criação mesmo de um novo partido político capaz de fazer frente ao regime e impedir a eleição indireta para Presidente da República no ano seguinte. Na ótica da *Folha da Semana* a reunião entre Lacerda e JK foi um “passo à frente dado no sentido de unir as forças que se opõem ao Governo Castelo Branco” (FOLHA DA SEMANA 1966, p. 3).

Do encontro dos dois políticos em Lisboa foi lançada a Declaração de Lisboa com o objetivo de “unir-se frente ao inimigo comum, o Governo Castelo Branco” (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3). Mais à frente a matéria resume o plano geral da Declaração como uma proposta que “reclama uma política de paz e liberdade para retomar e acelerar o desenvolvimento sem o qual a Nação é condenada a viver entre a submissão e o desespero” (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3).

Informação importante assinalada pelo semanário é o avanço representado pelo encontro entre JK e Lacerda e, conseqüentemente, pela Declaração de Lisboa, em relação ao manifesto da Frente Ampla divulgado por Carlos Lacerda na ocasião das efemérides de um ano do AI-2.

Ainda durante o encontro fora estabelecida a proposta de criação de um novo partido, que conforme os dizeres da Declaração seria um “partido popular para a reforma democrática”. Para o jornal

Isso quer dizer que o antigo Presidente cassado pela “revolução” e o antigo Governador que corre agora o risco de ser igualmente cassado pela mesma “revolução” estão convencidos de que o movimento de 1º de abril agoniza. Daí a pressa em criar o instrumento de arregimentação política que lhes há de permitir atuar na evolução da vida brasileira (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3).

O governo Castelo Branco não conferiu uma reação imediata ao documento que lançava oficialmente a Frente Ampla. Na matéria do periódico há menção a isso informando que o governo ainda não tinha um plano efetivo contra o que vinha ocorrendo, pois não sabia se punia Lacerda ou se evitava intervir na situação com o intuito de não haver maiores repercussões. A única reação do governo foi culpar o ditador Salazar por não ter evitado o encontro em Lisboa e a divulgação do documento (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3).

Do outro lado, os opositores ao regime também teriam se surpreendido com o encontro e a Declaração. O jornal afirmava que a amplitude do entendimento entre Lacerda e JK a ponto de resultar num documento que comprovava a aliança, teria pego

muita gente da oposição de surpresa, contudo não houve referência aos nomes nesta reportagem.

Na sequência o jornal trouxe a sua breve análise do que representava a criação da Frente Ampla. O parágrafo assume grande importância por explicar um pouco das motivações políticas de JK ao firmar uma aliança com um antigo opositor político como fora Carlos Lacerda. Com esta análise o jornal passou a se posicionar a respeito da Frente Ampla e a colocar apontamentos críticos, sobretudo afirmando que eles não deveriam almejar a posição de únicos representantes de uma Frente, dado que existiam forças lutando desde o início pelo restabelecimento da democracia.

Seja como for, não há como desconhecer o significado político da decisão dos Srs. Kubitschek e Lacerda. Sobretudo o antigo Presidente vê a sua posição fortalecida, já que o ideário anunciado em Lisboa reproduz praticamente toda a sua filosofia política e a sua pregação depois que lhe cassaram o mandato. No entanto, não se deve imaginar que o novo partido programado pelos dois signatários da “Declaração de Lisboa” venha a substituir a frente de todas as forças democráticas e populares existentes no Brasil. O partido que os Srs. Kubitschek e Lacerda desejam criar pode ser uma parte dessa frente, mas nunca a própria frente. Isso porque existem forças ponderáveis, desde o começo da luta contra a ditadura, engajadas na batalha da democratização, que dificilmente aceitariam, a esta altura, integrar o partido em questão (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3).

Com este excerto, a *Folha da Semana* afirmava o seu lugar entre as resistências que, conforme se observa no decorrer dos editoriais a respeito da Frente Ampla, será sempre reafirmada. O semanário se posicionava como uma das forças que lutou desde o início, se não pela representação institucional conferida pelo jornal *Folha da Semana*, que nasce em 1965, ao menos através de seus membros, que de maneira difusa e articulados a outras formas de representação, também se puseram a defender a democracia e a ilegalidade do governo golpista. Na edição nº 58 – 13 a 19 de outubro de 1966 – por exemplo, no editorial já se fazia menção ao trabalho de denúncia do caráter antinacional do regime militar. Elenca-se os principais atores desse processo, como os intelectuais, estudantes e trabalhadores. A *Folha da Semana*, portanto, pensava a Frente Ampla paralelamente ao que vinha acontecendo. O próprio título deste editorial era *A Frente Ampla* e tinha, a rigor, um chamado à luta contra o regime, em defesa da democracia.

Outro aspecto que começa a se revelar com esta passagem da matéria, diz respeito ao modo como diferentes vertentes ideológicas e práticas políticas se

organizavam na resistência ao regime. A *Folha da Semana* representou uma *formação cultural* gestada a partir de uma *estrutura de sentimento* de diversos núcleos, como a própria Frente Ampla, e *formações culturais* que compartilhavam posicionamentos e *intenções* muito próximos, ainda que não houvesse, como de fato não houve, em muitos casos, uma linearidade nas lutas e formas de praticar a resistência. Como veremos mais à frente, a Frente Ampla, na maneira como foi abordada pela *Folha da Semana*, indicou uma possibilidade de compreensão no entorno de suas práticas políticas, alianças e inserção política naquele contexto, que ainda foi pouco explorada e que nos leva ao conceito de *estrutura de sentimento*. Entretanto, devemos explorar mais a respeito da Frente Ampla a fim de comprovarmos esta hipótese e apresentarmos este conceito em seus pormenores.

Ainda na matéria da edição nº 64, caminhando para o seu final e após se colocar criticamente frente a Declaração de Lisboa, o semanário passou a pontuar a maneira como ele mesmo se inseriria numa frente mais geral, conforme a explicação do parágrafo acima transcrito. Sua defesa é de uma frente que se integre “na base de um programa mínimo que garanta o efetivo estabelecimento de um regime democrático no Brasil” (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3). Deixa claro que sua luta não se faz tergiversando às propostas da Frente Ampla, mas clamando por um programa que contenha “reivindicações concretas que levem à reparação dos crimes cometidos nestes 32 meses de ‘revolução’” (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3). E, para que se caminhasse nesse sentido, o programa ideal, de acordo com a matéria, deveria conter as seguintes pautas: anistia; restabelecimento dos direitos trabalhistas; fim do arrocho salarial; uma política econômico-financeira autônoma, para garantir a retomada do desenvolvimento; revigoramento dos direitos e das franquias abolidas ou reduzidas pelo golpe; reconhecimento dos direitos estudantis; preservação da soberania nacional; estabelecimento de uma política externa independente e de paz (FOLHA DA SEMANA, 1966, p. 3). Reivindicações que, segundo o jornal, expressava a forma pela qual a maioria do povo brasileiro se integrava a Frente Ampla. Por fim, eles transcreveram o documento assinado por JK e Lacerda em Lisboa, em 19 de novembro de 1966.

No que tange ao encontro de Lisboa há ainda a possibilidade de aprofundar as visões a partir de outras fontes – jornais – que relataram o acontecimento e se posicionaram em seus editoriais, são os casos novamente do *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

No dia 20 de novembro de 1966, dia seguinte ao encontro de JK e Lacerda as manchetes foram: *Juscelino e Lacerda lançam partido da reforma democrática*, por parte de *Correio da Manhã*; e, *Juscelino e Lacerda lançam partido*, no *Jornal do Brasil*. Além da notória diferença nos títulos, em que se observa a supressão da palavra “democrática” por parte do *Jornal do Brasil* – jornal mais alinhado com a ditadura, conforme exposto anteriormente quando tratamos do AI-2 – há, segundo Chammas (2012) diferenças ainda mais ressaltadas entre os editoriais dos respectivos jornais.

O *Correio da Manhã* já vinha de um lento processo de afastamento do regime desde que se soube das primeiras ações arbitrárias e repressoras dos militares e, se acentuou a partir das eleições de 1965, principalmente com o advento do AI-2. A partir dessa consideração compreende-se um pouco melhor o editorial do dia 20 de novembro de 1966 sob o título *Declaração*, no qual tece elogios à proposta de Frente Ampla. A partir da transcrição que Chammas (2012) faz de parte do editorial, faço aqui a replicação do excerto:

Não se pode menosprezar as implicações políticas desse encontro. Ele inclusive, juntamente com o manifesto que o antecedeu, traduz as *convergências de pontos de vista de grande parte da opinião pública e das correspondentes lideranças, independente das dissidências que existem sobre o tratamento prático dos assuntos brasileiros*. [...] Q ue se deseja em linhas gerais são fatores básicos que não podem faltar à tarefa: eleições diretas, com voto secreto; reforma dos partidos, pois ninguém aceita as aberrações que aí estão à guia de agremiações políticas; respeito à ordem jurídica, fator inarredável como garantia de estabilidade de qualquer regime democrático [...]. **Ao presidente da República restam ainda opções. Pode entender, marcialmente, que a reunião de correntes não contra o governo, mas a favor da democratização, é um fato novo subversivo. É agir com a estreiteza revelada em dois anos e meio. Pode, contrariamente, acordar para o fato de que a união do país contra esse estado de coisas merece e exige uma abertura que é de seu dever conceder** (CORREIO DA MANHÃ *apud* CHAMMAS, p. 74, grifos nossos).

De imediato nota-se algumas convergências de temas aqui levantados com os que foram abordados pela *Folha da Semana*, entretanto, o histórico de proximidade com o golpe por parte do *Correio da Manhã*, não nos permite aproximar os dois jornais em demasia. A própria *Folha da Semana* surgiu como meio de resistência cultural no ano seguinte ao golpe. O editorial do *Correio da Manhã* não oferece nada de novo em relação a matéria sobre o mesmo assunto do periódico *Folha da semana*. Há a premissa

de que a população, denominada no texto como “opinião pública”, compartilhava dos principais pontos levantados pela Declaração de Lisboa e ressaltados pelo editorial na parte em itálico. Assim, tal como pudemos verificar na *Folha da Semana*, o *Correio da Manhã* também ofereceu indícios de uma *estrutura de sentimento* no plano das resistências. Sua ênfase é na opinião pública, que no caso, se referia a uma parte da população que era leitora deste jornal e que aderiu a uma visão crítica ao regime acompanhando as próprias mudanças que a linha editorial do *Correio da Manhã* veio passando desde 1º de abril de 1964, portanto, uma visão que talvez fosse, como diz o editorial “não contra o governo, mas a favor da democratização” e liberal, ou como coloca Napolitano (2011, p. 29) as “vozes moderadas”.

O editorial do *Correio da Manhã* não se posicionou com propostas à Frente Ampla como o fez a *Folha da Semana*, e sim, retomou as propostas expressas no manifesto da Frente Ampla, anterior à Declaração de Lisboa, ou seja, o jornal não ampliou seus horizontes sobre as resistências e associou as propostas do manifesto – marcadas com grifo – às demandas de uma parte da resistência, que incluía basicamente seus próprios leitores. O que há de proximidade, neste caso, entre o *Correio da Manhã* e a *Folha da Semana* é a compreensão liberal que ambos possuíam. Observa-se isso através do endossamento que o *Correio da Manhã* fez das propostas do manifesto, e as novas ideias propostas pela *Folha da Semana*, mesmo que, por parte deste, houvesse certo tom crítico, além da compressão da existência de vários polos de resistência.

O trecho do editorial marcado em negrito também é um ponto de convergência com o texto publicado pela *Folha da Semana*, haja vista, a ausência de resposta por parte do regime. Ambos os jornais apenas conjecturam as ações futuras que poderiam vir de Castelo Branco.

Ora, o que fica claro a partir deste editorial é que o *Correio da Manhã* aderiu à Frente Ampla, sem ressalvas ou críticas ao conteúdo do manifesto ou da Declaração. Somado a isso “o CM retoma as suas diferenças com a ditadura desde o AI-1, ao falar da ‘estreiteza revelada em dois anos e meio’ que poderia marcar o entendimento da Frente Ampla como ‘novo fato subversivo’” (CHAMMAS, 2012, p. 74).

Em contrapartida, o *Jornal do Brasil* não publicou um editorial no dia 20 de novembro de 1966 para tratar do encontro entre JK e Lacerda, que resultou na Frente Ampla. Contudo, evoca as eleições para o Congresso recém-ocorridas e escreve um texto elogioso ao regime, no qual menciona que, apesar das cassações e impugnações, o povo foi às urnas podendo fazer uma escolha de inspiração e vontade democráticas

(CHAMMAS, 2012, p. 74). Mas o principal questionamento do editorial do *Jornal do Brasil* se dirigiu aos principais líderes políticos do Brasil no pré-golpe e que constituem a Frente Ampla. Novamente me amparo na transcrição de um trecho do editorial feita por Chammas (2012), na qual se lê,

A mística do desenvolvimento por acaso foi suficiente para fazer do ex-presidente Juscelino Kubitschek um líder verdadeiro; ou por ventura se afere a força de um líder pelas suas horas de voo ou pelas suas qualidades de simpatia pessoal? [...] O título de *derrubador de presidentes* chega para conferir ao ex-governador Carlos Lacerda o registro e a imagem do líder nacional? E que dizer do ex-presidente João Goulart, líder forjado na área doméstica de Vargas e depois imposto aos trabalhadores, por culpa de quem o Brasil chegou à beira da comunização e da guerra civil? (JORNAL DO BRASIL *apud* CHAMMAS, 2012, p. 74-75).

Provavelmente, no intuito de não dar visibilidade ao lançamento da Frente Ampla, o editorial não a citava nominalmente nem comentava sobre o encontro ou a Declaração, mas criticava os seus três principais representantes.

A respeito da participação de João Goulart na Frente Ampla é necessário ponderar que o ex-presidente não atuou de forma direta, pois do seu exílio no Uruguai ele apenas firmou apoio e adesão à Frente. A *Folha da Semana* na edição nº 60 – 27 de outubro a 02 de novembro de 1966 – noticiou como matéria de capa: *Jango manda carta de apoio à Frente Ampla* e na página 03 intitulou a matéria como: *Carta de Jango dá adesão à Frente Ampla*. A notícia dizia, no entanto, que João Goulart não teria se firmado no manifesto, mas deu seu apoio ao programa político.

Uma das maiores dúvidas que pairam sobre a Frente Ampla diz respeito a sua composição. A princípio sabe-se da atuação direta de Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, e mais indireta por parte de João Goulart até agosto de 1967, quando, segundo Chammas (2012, p. 75) optou por “se juntar às duas lideranças políticas em prol da redemocratização”. Jorge Ferreira (2011, p. 610) menciona alguns nomes importantes que teriam participado de algumas reuniões, são os casos de Ênio Silveira, Mario Pedrosa, Flávio Rangel (teatrologo), alguns políticos ligados ao ex-governador Ademar de Barros – que tivera seus direitos políticos cassados – além de militares também cassados, como Nelson Werneck Sodré.

A *Folha da Semana* também não chega a explicitar novos componentes da Frente Ampla ao longo dos editoriais, mas cita nomes de pessoas – políticos e militares – que passaram da condição de apoiadores do golpe a de opositores. São citados, além

de JK – que na época deste editorial da edição nº 58, que abrangeu de 13 a 19 de outubro de 1966, ainda não firmara vínculos com Lacerda – outros nomes, como Ademar de Barros, Mal. Mourão Filho, Mal. Amauri Kruel e Gal. Peri Bevilacqua³⁹. Contudo, não temos outras fontes que possam confirmar que estas pessoas estivessem diretamente ligados à Frente Ampla. Ferreira (2011, p. 610) ainda cita o nome do diretor do *Correio da Manhã* Edmundo Moniz, o que para Chammass (2012, p. 75) deixa ainda mais evidente o alinhamento editorial do jornal com a Frente Ampla, notado na cobertura que o *CM* deu à Declaração de Lisboa”.

O jornalista Helio Fernandes, relata na *Tribuna da Internet*⁴⁰ que as duas primeiras reuniões para tratar da Frente Ampla aconteceram em sua residência e as outras seis na casa de Alberto Lee. Segundo Helio Fernandes, as pessoas que trataram da questão da Frente Ampla teriam sido ele e Rafael de Almeida Magalhães, além de Sandra Cavalcanti⁴¹, que teria conversado com Juscelino Kubitschek na Europa antes mesmo de acontecer o encontro do ex-presidente com Carlos Lacerda. Tomando por base as declarações de Helio Fernandes, a proposta de uma Frente Ampla teria surgido quando Lacerda ainda ocupava o cargo de governador da Guanabara e, que as reuniões se iniciaram ainda no ano de 1965. Em sua declaração ele afirma que:

Uma noite, ainda no governo, Carlos Lacerda chamou Rafael e a mim para conversar sobre os encontros, que estavam para começar. (Ninguém chamava de Frente Ampla, isso foi denominação dada pelos jornais, depois que Lacerda leu na redação da **Tribuna da Imprensa**, o documento que ia ser assinado por ele, João Goulart e Juscelino) (FERNANDES, 2011)⁴².

³⁹ Bevilacqua que escreveria em 1968 um prefácio ao Livro *O Poder Jovem* de Arthur Poerner, que dirigira a *Folha da Semana* até aproximadamente começo do mês de maio de 1966. A partir dessa informação e de outras que serão apontadas no capítulo seguinte, levanto a hipótese de que mesmo após a sua saída do cargo de diretor do semanário, Poerner não se viu alijado do projeto editorial e, possivelmente continuou a exercer influência sobre a linha editorial seguida pela *Folha da Semana*.

⁴⁰ Após ter a falência decretada em 2001, o antigo jornal *Tribuna da Imprensa* deixou de circular com versão impressa e passou a ser editado em versão *online* sob o título *Tribuna da Internet*.

⁴¹ Nascida em 30 de agosto de 1925, em Belém PA, Sandra Cavalcanti se formou em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, trabalhou na imprensa, sobretudo a partir dos anos 1950, momento em que teria consolidado sua visão política sob a égide do lacerdismo e da UDN. Na política, Sandra Cavalcanti foi eleita vereadora pelo antigo Distrito Federal em 1954, aos 29 anos, e deputada estadual pela Guanabara em 1960. Após receber um convite do então governador Carlos Lacerda, se licenciou do cargo para tornar-se Secretária de Serviços Sociais. Com a instauração do bipartidarismo, a partir do AI-2, Cavalcanti se filiou à ARENA, contudo, à medida que Carlos Lacerda rompia com o regime de Castelo Branco, Sandra realizou o mesmo caminho.

⁴² FERNANDES, Helio. Entrevista ao site *Tribuna da Internet*. Disponível em: <http://tribunadainternet.com.br/a-morte-de-rafael-de-almeida-magalhaes-nao-cumpriu-o-perfil-e-o-destino-de-presidente-da-republica-seu-caminho-foi-truncado-pelo-golpe-de-64-como-teotonio-vilela-entrou-na-arena-achava-melhor-o-c/> [Acesso em: 10/10/2015].

O que teria motivado Lacerda a articular uma frente de resistência política ao regime militar, na visão de Helio Fernandes fora sua presunção de que Castelo Branco e a cúpula do governo já estariam tramando seu distanciamento da possibilidade de concorrer à Presidência da República em 1966. Fernandes relata isso em seu blog, no qual mantém uma série de textos lembrando passagens de sua atuação como jornalista durante os anos da ditadura:

No início de 1965, Lacerda me disse com ar de lamentação: “O presidente Castelo Branco me chamou e me convidou para embaixador na ONU. Compreendi que não era um convite e sim um veto antecipado a qualquer pretendida candidatura minha a presidente. Recusei na hora” (FERNANDES, 2015)⁴³.

Sabendo disso, Fernandes abriu sua casa para as primeiras reuniões que culminariam na Frente Ampla. A partir do depoimento de Helio Fernandes, compreende-se que em 1965, Lacerda não tinha uma estratégia pensada sobre como resistir aos militares. Fernandes comenta que comunicou a Carlos Lacerda sobre os encontros em sua residência e passou-lhe uma lista de pessoas que estariam presentes:

Falei, o coronel-Ministro da Saúde de Jango, Wilson Fadul, torturadíssimo, o Brigadeiro Teixeira, grande líder da Aeronáutica, o editor Ênio Silveira, tão comunista que seu primeiro filho se chama Miguel Arraes da Silveira, Flávio Rangel, notável jovem que acabara de fazer com Millôr, o maior espetáculo depois do golpe, “Liberdade. Liberdade”, ele me interrompeu, “Eu vou” (FERNANDES, 2015)⁴⁴.

As informações e nomes levantados até aqui não nos garante que a Frente Ampla teria surgido por iniciativa do jornalista Helio Fernandes em receber em sua própria casa uma série de pessoas que de algum modo resistiam à ditadura. Nota-se que há casos de pessoas que estavam rompendo com o regime quando se viram preteridos por ele, como Lacerda, e casos de pessoas que desde o princípio combateram o golpe, como se observa pela presença de Ênio Silveira, citado tanto por Fernandes como pelo historiador Jorge Ferreira.

As declarações de Helio Fernandes merecem ser ponderadas por se tratar de um resgate de sua própria memória acerca dos fatos por ele narrados. Outro aspecto importante é a imensa proximidade que o jornalista possuía com Carlos Lacerda, amigos íntimos e com contatos profissionais importantes, sobretudo através do jornal

⁴³ Disponível em: <http://heliofernandesonline.blogspot.com.br/> [Acesso em: 10/10/2015].

⁴⁴ Disponível em: <http://heliofernandesonline.blogspot.com.br/> [Acesso em: 10/10/2015].

Tribuna da Imprensa. Numa das passagens de seu depoimento sobre Lacerda e a Frente Ampla, Fernandes se refere ao amigo com a passagem que segue:

O golpe e a tomada do Poder, em 1º de abril de 64, já em 1965 Lacerda recusava ser embaixador na ONU, participava de reencontros com adversários. Todos perseguidos pela ditadura, como podem dar tanta ênfase e importância à sua participação no golpe? (FERNANDES, 2015)⁴⁵.

O julgamento pessoal de Fernandes não contribui para completarmos o imenso mosaico de fatos e personagens que compuseram a Frente Ampla. Apesar de sua contribuição ao revelar nomes de pessoas que circularam por aquele contexto, ficam algumas lacunas que não explicam, por exemplo, a própria iniciativa de se criar uma frente de resistência reunindo tantos cassados pelo regime, ou seja, não atribui nenhum significado ao impacto do AI-2 sobre a vida política de Lacerda. A problematização sobre esta questão deve ser tomada partindo da própria atuação de Carlos Lacerda durante os anos de 1966 e 1967, conforme constatamos nos periódicos da época.

A *Folha da Semana* escreveu um editorial em tom de crítica a algumas ações e objetivos de Lacerda. A explanação do semanário nos possibilita identificar o ex-governador sustentado sobre um projeto aliancista que extrapolava os membros civis e militares opositores ao regime, que compunham a Frente Ampla, além de se utilizar de uma tática conciliatória com os militares. Ora, o número 65 – 1º a 7 de dezembro de 1966 – afirmava que Carlos Lacerda fazia declarações de que o partido que pretende criar “não fará oposição ao substituto de Castelo Branco, o que pressupõe uma diferença essencial entre os dois governos. Essa diferença não existe”. Na análise do próprio jornal esta declaração visaria um acordo de Lacerda com Costa e Silva.

No mesmo editorial, a *Folha da Semana* nos permite observar de forma muito mais clara como se formou a *estrutura de sentimento* da resistência ao regime, pois dizia que toda a aliança de forças heterogênea, como era o caso da Frente Ampla se manifestava numa luta entre forças aliadas. Dessa maneira: “Cada uma dessas forças procura, naturalmente, canalizar todo o potencial da frente em favor de seus interesses e pontos de vista”. O editorial terminava com um chamado à luta, algo constante no semanário:

A frente ampla contra o regime de abril é um fato positivo, pois ajuda a isolar o Governo “revolucionário” e favorece a união e articulação

⁴⁵ Ibidem.

das forças oposicionistas. Mas a frente só tornará possível uma solução democrática para a crise nacional quando os que mais sofrem sob o peso da opressão – os trabalhadores, os servidores públicos, os estudantes, os intelectuais – exercerem influência decisiva nos acontecimentos, através de suas organizações e de seus líderes (p. 2).

Em 1967, a *Folha da Semana* não era mais publicada, entretanto, por meio do *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* ainda é possível acompanhar os passos de Lacerda na construção da Frente Ampla.

O *Jornal do Brasil* se manteve num posicionamento crítico aos opositores do regime, tanto que em 27 de setembro de 1967, publicou o editorial *Além da Fronteira* questionando as contradições e incoerências das ações de Lacerda, além de frisar sua antiga ambição de se tornar presidente. Chammas (2012, p. 76) sintetiza a opinião do jornal afirmando que “o personalismo de Lacerda e sua fixação pela presidência são o principal objeto de análise, crítica e discussão nos editoriais do *JB*, sem que o fato político mereça qualquer olhar mais cuidadoso”.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, mesmo tendo apoiado a Frente Ampla, até mesmo pela citada participação de seu diretor Edmundo Moniz nas reuniões, não poupava Lacerda de críticas sobre sua postura parasitária como líder da Frente.

Uma das críticas se dirige ao fato de que o único beneficiado pela “bandeira das eleições diretas” seria Carlos Lacerda, o único dos líderes não cassado. Outra se dirige ao fato de que nenhum dos dois [Lacerda e Jango] têm uma ficha pregressa de respeito à democracia, e que “o ciclo de crises entre 1946-64 ocorreu sob o signo desses dois demagogos” (CHAMMAS, 2012, p. 76).

O que vemos são três *formações culturais* com posições diferentes entre si, ainda que entre a *Folha da Semana* e o *Correio da Manhã* houvesse frágeis pontos de convergência, tornando-os núcleos de resistência ao regime e o *Jornal do Brasil* como braço civil apoiador ao mesmo regime. De certa forma, *Folha da Semana* e *Correio da Manhã* revelaram muito da importância que teve a Frente Ampla no processo de organização de algo que acontecia paralelamente à sua construção, que foi a formação da rede de intelectuais, através de suas representações nos jornais e revistas. Além disso, os jornais faziam convergir e reforçar a noção de amplitude da Frente Ampla ao se afirmarem na resistência no campo cultural, enquanto a Frente atuava basicamente na intervenção política direta, ou seja, os periódicos ressaltavam e expunham a reorganização da oposição.

É interessante colocar em debate que a proposta da Frente Ampla não visava uma união de classes. Seu objetivo imediato era a organização de uma resistência que estava difusa e não vinculada aos partidos existentes – ARENA e MDB – a fim de garantir inserção e influência no cenário político-partidário que se instalou após o AI-2.

Com esse quadro e apoiado nas informações contidas em todos os números analisados da *Folha da Semana* verificamos a emergência de uma *estrutura de sentimento* que se manifestou pela maneira que uma *formação cultural* como a *Folha da Semana* retratou a Frente Ampla. Portanto, a noção de Frente Ampla é aqui tomada pela leitura realizada nos editoriais e demais textos do semanário, não deixando de reconhecer as contribuições dos periódicos estudados por Eduardo Chammas.

Metodologicamente, o conceito *estrutura de sentimento* formulado por Raymond Williams é uma “hipótese cultural” de especial relevância para a arte e literatura (WILLIAMS, 1979, p. 134-135), contudo, pautado em nossa análise que se ampara numa *formação cultural* – *Folha da Semana* – é possível encontrar neste espaço empírico e em suas práticas uma forma de superação dos limites do conceito e compreendermos a Frente Ampla, uma organização de caráter político *sui generis*, através da noção de *estrutura de sentimento*. Muito embora a Frente Ampla não tivesse a perspectiva de resistência cultural, a maneira pela qual, *formações culturais* do porte da *Folha da Semana* e *Correio da Manhã* se posicionavam a seu respeito é o que nos permite situá-la de tal modo. Haja vista, a maneira como estes jornais aderiram a uma campanha – cada um seguindo a sua linha editorial – de defesa e até mesmo ampliação da Frente Ampla e, o modo como ela mesma serviu de amparo a certas práticas empreendidas por intelectuais numa relação entre si, ou seja, os intelectuais que se projetavam e se legitimavam através das *formações culturais*, isso é, no plano da cultura, puderam se apoiar na Frente Ampla como seu instrumento de participação política mais direta. Assim, vemos que estes intelectuais puderam ampliar seus espaços de comunicação e atuação tendo como pano de fundo a Frente Ampla, mas se legitimando institucionalmente pela via do mercado, dos jornais, conforme trabalhado anteriormente. Destarte, temos que a Frente Ampla se apresenta como algo mais complexo do que seria se fossemos estudá-la por um viés apenas político-ideológico. O que ela proporcionou, de certa forma, foi a ampliação da intervenção do intelectual no espaço público de debates, visto a presença de importantes intelectuais que participavam das reuniões sobre a Frente Ampla e, que tinham objetivos próximos que os levaram a compartilhar experiências, visões de mundo e valores que eram sentidos e vividos

ativamente no campo mais geral, que era o da resistência. Em suma, a Frente Ampla, por sua composição, estabeleceu um elo com a cultura. Isso, não de forma direta, com a *intenção*, mas devido a sua composição heterogênea de intelectuais que em torno dela gravitavam.

Defendo a ideia de que Raymond Williams nos oferece esta possibilidade de ampliarmos o conceito, dado que se deve partir de determinada realidade empírica, portanto, propondo o conceito *a posteriori*, sem perder a noção de totalidade ao invés de tomá-la através de um modelo pronto, de forma apriorística, que necessitaria de adaptações à cada objeto de estudo.

O erro, como ocorre com frequência, está em tomar os termos de análise como termos de substância. Falamos, assim, de uma visão de mundo ou de uma ideologia predominante, ou de uma perspectiva de classe, com frequência com evidências adequadas, mas nessa inclinação regular para um tempo verbal de passado e uma forma fixa, supomos, ou mesmo nem sabemos que temos de supor, que elas existem e são vividas de forma específica e definitiva, em formas singulares e em desenvolvimento (WILLIAMS, 1979, p. 131-132).

O termo *estrutura de sentimento* não está tratando de ideologia ou visão de mundo, pois não é a isso que se refere a ideia de "sentimento". Mesmo considerando crenças sistemáticas, o "sentimento" leva em conta os significados e valores no modo como são sentidos ativamente, além das relações entre os significados e valores. A expressão é usada “para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de ‘visão de mundo’ ou ‘ideologia’” (WILLIAMS, 1979, p. 134). Ideologia e visão de mundo são historicamente variáveis. Variam em relação aos aspectos que vão da aprovação ou desaprovação até a interação mais diversificada das ideologias e das visões de mundo, portanto, se alteram no tempo e nas apropriações.

Não se trata, para Williams, de contrapor pensamento a sentimento, mas

[...] de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda *em processo*, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada (1979, p. 134, grifo do autor).

Referir-se a *estrutura de sentimento* como experiência social “em processo” e “não reconhecida como social” é compreendê-la como “experiência viva”, fenômeno

que não se manifesta de imediato a quem dela compartilha, portanto não perceptível aos intelectuais e artistas naquele instante. Williams (1979, p. 134-135) explica que a esta experiência são, “com frequência, mais reconhecíveis numa fase posterior, quando foram [...] formalizadas, classificadas e em muitos casos incorporadas às instituições e formações”.

A Frente Ampla, conforme os editoriais dos jornais e os depoimentos encontrados, era naquele momento – 1966 até 1968 – uma experiência privada de um grupo de políticos e intelectuais que visavam a resistência, cada um à sua maneira, com objetivos e perspectivas diversas. Afinal, seu poder de intervir na política partidária dentre aqueles anos revelou-se muito limitado, porém expressou algo que extrapolava a sua compreensão naquele momento – ou a auto compreensão que os próprios membros poderiam ter da Frente Ampla – que foi capacidade de exercer a autonomia que um intelectual poderia ter. Pois, à primeira vista a Frente Ampla se mostra como um reflexo daquele contexto político conturbado, a julgar por seu caráter conciliatório e aliancista, denunciado pela *Folha da Semana*. Entretanto, de modo mais complexo, ao ter sido uma manifestação da reorganização das oposições, a Frente Ampla se revela como uma resposta que os intelectuais puderam dar ao mesmo contexto, sendo que a *estrutura de sentimento* “é a articulação de uma resposta a mudanças determinadas na organização social” (CEVASCO, 2001, p. 153).

Logo, encontramos o ponto fundamental para estabelecer as relações do intelectual ou artista a uma *estrutura de sentimento*. Relações estas que são forjadas em períodos anteriores aos das mudanças na organização social. O *sentimento* não surge no exato momento em que se forma enquanto estrutura a fim de responder a alguma mudança. O *sentimento* possui uma base social, política, cultural e econômica prévia, que por sua vez nos coloca o problema da origem do *sentimento* que sustentou a Frente Ampla.

Marcelo Ridenti (2005) trabalhou com o conceito *estrutura de sentimento* somado à noção de *romantismo* – sobretudo a hipótese central de seu livro *Em Busca do Povo Brasileiro* (2000) que se remete ao *romantismo-revolucionário*, formulado por Michael Löwy e Robert Sayre, para caracterizar o florescimento cultural e político entre os anos 1960 e 1970 na sociedade brasileira. Segundo Ridenti,

[...] a estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária não nasceu do combate à ditadura, mas vinha de antes, forjada no período democrático entre 1946 e 1964, especialmente no governo Goulart,

quando diversos artistas e intelectuais acreditavam estar na crista da onda da revolução brasileira em curso. A quebra de expectativa com o golpe de 1964 – ainda mais sem resistência – foi avassaladora também nos meios artísticos e intelectualizados, como atestam o artigo clássico de Roberto Schwarz, publicado pela primeira vez em 1970 na França (2005, p. 85).

Ridenti pôde sustentar a noção de *romantismo* com base nas tipologias de Löwy e Sayre, que explicam o caráter de duas manifestações românticas mais à esquerda: a revolucionária e a utópica. Ambas encontram no passado alguns importantes valores que teriam se perdido na modernidade, resgata no passado os elementos necessários a superação do capitalismo. A crítica de viés romântico incidiria sobre a modernidade como totalidade complexa, algo que envolve as relações de produção – centradas no valor de troca e no dinheiro, sob o capitalismo –, os meios de produção e o Estado (RIDENTI, 2005, p. 83).

A fórmula encontrada por Ridenti na utilização da *estrutura de sentimento* lhe possibilitou compreender as “ondas de rebeldia e revolução”, sobretudo nas diferentes expressões artísticas, como no teatro, música, cinema e literatura. Contudo, a ideia de *estrutura de sentimento da brasilidade (romântico-) revolucionária* (2005, p. 86) proposta pelo autor pouco nos ajuda a categorizar a Frente Ampla em sua expressão, de um lado, política e, de outro, cultural, porém liberal. É factível a afirmação de Paul Filmer (2009) de que o “conceito de estruturas do sentimento continua a ser a chave metodológica mais apropriada para a elucidação crítica das práticas artísticas através das quais as obras de arte se relacionam sociologicamente aos processos sociais gerais” (p. 374). Não apenas às artes, mas a toda expressão no campo da cultura, como no caso da imprensa e sua capacidade de intervir mais diretamente no campo político, inclusive se tornando uma fomentadora de tensões, visto sua interlocução mais direta com o público, sua linguagem mais elucidativa.

Assim sendo, a fim de solucionar a questão das origens que permitiram a formação da *estrutura de sentimento* da Frente Ampla, reportamo-nos novamente às tipologias pensadas por Marcos Napolitano (2011) para se compreender a divisão das resistências durante os primeiros anos do regime militar.

Seguindo, portanto, esta classificação fornecida por Napolitano percebe-se que a definição de *liberais críticos* como o setor da resistência que estava sempre disposta a negociar (2011, p. 28) coincide com aquela análise da *Folha da Semana* referente ao caráter conciliatório do partido pretendido por Carlos Lacerda através da Frente Ampla.

Napolitano reafirma essa característica associando brevemente os *liberais críticos* à Frente Ampla, explicando que esta teria sido sua maior expressão (2011, p. 29). Apesar da composição heterogênea da Frente Ampla, sabe-se até o momento que não houve participação de pessoas ligadas ao PCB, salvo o caso isolado de Ênio Silveira. Dessa forma, o que poderia ter existido na Frente Ampla de uma *estrutura de sentimento da brasilidade (romântico-) revolucionária* era a influência indireta exercida pelas *formações culturais* que a apoiaram e tinham dentre seus quadros intelectuais ligados ao PCB⁴⁶, mas não apenas isso, quadros estes que compartilhavam valores desta *estrutura de sentimento*, mesmo sem vínculo direto ao Partido⁴⁷.

A Frente Ampla, pensada por esta ótica, deu origem a outra *estrutura de sentimento* cuja a pré-formação deve ser buscada em valores ligados à democracia e ao populismo dos anos precedentes ao golpe.

Ridenti comenta que na década de 1960 a revolução ganhava os corações e as mentes e que a democracia só se tornaria o alvo das atenções anos depois, ou seja, a revolução estava presente como característica inata ao romantismo das esquerdas e se somou como valor compartilhado na *estrutura de sentimento da brasilidade (romântico-) revolucionária*. Sua presença entre artistas e intelectuais dos anos 1960, portanto, não era fortuita, visto que as diferentes manifestações artísticas, por exemplo, com propostas de revolução, marcaram o debate político e estético, especialmente entre 1964 e 1968 (RIDENTI, 2000, p. 44).

A Frente Ampla, dadas suas características, como composição, objetivos e atuação não compartilhou desse desejo revolucionário da *estrutura de sentimento da brasilidade (romântico-) revolucionária*. Particularmente, a *Folha da Semana* também não compartilhava, enquanto instituição e linha editorial, apenas por alguns colunistas, intelectuais da esquerda comunista e artistas engajados, que apesar disso merecem um estudo aprofundado.

O núcleo liberal da Frente Ampla conservava valores difusos que iam de um centralismo oscilante ao direitismo, contudo pregando a democracia como discurso comum, ainda que houvesse nuances interpretativas acerca do significado do termo. A

⁴⁶ É o caso do diretor da *Folha da Semana* que sucedeu Arthur Poerner, o jornalista Anderson Campos. Este tema será abordado no capítulo seguinte, no qual enfocaremos a composição do semanário em questão.

⁴⁷ Ridenti (2005) levanta essa questão e comenta que diversos artistas, por vezes, não se identificavam e até rivalizavam entre si dentro da *estrutura de sentimento da brasilidade (romântico-) revolucionária*, mas que, independentemente disso, pertenciam à esta estrutura devido a articulação de respostas que davam às mudanças na organização social (RIDENTI, 2005, p. 94; CEVASCO, 2001, p. 153).

exemplo disso, Weffort (2003, p. 56) defende que a queda da ditadura de Vargas em 1945, parecia o início da verdadeira democracia no Brasil, desejo cultivado desde os anos 1920 pelas classes médias urbanas. Esta ambição possuía o aporte institucional da UDN, que no período de luta contra a ditadura varguista, tinha a pretensão não apenas de ser o partido da direita, mas uma “ampla frente democrática” (WEFFORT, 2003, p. 66). Contudo, para este setor médio tradicional, representado pela UDN, a redemocratização se tornou frustrada, pois nas palavras de Weffort: “A jovem democracia brasileira terá como fundamento a massa e, como chefes, os líderes populistas” (2003, p. 57). A ala mais à direita dos intelectuais e políticos nos anos pré-golpe – alguns deles da Frente Ampla – flertaram com correntes ideológicas, tais como o autoritarismo, nacionalismo de direita, liberalismo-conservador; assim como, os moderados de centro tiveram muita influência do trabalhismo e do populismo⁴⁸.

Podemos, assim, categorizar a Frente Ampla como parte de uma *estrutura de sentimento dos liberais críticos*, cujos interesses e ideias encontravam alguma isonomia ao se posicionarem como resistência à ditadura militar. Esta *estrutura de sentimento dos liberais críticos* contava com o suporte de uma parte da imprensa – as *formações culturais* – composta por intelectuais⁴⁹ de diversos matizes político-ideológicos. Estes intelectuais dotados de autonomia suficiente para reorganizarem as oposições no pós-golpe e, especialmente após a imposição do AI-2, faziam o trânsito de ideias diversas, entre a *estrutura de sentimento da brasilidade (romântico-) revolucionária*, *estrutura de sentimento dos liberais críticos* e o público que consumia os jornais aos quais se vinculavam.

⁴⁸ Este quadro é difícil de expor, devido a carência de bibliografia a respeito desses intelectuais. Napolitano considera que estas questões ainda reservam bastante potencial para a pesquisa acadêmica em várias áreas. “Além disso, as tradições conservadoras e liberais no plano intelectual e artístico ainda precisam ser mais estudadas. Se os nacionalistas de direita, os intelectuais autoritários e liberais-conservadores dos anos 1910 a 1930 são relativamente bem conhecidos pela pesquisa historiográfica, o mesmo não se pode dizer do período pós-1950. Ainda é preciso conhecer mais os projetos culturais do período para além do campo das esquerdas – socialista, comunista, nacionalista ou católica. Onde estavam atuando os intelectuais e artistas assumidamente de direita? Como a “Guerra Fria Cultural” se manifestou no ambiente cultural brasileiro? Como os projetos políticos e ideológicos de direita, gestados entre os anos 1950 e 1960 por entidades como a Escola Superior de Guerra e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), influenciaram a cena cultural e artística brasileira? Quais os pontos de contato efetivos no plano da ação cultural, se é que existiam, entre o nacionalismo da direita e o nacional-popular da esquerda? O anticomunismo, tão forte na imprensa liberal, teve uma faceta artística digna de nota na cena brasileira dos anos 1950, ou foi um ponto fora da curva diante da crescente hegemonia cultural da esquerda no meio intelectual e artístico? A cartografia crítica proposta neste artigo, sintomaticamente, não desenvolveu estas questões finais não apenas por uma questão de foco, mas também dada a falta de uma bibliografia consolidada. Nem por isso elas são menos importantes para um futuro mapa para conhecer melhor a cena cultural brasileira pré-golpe” (2014, p. 427).

⁴⁹ O mapeamento dos intelectuais da *Folha da Semana*, bem como o aprofundamento do conceito *formações culturais* de Raymond Williams, serão trabalhados no capítulo seguinte.

Estes jornais ou *formações culturais* serviram de pontos de conexão da Frente Ampla, entre a política e a cultura, algo que nos possibilitou considerá-la como uma *estrutura de sentimento* singular, na qual ideias de origem populista, nacionalista, liberal-conservadora e udenista dialogaram com expressões mais à esquerda e liberal moderada e, até mesmo pecebistas, a saber, da presença de Ênio Silveira e o grupo Civilização Brasileira que “abrigava” a *Folha da Semana* e seus intelectuais. São estes fluxos de representações intelectuais, por meio de diversas *formações culturais* que nos favorecem identificar a influência indireta da *Folha da Semana* na construção da resistência cultural e seus desdobramentos na resistência política representada na Frente Ampla. Esta que em 1968 seria desbaratada com o advento do AI-5, fechando portando o seu canal de acesso político direto; e pelo fechamento da *Folha da Semana*, em 1967 e o aumento a perseguição ao *Correio da Manhã* – que o levou, em 1969 ao arrendamento para outros proprietários de linha editorial governista – que o impossibilitou de manter uma forma de diálogo com a população, portanto restringindo-o ao campo de visão da população insatisfeita.

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DAS ESQUERDAS NAS PÁGINAS DA FOLHA DA SEMANA: POERNER ENTRE OS INTELECTUAIS

2.1 – O papel político e ideológico das *formações culturais* na ditadura militar

O estudo pormenorizado do jornal *Folha de Semana* implica considerar outras abordagens em torno não apenas de periódicos da esquerda, mas do contingente intelectual que naquele momento – década de 1960 – desenhava seu itinerário no pós-golpe de 1964. Nesse sentido, as análises de Carlos Guilherme Mota, Daniel Pécaut e Roberto Schwarz são imprescindíveis na consideração do debate que tomou considerável parte da intelectualidade de esquerda que então se aglutinava em torno do mercado de bens culturais, sobretudo o mercado livreiro e a grande imprensa paulista e carioca. Em uma de suas obras de maior referência no estudo da intelectualidade brasileira, Carlos Guilherme Mota adota algumas publicações periódicas da década de 1960 como objetos de sua análise e muito embora ele as descreva inicialmente como “marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XX”, muitas delas eram perpassadas por uma herança populista (MOTA, 2008, p. 245). Entre estas publicações estava a Revista Civilização Brasileira (RCB). Segundo o autor, a RCB realizava um trabalho de publicação com propósitos herdados da “era populista” e

Houve, não obstante, alguma radicalização na trajetória da revista. Cumpre avaliá-la, através de algumas produções significativas, por se tratar de uma das publicações “cultas” de maior difusão na história desse tipo de imprensa periódica. Fruto de uma era populista, modificou paulatinamente sua orientação até seu fechamento, em 1968, por volta do AI-5 (MOTA, 2008, p. 245).

Embora “fruto de uma era populista”, essa publicação, assim como tantas outras publicações periódicas – como a *Folha de Semana* –, conseguiram constituir um espaço de reflexão crítica da realidade brasileira, a ponto de tornar-se “um dos marcos fundamentais da história da cultura e do pensamento progressista no Brasil”, como o próprio Mota assevera (CZAJKA, 2009, p. 272).

Outra abordagem que se fez necessária aqui para entender as análises em torno dos debates intelectuais na década de 1960 é a de Daniel Pécaut. Pécaut foi um dos primeiros autores a reconsiderar este problema, à luz dos nacionalismos carioca e paulista, ao discernir a formação de dois polos de debate intelectual naquele momento: os terceiros-mundistas da RCB e os nacionalistas críticos de São Paulo. A participação, segundo ele,

[...] do polo paulista nos debates nacionais da esquerda é um fenômeno novo em muitos aspectos. Notamos o isolamento soberbo da revista *Anhembi*, fiel ao antigetulismo e desdenhosa em relação ao nacional-populismo nos moldes do de Goulart. É verdade que os sociólogos paulistas colaboram na *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr., mas dois anos após a interrupção de *Anhembi* é a vez da *Revista Brasiliense* desaparecer. A participação dos sociólogos paulistas na *Revista Civilização Brasileira* deve-se em parte à falta de grandes revistas paulistanas, mas traduz também uma mudança de atitudes por parte da intelectualidade paulista e a transformação da esquerda intelectual após 1964 (PÉCAUT, 1990, p. 211-212).

Embora Pécaut não considere o jornal *Folha da Semana* em sua análise, efetivamente ou mesmo conceba o mercado de bens culturais como fator determinante no processo de mudanças de edição, publicação e mesmo venda das publicações periódicas, o autor levanta outro problema concernente à esfera de organização dos intelectuais paulistas e cariocas. Ou seja, para a legitimação do debate e fortalecimento social da figura do intelectual, foi preciso surgir um espaço que articulasse e representasse os interesses públicos dos produtores de cultura. Essa condição é que deu aos grupos de intelectuais e artistas a relativa liberdade de que tanto se falava, entre os anos de 1964 e 1968. (CZAJKA, 2005 p. 83; 2009, p. 277).

A Declaração de março de 1958 do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi um momento importante para se compreender a organização dos intelectuais entre as décadas de 1950 e 1960. Resultado das denúncias dos crimes de Stálin durante o XX Congresso do PCUS, a Declaração de março reorientou os intelectuais com vinculação direta ou indireta ao partido, na formulação de projetos e lhes abriu espaço e visibilidade pública, dado que o próprio PCB revisava seus postulados políticos com base nas denúncias do XX Congresso e nas mudanças ocorridas nas estruturas econômica, política e social brasileiras daqueles anos.

A abertura evidenciou as dissidências que circundavam o partido. Discussões foram travadas em diversos periódicos, promovendo a emergência de *núcleos intelectuais* comunistas, antes secundários na vida política do PCB. Contrários à centralidade exercida pelo partido, alguns destes *núcleos* possibilitaram a determinados intelectuais visibilidade no espaço público, caracterizando a emergência de uma nova mentalidade dissidente que iniciou um profundo processo de crítica e autocritica em relação à unilateralidade das decisões do Comitê Central do PCB (CZAJKA, 2009, p. 40, grifos do autor).

Consideramos, portanto, a Declaração de março como um ponto de inflexão de uma intelectualidade de esquerda que a partir dos *núcleos intelectuais* citados por Czajka, fomentaram a elaboração de periódicos culturais a fim de debaterem interpretações sobre a realidade brasileira, revelando, além disso, as dissidências que já permeavam tacitamente uma parcela de militantes e intelectuais do partido, antes mesmo da Declaração de março.

Como exemplo disso, a *Revista Brasiliense* – anterior à Declaração de março – dirigida por Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto, em que pese o fato de não ter sido um órgão de imprensa oficial do PCB, já representava as mudanças que vinham ocorrendo e esteve no bojo dos debates sobre os rumos do PCB após 1956. Esta revista não compunha o quadro mais amplo das chamadas dissidências que começavam a se desenhar no interior da organização partidária. “Entretanto, é sabido que seus colaboradores mais expoentes tinham um percurso político marcado por disputas intrapartidárias e, na ocasião da criação da revista em 1955, isso ficou bastante evidente” (CZAJKA, 2009, p. 95). Segundo Rubim (1998) o próprio partido desqualificava a revista que era “orientada pelo marxismo e pelo nacionalismo, independente e divergente das teses do PC, ainda que sem hostilizá-lo explicitamente” (p. 320). Entretanto, o que chamava a atenção eram as divergências de perspectivas, entre os colaboradores da revista e o Comitê Central do PC, a respeito da liberdade democrática como garantia da autonomia e criação culturais, visto que,

O conceito de democracia (relacionado ao conceito de liberdade), aos poucos tomava novas dimensões no interior das reflexões dos intelectuais ligados direta ou indiretamente ao PCB. A *Brasiliense*, inúmeras vezes, entrou em choque com a do partido e foi criticada pela imprensa partidária acusada de estar vinculada aos interesses dos “homens de negócios” (CZAJKA, 2009, p. 96).

Fato curioso citado por Rubim (1998, p. 331-332) refere-se ao período anterior a Declaração de março, pois no intervalo entre meados dos anos 1940 até 1959, houve poucas publicações de livros que versassem sobre a realidade brasileira. O autor explica que entre 1945 a 1964 foi o momento de desenvolvimento das modernas análises sociais sobre a realidade brasileira, no entanto, persistia no PCB um eixo de publicações que ignorava os estudiosos brasileiros em prol dos autores soviéticos, partia-se de autores do marxismo-leninismo de viés stalinista para mediar o estudo do pensamento de Marx e Engels, ou seja, as interpretações oficiais do partido sobre a realidade brasileira seguiam

os moldes dos manuais do PCUS (1952-1954). Não obstante, as dissidências que eram gestadas nas estruturas do partido, sobretudo, entre 1956 e 1958, fizeram com que este período fosse decisivo no declínio do aparato político-cultural do partido, e, quebrassem o monopólio do PCB sobre o marxismo no Brasil.

Assim, não apenas a *Revista Brasiliense* foi sintoma dessa época de mudanças, como também outras publicações que emergiram entre os anos 1956 e 1959, dentre as quais se destacam: *Quinzenário da Cultura Brasileira* (maio de 1956) sob iniciativa de Oscar Niemeyer, J. Amado, Alberto P. Guimarães, Moacir Werneck de Castro, entre outros; a *Revista Estudos Sociais* (1958), de Astrojildo Pereira, Armênio Guedes e Jorge Miglioli, que surge após a Declaração de março, momento de exclusão dos setores stalinistas do partido após as denúncias dos crimes; revista *Novos Rumos* (1959) de Mário Alves e Orlando Bonfim, criada para recompor a imprensa do partido, portanto surgindo como seu novo órgão oficial.

Este novo cenário que se abria para a intelectualidade de esquerda se tornava um campo fértil para que as dissidências formassem campos autônomos, onde “o intelectual estaria representado como seu principal sujeito histórico” (CZAJKA, 2009, p. 41), num processo que podemos caracterizá-lo como sendo um sintoma dessa formação de um campo de organização intelectual.

A exemplo disso podemos citar o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como *formações culturais* por onde circularam intelectuais de orientações político-ideológicas diversas. O respaldo do Estado foi importante, pois por seu intermédio os intelectuais puderam se organizar juridicamente e institucionalmente. No entanto, a Declaração de março é também sintomática de uma dialética atividade intelectual fora das estruturas de partido e, até mesmo, do Estado, uma vez que haveria a primazia da autonomia. Autonomia esta que se construía em espaços alternativos dos intelectuais. Como escreve Renato Ortiz (1988) ao explicar que “os intelectuais, ao se voltarem para o Estado, seja para fortalecê-lo como o fizeram durante Vargas, seja para criticá-lo, como os isebianos, o reconhecem como espaço privilegiado por onde passa a questão cultural” (p. 51).

Czajka (2011) explica que, o CTI, por exemplo, possuía uma natureza “inicialmente jurídica e visava estabelecer a representação política de seus agregados junto a outras entidades e organizações, assim como junto ao Estado” (p. 66). O Comando pode ser mais bem compreendido considerando o contexto de formação das dissidências internas do PCB, iniciada em 1958 com o advento da Declaração de março.

Sua orientação, apesar de não vinculada ao PCB, recebeu a influência daquela busca dos intelectuais por representação no interior de um campo autônomo de atuação. Conforme Czajka (2011): “O CTI foi um produto dessas dissidências em torno do PCB, pois mantinha vínculos com o partido (por meio de seus integrantes), mas não estava a seu serviço” (p. 66). Alguns de seus membros-fundadores eram ligados diretamente ao PCB, como nos casos de Ênio Silveira – que inclusive cedia as instalações de sua editora, Civilização Brasileira, para as reuniões do Comando –, Dias Gomes, Jorge Amado e Oscar Niemeyer. Suas presenças demonstram “uma manifestação sintomática daquele quadro de tensões e arranjo das oposições ainda no pré-golpe” (CZAJKA, 2011, p. 64), visto que, a fundação do CTI datou de outubro de 1963. O que se ressalta deste “quadro sintomático” do qual a articulação das oposições que resultou, segundo Czajka (2011, p. 65) na “formação de ‘grupos’ heterogêneos” entre as esquerdas, é que as dissidências compõem o elemento central dessa articulação entre PCB e CTI. Dessa forma,

[...] a fundação do CTI esteve, de alguma forma, relacionada ao processo de revisão da centralidade política e ideológica do PCB iniciada em 1958 com a publicação da *Declaração de março*, e favoreceu a articulação de um espaço legítimo e democrático de representação do intelectual – que emergia, aos poucos, como categoria autônoma além de formador de consciência de classe (CZAJKA, 2011, p. 65, grifo do autor).

Apesar de não ser um órgão oficial do PCB, o Comando acabou representando e, até compartilhando o ideário pecebista. A Declaração de março, por exemplo, privilegiava a visão da revolução feita em etapas, e naquele estágio no qual se encontrava as forças produtivas brasileiras o caminho a se tomar era o da ação legal, por intermédio de uma “via pacífica” para o socialismo. Com isso, a atuação partidária deveria se valer das alianças de classes que formassem uma Frente Nacionalista (MAZZEO, 1999, p. 85). No CTI, membros do partido se juntavam a outros nomes⁵⁰

⁵⁰ Os membros da comissão diretora do CTI eram: Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édson Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira. Dentre os nomes dos membros que assinaram uma lista de adesão estão: os escritores, Aníbal Machado, Paulo Mendes Campos, Ferreira Gullar, Carlos Heitor Cony, Eneida e Joaquim Cardoso; teatrólogos: Flávio Rangel, Oduvaldo Vianna Filho, Gianfrancesco Guarnieri, Tereza Rachel, Agildo Ribeiro e José Renato; pintores: Di Cavalcanti, Iberê Camargo, Djanira e Ligia Papi; cineastas: Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Leon Hirszman, Glauber Rocha, Arnaldo Jabor e Walter Lima; pessoal do rádio e da TV: Chico Anyisio, Janete Clair; arquitetos: Paulo Casé e Flávio Marinho Rego; cantores e compositores: Nara Leão e Carlos Lyra, além de muitos outros (MORAES, 2011, p. 54).

que nunca compuseram os quadros pecebistas, numa pretensa “neutralidade” ao não se alinharem às diretrizes do PCB ou do governo Goulart.

Portanto, o CTI congregou intelectuais e artistas no objetivo de construir um espaço que pudesse ser compartilhado por aqueles grupos dissidentes com ou sem vínculos partidários efetivos e sem amparo institucional, oferecendo inclusive, visto os nomes componentes, um mapeamento mais geral de como estavam se constituindo as resistências no pré-1964 e como vinham se estruturando as esquerdas no contexto de revisão, gerado a partir da Declaração de março de 1958.

Já a posição do CTI no quadro geral de reestruturação das esquerdas no início da década de 1960 também é algo interessante de ser considerado, sobretudo na forma como a cultura foi concebida no seu documento de fundação. Um espaço regido pela intervenção do “trabalhador intelectual”, a cultura tornou-se um instrumento de formação política; aliás, o simples fato de se conferir ao intelectual a categoria “trabalhador”, está diretamente relacionado à formação de uma consciência de classe entre os próprios intelectuais, assim como à identificação destes com um projeto de nação (CZAJKA, 2011, p. 69).

O ISEB, por sua vez, representou também aquele período de revisão das esquerdas e formação de núcleos intelectuais – *formações culturais* – que visavam garantir a autonomia do trabalho intelectual. A trajetória do instituto revela que seus integrantes passaram por um processo de politização, que modificou a estrutura organizacional do ISEB, e a articulação dos seus intelectuais. “A organização destes intelectuais em *núcleos* promoveu ao mesmo tempo uma ‘esquerdização’ do instituto e a distensão das forças políticas e ideológicas em questão” (CZAJKA, 2011, p. 126).

A partir de 1961 o ISEB ingressou em uma nova fase – a terceira, de acordo com a periodização de Caio Navarro de Toledo –, na qual superou seu período anterior, iniciado em 1956, denominada de fase juscelinista ou “encampação juscelinista” (TOLEDO, 1977, p. 186), em que fazia uma defesa do nacional-desenvolvimentismo. Nesta nova fase, o ISEB, que desde 1º de dezembro de 1960, conforme portaria do MEC, era dirigido por Álvaro Vieira Pinto se posicionou de forma crítica ao caráter “estreguista” do governo Kubitschek. O novo momento do instituto coincidia com o movimento político pelas reformas de base do governo João Goulart, e o próprio ISEB passou a posição de apoiador deste projeto. Segundo Helio Jaguaribe (2005, p. 38), este período do instituto caracterizou-se pela “grande identidade de posições com o PC da época, embora nem todo mundo que estivesse no instituto fosse do PC e vice-versa”.

Contudo, na visão de Nelson Weneck Sodré a esquerdização do ISEB teve como ponto de origem mais importante a guinada de forças conservadoras na sociedade, temerosas em relação à proximidade de ideias entre Goulart e o PCB. Segundo ele explica:

O ISEB era uma instituição de pós-graduação que teria como estagiários pessoas já formadas, indicadas por instituições, inclusive governamentais. Cabia então à área do governo, como Ministérios e institutos, indicar pessoas para o ISEB, incluído as Forças Armadas. Ora, essas áreas passaram a hostilizar o governo Goulart e não indicavam estagiários para o ISEB. Ao mesmo tempo, a UNE e a ABI, por exemplo, que eram afins com o ideário do ISEB, continuaram prestigiando os nossos cursos. Esse processo de esvaziamento imposto pelas forças conservadoras motivou uma unilateralidade do ISEB, uma esquerdização⁵¹ (*Apud* MORAES, 2011, p. 55).

Tal perspectiva é compartilhada por Caio Navarro de Toledo em seu livro de 1977, resultado de sua tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, intitulado *ISEB: fábrica de ideologias*. Toledo (1977) compreende que a orientação teórica e política do instituto havia passado para outras mãos, o que trouxe como consequência a esquerdização do ISEB, apesar da presença de Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, isebianos de “primeira hora”:

Muitos dos seus novos componentes são jovens professores e líderes do movimento estudantil. Serão eles os responsáveis pelas novas direções que assume o ISEB, as quais se traduzem numa crescente ‘esquerdização’, particularmente nos últimos meses do Governo João Goulart (TOLEDO, 1977, p. 190).

Álvaro Vieira Pinto, na condição de diretor do instituto nomeou pessoas que estavam alinhadas com as teses pecebistas e, nalguns casos, eram mesmo filiados ao partido. Este foi o caso de Ênio Silveira, que em fevereiro de 1964 fora designado para o conselho curador do ISEB. Além de Silveira, nomes como Wanderley Guilherme dos Santos, Aldo Martins, Carlos Estevan Martins, Fausto Cupertino e Helga Hoffmann, foram também levados por Álvaro Vieira Pinto para comporem o instituto. Wanderley Guilherme e Helga Hoffmann, por exemplo, contribuíram com volumes dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, respectivamente sob os títulos: *Quem dará o golpe no Brasil?* e *Como Planejar o Nosso Desenvolvimento*.

⁵¹ Depoimento concedido a Dênis de Moraes, em 26 de maio de 1988.

A participação do editor Ênio Silveira entre os intelectuais da terceira fase do ISEB foi de suma importância para garantir um novo fôlego às produções do instituto, que vinha sofrendo cortes de verbas desde 1961. A presença de Editora Civilização Brasileira chefiada por Silveira possibilitou condições de continuidade dos projetos, que passaram a ter a chancela da editora, o que também impediu que os trabalhos fossem desestimulados por completo (LOVATTO, 2010, p. 56).

A afirmação de Navarro de Toledo (1977, p. 190) sobre a mudança de direcionamento teórico e político do ISEB, durante a passagem da segunda para a terceira fase, pode ser verificada através do ingresso dos novos membros – mais próximos do marxismo e do ideário do PCB – anteriormente citados, e a saída de outros que, não tinham nenhuma ligação ou identificação seja com o partido ou com a teoria marxista. Destes últimos podemos destacar Candido Mendes que se incluía entre os pensadores católicos (MIGLIOLI, 2005, p. 63); Roland Corbisier, que apesar de ter maior trânsito político com as esferas governamentais, para alguns pesquisadores é um “enigma intelectual”. Na ótica de Carlos Mota (2008), Corbisier em diversos textos rejeitava as “teses marxistas”, que naquele momento eram marcadas pelos “vícios da ortodoxia stalinista” e pautadas pelos manuais do PCUS, o quais preconizavam que “as criações culturais não passam de epifenômenos do processo de produção econômica” (p. 210); todavia, Corbisier também não se aproximava do idealismo, segundo o qual “os produtos da cultura” não possuem relação com a infraestrutura econômica da sociedade, assim adotando, este autor, uma perspectiva “globalista” para “a saída desenvolvimentista e o processo de constituição da ‘autoconsciência nacional’” (MOTA, 2008, p. 211). Outro intelectual egresso do ISEB foi Júlio Barbosa, que segundo Miglioli (2005, p. 63) não deixou traços de sua filiação teórica; outros dois são exemplos de intelectuais do ISEB que não aceitaram o marxismo, são eles: o professor Guerreiro Ramos e o advogado Helio Jaguaribe; além de alguns economistas que possuíam aproximações com a corrente cepalina, sobretudo na imagem de Celso Furtado e Ignácio Rangel (MIGLIOLI, 2005, p. 63-64).

Miglioli (2005, p. 64) também defende a tese de que uma importante influência teórica sobre os intelectuais do ISEB teria sido Karl Mannheim (1893-1947). A concepção de *intelligentsia* formulada por Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia* (1929) se tornou a base com a qual os intelectuais do ISEB se identificaram, ao menos uma parte deles. Segundo Miglioli (2005, p. 64), estes intelectuais isebianos que se identificaram com a concepção de Mannheim, julgavam-se parte da *intelligentsia*, algo

que lhes atribuía um sentimento de superioridade, além de supostamente eximir-lhes da acusação de serem vinculados a interesses classistas, particularmente os da burguesia.

Em Karl Mannheim, a definição de *intelligentsia* é pouco esclarecedora, mas nos serve como ponto de partida quando o objetivo é decifrar as relações existentes entre a *intelligentsia*, classes sociais e autonomia intelectual. A definição presente em *Ideologia e Utopia* é a que segue:

Sem dúvida, ocorre que grande parte de nossos intelectuais provém dos estratos rentistas, cujos rendimentos derivam direta ou indiretamente de aluguéis e juros sobre investimentos. Mas, nesse caso, certos grupos de funcionários das chamadas profissões liberais seriam igualmente membros da *intelligentsia*. Entretanto, um exame mais próximo da base social destes estratos mostrará que são menos claramente identificados a uma classe do que aqueles que participam mais diretamente no processo econômico (MANNHEIM, 1972, p. 180).

Dessa forma, se Mannheim identifica a *intelligentsia* com os estratos rentistas e, em termos com os profissionais liberais; e, se esta mesma *intelligentsia* resultante de tais camadas sociais não formam uma classe, logo surge o problema sociológico da maior importância na obra de Mannheim, que consiste na posição por ela [*intelligentsia*] ocupada entre as classes. A fim de caracterizar um estrato, “relativamente sem classe”, Mannheim se vale da terminologia de Alfred Weber, “*intelligentsia* socialmente desvinculada”⁵² (MANNHEIM, 1972, p.180).

Um aspecto fundamental da crítica de Karl Mannheim às concepções adotadas pelos marxistas, sobretudo ao filósofo György Lukács, se encontra na referência que estes promovem às classes sociais. Mannheim desconsidera que a *intelligentsia* forme uma classe, pois, dentre as razões que podemos elencar, destaca-se a “instabilidade” da camada em questão. A referida “instabilidade” deve ser compreendida num contexto de desvinculação *a priori* da *intelligentsia* às classes, afinal, ela é “equipada” para enfrentar os problemas de sua época, através de mais de uma perspectiva. Conforme esclarece o próprio autor no trecho que segue

Seu equipamento adquirido torna-o mais instável que os outros. O membro da *intelligentsia* pode mais facilmente mudar seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado num lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa (MANNHEIM, 2004, p. 81).

⁵² A expressão de Alfred Weber é *freischwebende Intelligenz*.

A heterogeneidade da *intelligentsia* – demonstrada na citação que estipula sua origem rentista – bem como, a sua instabilidade, contribuem para nos fazer entender de que forma Mannheim se aproximou da obra de Alfred Weber, podendo, inclusive se valer do conceito *freischwebende Intelligenz* – *intelligentsia* socialmente desvinculada ou flutuante. A partir deste conceito, Alfred Weber “partia do princípio segundo o qual a cultura é certamente criada pelo homem, e, por conseguinte, deve ser sempre interpretada em função da situação dos homens na sociedade”. (Apud ELIAS, 2001, p. 14). Ora, a *intelligentsia* poderia ser tomada como uma camada social aberta e ampla, sem necessariamente formar uma classe (MATIAS, 2007).

Com essa premissa, Mannheim desenvolve um raciocínio crítico frente à sociologia marxista, a qual julga incapaz de compreender o fenômeno da *intelligentsia*. Segundo ele, no âmbito do marxismo “os intelectuais constituem uma classe, ou, pelo menos um apêndice de uma classe” (MANNHEIM, 1972, p. 180). Cabe reiterar que Mannheim não desconsiderou por completo as classes de sua elaboração teórica⁵³. A explicação para isso cabe em duas partes. A primeira se refere ao momento, no qual o autor percebeu que, na vida moderna, os intelectuais estavam relativamente desligados do processo econômico. Ao contrário de outras épocas, nas quais a atividade intelectual era restrita a uma classe social rigidamente definida, como eram os sacerdotes; agora passou a ser função de um estrato social “em grande parte desvinculado de qualquer classe social e recrutado em uma área mais extensa da vida social” (MANNHEIM, 1972, p. 181). Portanto, a noção de “*intelligentsia* flutuante” ou “socialmente desvinculada” traz consigo algo de relativo, pois aborda intelectuais e operários, por exemplo, por meio de graus de engajamento com as classes.

Em análise anterior desse estrato, usei o termo “*intelligentsia* relativamente descomprometida” (*relativ freishwebende Intelligenz*), que aceitei de Alfred Weber, sem pretender sugerir um grupo completamente desligado e livre das relações de classe. O epíteto *relativ* não é uma palavra vazia. A expressão simplesmente alude ao fato reconhecido de que os intelectuais não reagem diante de determinadas situações de modo tão coeso como por exemplo os empregados ou os operários (MANNHEIM, 2004, p. 82).

⁵³ O diálogo de Mannheim é com o marxismo ortodoxo. A escola de Frankfurt e Antonio Gramsci restituíram a autonomia relativa dos intelectuais frente às determinações de classe e da economia.

A segunda parte da explicação serve de complemento ao excerto acima transcrito. Quando a *intelligentsia* assume voluntariamente uma aliança com determinadas lutas políticas de classes, não é ela capaz de bloquear alguma desconfiança nutrida pelos membros originais de tais classes, haja vista, justamente o que fora pontuado na transcrição passada e aqui reiterada. “Esta desconfiança constitui apenas um sintoma do fato sociológico de que a condição de assimilação de intelectuais a uma classe estranha é limitada por suas próprias características psíquicas e sociais peculiares” (MANNHEIM, 1972, p. 183) Os intelectuais reagem de formas diversas dos membros originais da classe em situações específicas, talvez ajam até mesmo de modo inesperado, afinal dispõem de menos coesão, são heterogêneos na origem.

Este “momento teórico” do ISEB, sob a factível influência do pensamento mannheimiano, vai perdendo força no interior desta instituição à medida que aqueles membros identificados com o nacional-desenvolvimentismo da fase juscelinista se evadem e, a partir da direção de Álvaro Vieira Pinto, novos integrantes dão início a um trabalho proposto por antigos membros, como o próprio Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Não menos decisiva foi a presença de Ênio Silveira, que implementou junto aos intelectuais isebianos, uma linha editorial que favoreceu e amparou as mudanças políticas e teóricas que vinham se desenrolando no ISEB.

Frisa-se a relevância da Declaração de março 1958, do PCB, sintomática deste mesmo processo pelo qual passava o ISEB, ou seja, uma fase de mudanças que tinha dentre as alternativas a busca por autonomia da atividade intelectual através de espaços alternativos à estrutura partidária e a criação de *formações culturais* de organização intelectual.

Em sua última fase, caracterizada pela esquerdização do ISEB, seus intelectuais passaram a apoiar amplamente o programa das Reformas de Base do presidente João Goulart. Este programa tinha traços notáveis da Declaração de março, derivados das reformas de estrutura⁵⁴, propostas pelo documento do PCB, em 1958. Foi, portanto, decerto a “ilação – levada a cabo principalmente pelas forças reacionárias – de que o ISEB estivesse dominado completamente pelos comunistas” (LOVATTO, 2010, p. 79).

⁵⁴ Na análise de Paulo Cunha (2009, p. 97): “A viabilização dessa linha política [Declaração de Março] em sua [do PCB] ação prática terá por eixo de intervenção a luta pelas “Reformas de Estrutura”, que veio a ser conhecida por ‘Reformas de Base’”.

As publicações deste período do ISEB – sem deixar de mencionar a importante presença da Editora Civilização Brasileira por meio de seu responsável, Ênio Silveira – corroboram esta tese da mudança de seu direcionamento político e teórico. Os *Cadernos do Povo Brasileiro* e a *História Nova do Brasil* demonstram que,

[...] enquanto na fase juscelinista os autores se colocavam como a autêntica *intelligentsia* de uma elite nacional, os autores dos *Cadernos* se colocavam “a serviço do povo” – explicitando, algumas vezes, que esse *povo* era concretamente uma classe determinada: o proletariado. [...] o autor do primeiro *Caderno* acabou sendo a própria liderança de um movimento camponês, caso de Francisco Julião, que escreveu *O que são as Ligas Camponesas?* (LOVATTO, 2010, p. 79-80).

Ressalta-se ainda que as duas publicações desta terceira fase do instituto visavam contemplar um público distinto em relação a sua fase anterior, visto que, nesta havia um caráter de instrumentalização da burguesia em defesa do nacional-desenvolvimentismo, característico do governo Kubitschek; porém, na fase crítica a este projeto, vê-se uma proposta de aproximação e mobilização das classes trabalhadoras. Em suma,

[...] se, na primeira fase, a crítica ao capital estrangeiro [...] apontava, no geral, apenas para uma redefinição da dependência, na fase dos *Cadernos* os autores eram portadores de uma perspectiva assumidamente anti-imperialista e o nacionalismo ali defendido tinha este conteúdo (LOVATTO, 2010, p. 80).

O golpe de abril de 1964 colocou termo às atividades institucionais do ISEB. Suas instalações foram depredadas, funcionários levados para a prisão, além de professores e demais integrantes indiciados no Inquérito Policial-Militar (IPM) do ISEB. Contudo, novas *formações culturais*, resultantes da ampla reorganização pela qual passaram as esquerdas no pré-golpe, começam a surgir como tentativa de oferecer respostas àquele cenário e reagrupar setores da resistência, que se dispersaram quando o novo regime instaurado em 1º de abril os alijou de suas instituições.

Anteriormente ressaltamos a importância da imprensa neste processo de reorganização de núcleos intelectuais que se posicionariam na resistência ao regime ditatorial, reafirmamos também o papel fundamental de Ênio Silveira frente à editora Civilização Brasileira. Suas publicações foram marcantes no período que foi, da terceira fase do ISEB até os anos seguintes ao golpe em 1964.

Além dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, Ênio ainda publicou outros periódicos seguindo a mesma linha editorial da Civilização Brasileira. Nesse processo de ampliação de mercado das publicações periódicas, Ênio Silveira investiu na publicação de novos títulos, seja como editor ou diretor, com a impressão ou distribuição. Sob o seu aval de reconhecido editor ou com o aval institucional da editora Civilização Brasileira, no ano de 1965 três novas publicações periódicas marcaram sua vida editorial: os jornais *Reunião* e *Folha da Semana* e as Revistas *Política Externa Independente*, *Civilização Brasileira* homônima a sua editora, e no ano seguinte – 1966 – *Paz e Terra* (CZAJKA, 2009, p. 291).

O jornal *Reunião* era proposto como um periódico de circulação popular, de caráter informativo, similar aos jornais diários. Ao contrário destes, o jornal *Reunião* era um semanário que “procurava ampliar o espaço das publicações da editora Civilização Brasileira entre o público leitor de jornais e informes. Em seu expediente ficava expressa a vinculação com a editora: ‘um semanário da Editora Civilização Brasileira’” (CZAJKA, 2009, p. 291).

A *Folha da Semana* era um periódico nos moldes do *Reunião*, pois começou como um pequeno tabloide até que mais tarde adquiriu o formato standard do jornais habitualmente em circulação. “A diferença entre o *Folha da Semana* e o *Reunião* estava na linha ideológica de sua abordagem; era um jornal declaradamente alinhado com as teses do PCB” (CZAJKA, 2009, p. 295).

O que se observa de mais relevante nessa breve comparação entre *Folha da Semana* e *Reunião* é a maneira como cada um trouxe para suas páginas o tema das esquerdas no Brasil pós-golpe, o que nos possibilita compreender as representações de esquerda que os próprios semanários realizaram por meio de seus intelectuais.

A exemplo disso, percebe-se no curto debate travado entre Paulo Francis e Leandro Konder nos dois primeiros números do jornal *Reunião*, em que se discutiu a participação política da esquerda sem representação partidária durante as eleições de 1965. O artigo inicial foi o de Paulo Francis intitulado *A Crise das Esquerdas*, no qual dizia que

[...] as esquerdas participaram da mistificação em massa de 3 de outubro quando a minoria alfabetizada do povo votou nos candidatos permitidos pelo Mal. Castelo Branco. [...] As esquerdas podem pôr na rua 2 mil gatos pingados capazes de sugerir ao eleitorado onde está o inimigo de classe. [...] Mas como força independente não existem fora dos gabinetes e de organizações mirins cuja influência maior é auto-

infligida. [...] Para atingir a segunda dentição as esquerdas precisam definir uma estratégia, dizer o que são, a que vêm, o que pretendem. Se sua luta tem de ser legal, não necessitam portar-se como um PSD com idioma ideológico, descaracterizando-se no manobristo tático. [...] Sem uma identidade própria seu marginalismo se aprofundará. Os populistas a que servem de enfeite não são adversários à altura das forças vitoriosas no 1. de abril. [...] A oportunidade é agora. As esquerdas foram abatidas pelo Golpe ao nível mínimo de participação no processo político. Seu problema está em decidir se vão reerguer-se de quatro ou de pé⁵⁵ (Apud CZAJKA, 2009, p. 293).

No número da semana seguinte Leandro Konder por meio de um artigo intitulado *Paulo Francis e as Esquerdas*, reagiu fazendo uma análise sobre a maneira como Paulo Francis, a quem chamou apenas de “PF”, interpretou a atuação das esquerdas durante o pleito eleitoral de outubro de 1965.

É claro que, em alguns pontos de seu artigo, PF tem razão. Mas ter razão secundária e setorialmente é uma das maneiras mais comuns de não a ter. Os cegos da fábula também tinham razão, de certo modo, quando cada um deles examinava e descrevia uma determinada parte do corpo de um elefante. PF se aproximou do multiforme elefante das esquerdas, segurou-lhe o rabo e disse: “Eis a que se reduz este pobre animal: é apenas um pedaço de corda insignificante e mal cheiroso”. [...] Nas diversas forças de esquerda – que PF trata como se constituíssem um todo orgânico, subestimando-lhes assim, as contradições internas – existem, sem dúvida, o oportunismo, o reboquismo e outras mazelas denunciadas no artigo⁵⁶ (Apud CZAJKA, 2009, p. 294).

Na *Folha da Semana* o debate sobre as esquerdas é perpassado pelo temário das resistências culturais em voga desde o advento do golpe de 1964. Em suas páginas foram noticiados e debatidos aspectos diversos que compuseram as resistências culturais sob a perspectiva de intelectuais engajados na defesa da democracia. Temas como: movimento estudantil, imprensa, censura, teatro, literatura, música, cinema, intelectuais, política interna e externa e política econômica interna, eram abordados por intelectuais de esquerda e por liberais opositores ao regime ditatorial. Dos principais colaboradores do jornal, poderíamos citar, além do próprio Arthur Poerner que dirigia e escrevia nos editoriais, os seguintes nomes: Leandro Konder (artigos de temas diversos, sobretudo literatura), João das Neves, Carlos Nelson Coutinho (literatura), Otto Maria

⁵⁵ FRANCIS, Paulo. *A crise das esquerdas*. Reunião. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1965, p. 32.

⁵⁶ KONDER, Leandro. *Paulo Francis e as esquerdas*. Reunião, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1965, p. 31.

Carpeaux, Antonio Callado, Tite de Lemos, Carmen da Silva (artigos sobre temas diversos daquele momento), Sérgio Cabral, Romen Gonçalves (música, sobretudo o samba e carnaval), Amilcar Alencastre, Carlos Marques da Silva, Nelson Ávila, Otto Engel, Agnaldo Ferreira de Castro, Clóvis Levi (notícias), Ruy Bello, Mario Patti, Marinho de Azevedo, Jair Leão (política interna), Osvald Araújo (política internacional, sobretudo na cobertura da guerra do Vietnã), Romeu Gonçalves (política internacional), Ernesto Moreira (esportes), Alex Viany, Glauber Rocha (cinema), Luis da Silva (elencava os principais temas da semana), Nilton Maia (crônicas), Aldomar Conrado, Nivaldo R. Marques, Odete Lara, Luiz Carlos Maciel (teatro), Fritz (ilustrações e charges). Havia ainda uma série de reportagens especiais e entrevistas com figuras de proa da resistência cultural e da política nacional.

A *Folha da Semana* se tornava um polo de aglutinação e acolhimento dos intelectuais dispersos pelo golpe de 1º de abril e sua onda de repressão. Sodré (1999, p. 436) caracteriza a *Folha da Semana* como resultado da censura que atacava a liberdade de imprensa e a fragmentava deixando “restos” que eram representados, por exemplo, pela *Revista Civilização Brasileira*, dirigida por  nio Silveira, o jornal *Brasil Semanal*, semanário paulista, dirigido por Euzébio Rocha, e pela própria *Folha da Semana*.

Em termos está correta a afirmação de Sodré, quando se observa a presença de intelectuais na *Folha da Semana*, que pertenciam ao *Correio da Manhã* até surgirem os primeiros casos de censura. Porém, mais do que simplesmente ser o resultado da censura, o semanário dirigido por Arthur Poerner surgiu no bojo da expansão do mercado editorial e da explosão da imprensa alternativa, que passava a ser identificada como antigovernista, desde 1964.

Uma jun o de fatores contrib ram para a maior visibilidade dos jornais alternativos. Além do próprio mercado que eles vinham ganhando por meio da configura o da hegemonia cultural de esquerda no país, ressalta-se as contradi es internas nos jornais tradicionais e de grande circula o. Toda a grande imprensa, salvo o periódico carioca * ltima Hora*, apoiou ativamente o golpe. Mesmo o *Correio da Manhã* que passados dois ou três dias dos militares tomarem o governo recuou e passou a condi o de oposi o, mas também apoiou a derrubada do governo João Goulart. Nas reda es desses grandes jornais instalou-se um clima de tensão e censura, com os dirigentes apoiando as cassa es de mandatos e as primeiras persegui es e, nalguns casos, até mesmo as incitando abertamente (MARTINS; LUCA, 2011, p. 236). Foi emblemático o caso de Cony ao redigir o artigo *Ato Institucional II*, no qual disferiu

críticas a postura dos governantes brasileiros em relação a infiltração norte-americana no Brasil. Neste artigo, Cony menciona que⁵⁷: “A partir da publicação deste Ato, o Estados Unidos do Brasil passam a denominar-se Brasil dos Estados Unidos” (*Apud* SODRÉ, 1999, p. 436). Sabia-se que, diante dessa situação, manter Cony na redação implicaria perda de publicidade. Como o próprio Cony era ciente disso sua atitude foi escrever uma carta de demissão ao redator-chefe do *Correio da Manhã*, Antonio Callado. Este, por sua vez, em solidariedade a Cony e sentindo a pressão que se instalava na redação, também deixou o jornal na mesma ocasião (SODRÉ, 1999, p. 436).

Esse contexto foi favorável à proliferação da imprensa alternativa “que, pela primeira vez, recebeu esse nome, ao lado de outro, ‘imprensa nanica’, dado pelo escritor João Antonio, numa alusão ao episódio bíblico de Davi e Golias” (MARTINS; LUCA, 2011, p. 237). A noção de grandeza ou pequenez da imprensa era dada de uma atribuição “pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa” (KUCISNKI, 2001, p. 5).

O vocábulo “alternativa” contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: 1) o de algo que não está ligado a políticas dominantes; 2) o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; 3) o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, 4) o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCISNKI, 2001, p. 5).

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial (KUCISNKI, 2001, p. 5).

É principalmente pela sua dimensão política, como espaço da rearticulação possível de militantes de partidos clandestinos e dos intelectuais dispersos pelo golpe e despojados institucionalmente num ambiente ditatorial, que a imprensa alternativa

⁵⁷ Como não tivemos acesso aos exemplares do *Correio da Manhã*, do mês de outubro de 1965, optamos por utilizar o livro de Nelson Werneck Sodré – *História da Imprensa no Brasil* – como uma fonte de pesquisa a utilizá-lo como uma referência teórica sobre a discussão da imprensa brasileira.

brasileira dos anos de 1960 e 1970 possuiu características singulares quando comparada a de outros países, como dos Estado Unidos ou da Europa.

Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como polo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura. Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas ativistas políticos. Conforme um raciocínio original de Elizabeth Fox, a imprensa alternativa pode até mesmo ser definida como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento em ambiente autoritário (KUCINSKI, 2001, p. 10).

Dentre as concepções vigentes havia, segundo Kucinski (2001, p. 9) uma forte inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional.

O jornal possui, na ótica de Antonio Gramsci (1979, p. 161-164) o dever de seguir e controlar os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam no país. Partindo disso, o pensador italiano desenvolveu a ideia de *jornalismo integral*, isto é, jornalismo que não apenas pretende satisfazer as necessidades de uma certa categoria, de seu público, mas também criar e desenvolver as necessidades, logo, criar seu público e ampliar sua área. Sob essa premissa, o jornal é tratado na teoria gramsciana como *intelectual coletivo*, formando aquilo por ele denominado de “círculo próprio de cultura” (GRAMSCI, 2010, p. 34). Isso tudo surge como pressuposto metodológico que qualifica um agrupamento cultural como ponto de partida para se examinar todos os aspectos e formas de jornalismo que se integram e coordenam-se “mecanicamente”. Este agrupamento cultural seria “mais ou menos homogêneo, com uma certa orientação geral” (GRAMSCI, 1979, p. 162). Pesa sobre ele também a pressuposição de

[...] que se pretenda fundar-se em tal agrupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico [...] Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios “racionais”, isto é, funcionais, na medida em que se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas consequências (GRAMSCI, 1979, p. 162).

Natalia Seves (2014) utilizou em sua dissertação o conceito de “círculos de cultura” para descrever as atividades jornalísticas do jornal *Movimento*. Em sua análise,

Seves elencou as categorias *consciência* e *organização*, como centrais na forma como se conduzia o jornal *Movimento*. Segundo ela,

[...] as redações do *Movimento* funcionavam como círculos de cultura, nos quais, preservando-se às especialidades de cada membro (estudantes, intelectuais e militantes), exerceu-se o momento de crítica de modo colegiado e, para além de suas fronteiras, intencionou-se generalizar modos de sentir, pensar, agir e viver (SEVES, 2014, p. 149).

O jornal *Folha da Semana* também foi resultado de um trabalho intelectual crítico e coletivo – bases dos círculos de cultura. Este periódico muito se assemelhava ao projeto de um edifício cultural unitário, colegiado, que abriga diferentes modos de sentir, agir, pensar e viver. Certamente foi uma forma de organizar a luta de diversos grupos sociais diferenciados teórica e ideologicamente, numa frente de resistência cultural à ditadura militar. Em Gramsci (2010) há a seguinte explicação para a formação de um círculo cultural:

Unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filosóficos, etc., integrando o trabalho acadêmico tradicional – que se expressa sobretudo na sistematização do saber passado ou na busca da fixação de uma média do pensamento nacional como guia na atividade intelectual – com atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho (p. 41).

Em suma, pensar o jornal como *intelectual coletivo* é aceitar que não há a separação entre prática política e técnicas jornalísticas nos projetos editoriais da chamada imprensa alternativa nas circunstâncias históricas dadas pelo regime civil-militar. A tese de Seves a respeito do jornal *Movimento* é de que este atuou como “jornal integral” e,

[...] pôde-se definir as frentes-jornalísticas (*Em Tempo*, *Versus*, *Opinião*, *Movimento*, ...) como frentes de unidade-distinção técnico-políticas entre jornalistas/intelectuais e organizações clandestinas de diversas orientações político-ideológicas baseados na democracia interna das redações jornalísticas cujo *modus operandi* se afastava consideravelmente da forma-jornal convencional, aliás, ultrapassavam seus limites (2014, p. 148).

Coutinho (1981, p. 124) ressalta que Gramsci indica em diversos locais dos *Cadernos* “como grandes intelectuais individuais (ou grupos de intelectuais agrupados

em revistas, jornais, etc) exercem frequentemente a função de partidos políticos”. Em outros casos pode-se verificar ainda “que ‘um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também ‘partidos’ ou ‘frações de partidos’”.

A *Folha da Semana* ao contrário de *Movimento* não atuou no interior de uma frente jornalística, porém, o jornalista ou colunista daquele semanário era um intelectual engajado, afinal, também não se separava práticas políticas e técnicas jornalísticas, visto o importante papel que exercera na *estrutura de sentimento dos liberais críticos* – trabalhado no primeiro capítulo – para a construção da Frente Ampla.

Dadas as especificidades editoriais da *Folha da Semana* e de contexto histórico-político – diferença de dez anos em relação ao jornal *Movimento* (1975-1981) – faremos uma análise aprofundada dos números da *Folha da semana* através de grandes temas abordados em suas páginas, que enfocava a maneira pela qual o jornal forjou sua própria expressão de resistência cultural ao regime ditatorial de 1964. Ora, as reportagens e artigos temáticos nos permitirão demonstrar como que a *Folha da Semana* se constituiu como um *intelectual coletivo* no contexto da *estrutura de sentimento dos liberais críticos* e, foi uma *formação cultural* que reuniu diferentes tipos de intelectuais. Dispensaremos o conceito gramsciano de *círculos culturais*, uma vez que, não nos possibilita compreender a própria atuação desses diversos intelectuais no projeto editorial da *Folha da Semana*, sobretudo no período que teve Arthur José Poerner como seu diretor.

Exploraremos dois eixos temáticos que, de modo mais significativo, quantitativamente e qualitativamente, compuseram as quarenta e três edições que nos foram disponibilizadas do semanário *Folha da Semana*. O primeiro eixo tratará sobre os debates empreendidos pelos intelectuais a respeito das esquerdas; e, o segundo versará a respeito da presença dos intelectuais nas resistências – perseguições aos intelectuais –, na luta contra a censura à imprensa e nos atos políticos.

2.2 – Representações Intelectuais de Esquerda na Folha da Semana

Na *Folha da Semana* o debate sobre as esquerdas era, diversamente ao caso assinalado do jornal *Reunião*, colocado de forma indireta, podendo-se até mesmo afirmar que seguindo uma pauta muito próxima a do PCB no campo da cultura. Separamos em três tópicos este eixo temático do jornal a fim de decifrar as tendências esquerdistas ou de resistência cultural existentes no seu interior. Primeiramente, encontramos uma série de artigos, sobretudo de Leandro Konder, que dialogavam com o

temário pecebista, se valendo de discussões no campo artístico, como a literatura, teatro, artes plásticas, música e cinema. Artistas assumidamente ligados ao PCB e outros sem vínculos partidários – mas que compartilhavam daquilo que Ridenti chamou de *estrutura de sentimento da brasilidade romântico-revolucionária*, ou seja, artistas em geral de esquerda ou que apenas se engajaram nas resistências ao regime – passaram de alguma forma pelo semanário *Folha da Semana* e, se não estivessem contribuindo com artigos ao menos por meio de entrevistas. Dentre eles podemos citar: Chico Buarque, Paulinho da Viola, Dias Gomes, Elis Regina, Glauber Rocha e outros. Em segundo há um recorte que demonstra outra linha de atuação política existente no pré-golpe e que permaneceu lutando nas resistências após o 1º de abril de 1964. Além das artes o periódico também abriu espaço para divulgar a perseguição e atuação da Igreja Católica, especialmente a sua ala à esquerda, durante aqueles anos em que o jornal sobreviveu ao regime militar, 1965-1966. Por fim, o terceiro recorte expõe o modo como o jornal cobria as notícias sobre a guerra do Vietnã e de outras ditaduras no mundo – Equador Uruguai, Peru e Guatemala – traçando aspectos comparativos com a realidade brasileira e ressaltando o caráter anti-imperialista em relação aos EUA, que havia na linha editorial da *Folha da Semana*.

2.2.1 – Artes

A discussão sobre o teatro se fez presença constante no periódico carioca, inclusive nos abrindo um caminho possível para realizar o mapeamento das tendências ideológicas no elenco dos intelectuais da *Folha da Semana*. Começamos com dois artigos de Luiz Carlos Maciel – um dos principais adeptos da contracultura no teatro (BARROS, 2007) – publicados na edição de número 02, que corresponde ao intervalo entre os dias 09 e 15 de setembro de 1965. Intitulados *É necessário cantar?* e *Sartre exige definição frente ao nazismo*, Maciel se debruça sobre a situação do teatro brasileiro daquele momento. No primeiro artigo o autor exalta os musicais *Opinião e Liberdade, Liberdade*, definindo-os como o lugar possível para reunir “esquerdistas sérios, liberais comportados e centristas desapontados” (p. 13) que ansiavam por liberdade. Ao comparar os espetáculos nacionais com os grandiosos concertos da Broadway, Maciel enaltece o teatro nacional e seus profissionais, atores, diretores, cenógrafos e, defende as peças não comerciais como ampliadoras do acesso a esta arte. Para dar ênfase a sua explanação, no segundo artigo, em que há uma breve entrevista com o diretor Paulo Afonso Grisoli, tentou buscar alguns elementos importantes do

teatro brasileiro na peça de Sartre, *mortos sem sepultura*. Estes elementos seriam para constituir “espectadores mais alertas para os problemas de nosso tempo e que nossos espetáculos possam elucidar mais eficazmente as plateias sobre eles e criar [...] uma nova linguagem de espetáculo” (p. 13).

Maciel, apesar de não ser um comunista e não expressar tendências esquerdistas católicas acompanha a linha editorial do jornal ao redigir dois artigos com conteúdo, certamente não tão crítico, mas em tom de denúncia da interferência de peças norte-americanas no cenário teatral nacional, estas, que de certa maneira, eram bem recebidas por um núcleo *mainstream* do teatro comercial. Sua visão é de que o teatro nacional abria um novo espaço para a esquerda se articular, fora das antigas instituições, como um partido, por exemplo.

Na edição de nº 4 da *Folha da Semana*, Luiz Carlos Maciel trabalhou com a relação entre ideologia e a *mise-en-scène*. Em suas palavras percebe-se uma busca pelo afastamento de tendências interpretativas generalizantes sobre as obras. O conteúdo do artigo é crítico aos diretores que seguem “manuais” e aderem a visões abstratas sobre textos consagrados. As mencionadas interpretações, teriam, segundo Maciel, implicações intelectuais, pois excluía “qualquer necessidade de uma verdadeira experiência intelectual dessas obras e desses autores, que poderia permitir uma apreensão concreta, viva, de seus conteúdos” (p. 13). Como consequência disso, o diretor passaria à condição de um sujeito passivo em relação ao texto, sua relação com o mesmo seria de uma “fidelidade fetichizada”. Logo, não haveria a possibilidade de um teatro livre, já que, “resultaria, inevitavelmente, num espetáculo neutro sem ponto de vista e, por isso, impotente na projeção de valores” (p. 13).

O centro da crítica de Maciel se encontra no afastamento de um teatro tradicional, que naquele momento poderia ser representado pela herança do CPC, do próprio Cinema Novo e dos artistas comunistas engajados nestes projetos que visavam a elaboração de uma arte que fosse nacional-popular. Para Napolitano que desenvolveu aquelas categorias de análise mencionadas no primeiro capítulo:

Os intelectuais e produtores culturais ligados à contracultura e à nova esquerda, por sua vez, desconfiavam do nacional-popular como eixo simbólico da resistência cultural, mas tendiam a dar peso diferenciado para o lugar da “cultura jovem” e da “cultura popular” na construção de formas e valores críticos ao regime (2011, p. 12).

A *Folha da Semana* era um suporte para essas denúncias e críticas de Maciel, haja vista as constantes divulgações que o semanário fazia de espetáculos teatrais. Isso está presente em diversos números, a exemplo da edição nº 12, de 18 a 24 de novembro de 1965, na qual encontra-se uma propaganda de um espetáculo do grupo Opinião (p. 5) ou no nº 14 – 02 a 08 de dezembro de 1965 – onde aparece divulgação do Teatro de Repertório encenando *O Labirinto: o absurdo da opressão numa peça kafkiana*, no teatro de arena da Guanabara; *Arena Conta Zumbi*, no teatro Miguel Lemos; *A Vida Impressa em Dólar*, teatro Dulcina.

IMAGEM 3: Divulgação de espetáculo do Teatro Grupo Opinião com destaque para a participação de Araci de Almeida e Baden Powell.



FONTE: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*⁵⁸.

IMAGEM 4: Arena conta Zumbi, no Teatro Miguel Lemos.

⁵⁸ GRUPO OPINIÃO APRESENTA SAMBA PEDE PASSAGEM. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 5, 18 a 24 de nov. 1965.



FONTE: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*⁵⁹.

IMAGEM 5: Divulgação da adaptação da peça estrangeira *Croque Monsieur*.



FONTE: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*⁶⁰.

IMAGEM 6: Divulgação da peça *A vida impressa em dólar*, no teatro Dulcina.

⁵⁹ ARENA CONTA ZUMBI. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 13, 02 a 08 de nov. 1965.

⁶⁰ COCÓ, MY DARLING. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 13, 02 a 08 de nov. 1965.



FONTE: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*⁶¹.

Se na coluna de teatro encontramos, dentre os que por lá passaram, um representante da contracultura e, que mais tarde, nos anos 1970, viria a se desdobrar na nova esquerda; na literatura era constante a presença de Leandro Konder, um intelectual do Partido Comunista. Seu debate na *Folha da Semana* era guiado pelos lançamentos, sobretudo das editoras *Civilização Brasileira* e *Brasiliense*, dessa forma, os novos livros de autores de esquerda lhe serviam como fontes para atacar leituras ortodoxas do marxismo no meio intelectual brasileiro.

Elencamos dois artigos em que existe essa preocupação de Konder, sendo o primeiro intitulado *A arte e a vida social* – nº 2, de 09 a 15 de setembro de 1965 – e o segundo com o nome *Livro polêmico de Caio Prado Jr.* – nº 44, de 07 a 13 de julho de 1965. No primeiro texto, Konder adentra no debate estético sobre a arte e aproveita o lançamento do livro de Plekhânov, homônimo ao artigo, para frisar a importância desse autor na construção de uma teoria marxista da estética, apesar das divergências de interpretação entre Lênin e Gramsci. Segundo Konder:

Lênin tinha bons motivos para apreciar o trabalho de Plekhânov como divulgador da filosofia marxista e como esteta, pois a obra plekhanoviana teve uma influência histórica altamente positiva. Plekhânov contribuiu decisivamente para a superação das concepções “biologista” (às quais Kautsky, por exemplo, pagou elevado tributo), mostrando que o social não é mero prolongamento natural do biológico, que os movimentos da cultura e da sociedade não deveriam ser reduzidos às formas dos movimentos que caracterizam os fenômenos biológicos (p. 14).

Em contraste, a opinião de Gramsci em face da obra de Plekhânov era de grandes reservas, visto que o pensador italiano, de acordo com Konder, encontrava graves prejuízos ao marxismo decorrentes do método positivista que ele aplicava, bem como “escassas faculdades especulativas e historiográficas” (p. 14). O traço vultoso de

⁶¹ A VIDA IMPRESSA EM DÓLAR. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 13, 02 a 08 de nov. 1965.

positivismo no pensamento plekhanoviano, seria o “de procurar ‘determinar o que se poderia chamar o equivalente sociológico do fenômeno literário dado’” (p. 14).

No segundo artigo o próprio título já é indicativo de como estavam os debates entre as esquerdas a respeito das interpretações sobre a realidade brasileira, sobretudo entre os setores ligados ao PCB. Konder não intencionou esboçar uma resenha do livro em lançamento que, no caso tratava-se de *A Revolução Brasileira*. Contudo, não deixou de desferir críticas aos posicionamentos de Caio Prado Jr. no tocante a maneira “unilateralmente negativa” com que fora caracterizado o governo derrubado pelo golpe de abril de 1964, também a visão em que Prado Jr admite a existência de condições semifeudais na estrutura agrária brasileira e, da existência de uma burguesia nacional capaz de integrar uma frente anti-imperialista (p. 14).

Outra discussão trazida pela *Folha da Semana* na coluna de literatura de Leandro Konder, foi o embate entre marxismo e psicanálise. Nos números 28 e 54, respectivamente das semanas entre os dias 17 a 23 de março de 1966 e 15 a 21 de setembro de 1966, o autor comenta alguns lançamentos de autores de diferentes correntes da psicanálise e, nalguns casos realiza crítica aos autores e ao próprio Freud, a quem se dirige, no artigo *Psicanálise e Marxismo* como um pensador de suma importância por colocar “a nu a importância das experiências vividas na infância para a compreensão da psicologia do adulto” (p. 14). Porém, Konder entende a teoria freudiana como detentora de “esquemas viciados por suas concepções a-históricas” (p. 14). No texto que leva o nome *Psicanálise*, Konder critica o psicanalista Eric Fromm e elogia Karen Horney por seu trabalho de superação dos aspectos biológicos dos esquemas freudianos clássicos.

2.2.2 – Esquerda Católica

O debate sobre as esquerdas na *Folha da Semana* era também desenvolvido a partir de temas da Igreja Católica e da perseguição do regime ditatorial a esta instituição no Brasil. Sobretudo nos primeiros números do jornal em 1965, sob a direção de Alfredo Tranjan e, na segunda metade de 1966, quando Anderson Campos já havia assumido sua direção, é que se concentraram as matérias retratando questões da Igreja conjuntamente aos temas de esquerda já comuns ao periódico.

A primeira vez que fora publicado uma reportagem sobre a Igreja Católica foi na edição nº 4 – 23 a 29 de setembro de 1965 – e dizia respeito a aproximação da Igreja com países socialistas e a intelectuais marxistas. O título deste artigo era *O Concílio e a*

abertura para o Diálogo (p. 11) e era iniciado explicando as diferenças entre o papa Pio XII e João XXIII, aquele um defensor do anticomunismo e antissoviético, e este, aberto ao diálogo com as nações do leste europeu e com as diferentes correntes internas da Igreja Católica.

Semanas depois – nº 9, de 28 de outubro a 3 de novembro de 1965 – o *hebdomadário* publicou um texto de Thomas Mann escrito em 1937, intitulado *Cristianismo e Socialismo* (p. 14), no qual o escritor alemão denunciava a instalação de uma ditadura pelo regime nazista. Ao longo do texto há uma série de apontamentos demonstrando de que forma poderia o cristianismo ser superado historicamente, a saber que, Mann acusava Hitler de forçar uma queda do cristianismo na Alemanha nazista. Assim, ao longo do artigo o autor foi levantando possibilidades de superação do cristianismo a partir da própria humanidade e aquilo que ele julgava inato a ela. Propõe uma análise crítica ao materialismo, quando este eleva a economia e a luta de classes a questões fundamentais da vida, “não vendo nas obras do espírito e da cultura senão uma ‘superestrutura ideológica’” (p. 14). Sua tese centrava-se na liberdade do espírito humano quando se descobre avanços na ciência ou nas artes, portanto rechaçando a interferência ideológica das classes sociais nas nossas grandes realizações.

Na segunda edição da *Folha da Semana* sob direção de Anderson Campos, a de nº 45 – 14 a 26 de julho de 1966 – havia uma coluna que articulou a temática da Igreja, noticiário internacional e a situação política na América Latina. A matéria nomeada *A Igreja na Espanha* fazia implicitamente referência ao caso brasileiro e argentino de perseguição aos estudantes. Relatava um racha na Igreja espanhola motivado por questões políticas, como a prisão de estudantes, insatisfação popular com o governo Franco, privilégios da Igreja Católica na Espanha e a influência do Estado nas decisões internas da Igreja.

Após três semanas, o editorial da edição 48 trouxe um pequeno texto que dialogava diretamente com o artigo da edição 45, acima citado. Com o sugestivo título *Governo Contra a Igreja* o editorial explicava que após atingir diversos setores da sociedade, o governo agora se voltava contra a Igreja, pela razão que segue:

[...] os setores mais esclarecidos do clero brasileiro não puderam continuar calados diante do descalabro promovido pela tal “revolução redentora”. A democracia foi metodicamente demolida para permitir a continuidade do regime de abril, isto é, a continuidade da repressão, da fome, do desemprego, da desnacionalização da economia (p. 2).

Certamente o cerco estava progressivamente se fechando contra o clero brasileiro e isso era tema frequente e significativo para os intelectuais da *Folha da Semana*. Passadas mais duas edições a questão reapareceu de forma mais decisiva no nº 50 – 18 a 42 de agosto de 1966 –, quando, além de um novo texto sobre o assunto ganhar espaço no editorial, o embate entre Igreja Católica e governo brasileiro ganhou destaque como principal matéria desta edição.

O editorial *A Voz dos Bispos* (p. 2) relacionava-se às matérias *Por que Falam os Bispos* (p. 8-9) e *Governo Quer Ensinar o Padre-Nosso ao Vigário* (p. 8-9). O texto do editorial era uma prévia do que viria nas matérias principais, tratava da proibição do Manifesto dos Bispos do nordeste, documento que informava sobre a pobreza daquela região do país após o início do regime de 1964. Todavia, no texto *Por que Falam os Bispos* há um tom crítico ao modo como a Igreja se posicionou desde o golpe em 1964. Acusa os bispos de não se colocarem perante o regime por intermédio de uma crítica política, uma vez que, o que se fez até aquele instante era reafirmar que havia “fome, pressões e injustiças” no Brasil. Segundo a análise promovida no artigo, a Igreja se manteve em silêncio durante quase dois anos, por ter concedido “crédito de confiança ao governo”, e não por estar tirando proveito da situação, como alguns críticos vinham lhe acusando.

O texto seguinte esboçava uma explanação crítica sobre as perseguições que vinham ocorrendo aos militantes de esquerda da Igreja Católica e cita a prisão de membros da Ação Popular, acusados de “subversão”. Foi a primeira referência direta a uma organização da esquerda católica no Brasil feita pelo jornal.

Na edição de número 52 – 1 a 7 de setembro de 1966 – novamente as questões em torno da Igreja foram levadas a condição de matéria principal, mas dessa vez com uma reportagem mais completa intitulada *Dossiê das Perseguições à Igreja no Brasil*.

O conteúdo abordava a relação conflituosa de setores do clero com a ala civil do golpe, a exemplo de Carlos Lacerda e o *Jornal do Brasil*. Acusavam o regime ditatorial de perseguir, aprisionar e expulsar do país padres que se opunham ao golpe e membros das juventudes católicas de esquerda. Denunciavam a interferência dos militares nas decisões da Igreja, além da invasão a um jornal católico. Foi também retratado um episódio curioso, no qual uma bíblia de capa vermelha fora apreendida pela polícia no município de Mangaratiba, no Rio de Janeiro.

Essas e outras notícias e editoriais tratando da questão da Igreja Católica e das esquerdas no semanário *Folha da Semana* ilustram a alta relevância com que o assunto

era recebido por seus intelectuais. Apesar de não encontrarmos fontes que comprovem vínculos diretos de alguns intelectuais deste periódico com organizações da esquerda católica, como a Ação Católica ou Ação Popular, por exemplo, não se descarta a possibilidade de ter havido tais elos.

Desconhecemos as ligações e contatos políticos do advogado Alfredo Tranjan, que dirigia a *Folha da Semana* durante os primeiros números, bem como suas motivações para elencar a questão da Igreja, mas sabemos da proximidade de Anderson Campos – último diretor do jornal – com o PCB, por meio de documentos analisados, ainda que eles não comprovem a filiação de Campos ao referido partido, por se tratar de fichas prisionais feitas pelos militares. Entretanto, é inconclusivo o hiato que surgiu no jornal, quanto ao tema Igreja Católica, durante o período de Arthur Poerner⁶². Apesar de não ter concedido espaço significativo para a discussão sobre Igreja, Poerner e os demais intelectuais não abdicaram de debater sobre as esquerdas, por diversos prismas. Durante o período em questão, a posição e presença do clero foram sendo abordadas através de outros assuntos que envolvessem as esquerdas e as resistências culturais, como o movimento estudantil, por exemplo, que passa a ganhar cada vez mais espaço no noticiário e editorial da *Folha da Semana*, podemos também citar o amplo debate sobre a presença dos intelectuais na política, nas artes e nas resistências.

2.2.3 – Noticiário Internacional em Perspectiva Comparada com o Brasil

A *Folha da Semana* abordava o noticiário internacional repetidamente por uma perspectiva comparativa entre, os países subdesenvolvidos e ameaçados pelo imperialismo norte-americano e ditaduras, com a realidade brasileira, porém sem citá-la abertamente. Esse modelo parece bastante útil num contexto de repressão e censura à imprensa, pois não seria necessário deixar de publicar graves problemas sociais, políticos e econômicos, ainda que de forma disfarçada e nas entrelinhas. Contudo, a *Folha da Semana* desde o início não poupou o governo brasileiro de críticas e nem deixou de problematizar temas que pudessem ser interpretados com a pecha de “subversivos”. Dessa forma, a proposta editorial do jornal em questão era de reiterar os graves problemas nacionais e expor um inimigo comum dos países subdesenvolvidos, o

⁶² Vale lembrar que a Igreja progressista começou a ter visibilidade em 1966. Portanto, pode ser simplesmente um dado cronológico a pouca importância dada à esquerda católica antes desta data nas páginas da *Folha da Semana*.

imperialismo dos Estados Unidos, sem deixar de continuamente defender a democracia para esses países.

O primeiro exemplo desse modelo comparativo está na página 10 da edição nº 2 – 09 a 15 de setembro de 1965 – e traçou um histórico breve dos então recentes casos de golpes de Estado, queda das esquerdas e alavancada da direita nos países latinos americanos, o artigo vinha sob o título *América Latina: Anatomia e mecânica das ditaduras*. Em seguida, na página 11, é noticiado o primeiro caso concreto, o título é autoexplicativo: *Eleições na República Dominicana vão provar que Caamaño⁶³ tem razão*.

Na edição seguinte – nº 3, de 16 a 22 de setembro de 1965 – é apresentado o caso peruano. Relatou-se o caso do presidente eleito, que após derrotar a direita e demais forças conservadoras fora vítima de uma conspiração que o associava aos comunistas que estavam prestes a tomar o poder. A coincidência maior com o Brasil ficava por conta do fato deste presidente entrar em choque com empresas estrangeiras que atuavam no país.

Uruguai Ameaçado (p. 3) foi o título de uma coluna no editorial da edição nº 7, que circulou entre 14 e 20 de outubro de 1965. Narrava-se a greve dos bancários que vinha ocorrendo há algumas semanas naquele país e, que acarretou numa resposta dura do governo uruguaio, que foi a decretação do estado de sítio. Contudo, a notícia mais emblemática dessa estratégia comparativa estava na edição nº 9 – de 25 de outubro a 3 de novembro de 1965 – e se expressa muito bem na manchete que informava *Uruguai Entre o Golpe e as Reformas de Base* (p. 10). Era informado na notícia a presença de duas forças políticas divergentes no país sul-americano, os progressistas e os conservadores. Trazia ainda a informação da iminência de um golpe de estado partindo da direita como resposta ao projeto de reformas de base que previa reforma agrária e nacionalizações.

Uma das coberturas internacionais mais completas da *Folha da Semana* era na guerra do Vietnã, sobre a qual se encontra notícias e reportagens especiais com frequência nas edições deste jornal. *Genocídio e Tortura no Vietname* (p. 11) – número 7, de 14 a 20 de outubro de 1965 – trazia os casos de torturas feitas pelo exército dos Estados Unidos no decorrer da guerra travada no país asiático.

⁶³ Francisco Caamaño era um líder militar contrário a intervenção norte-americana no país.

Na semana entre os dias 31 de março e 06 de abril de 1966, o número 30 do semanário estampou na segunda página a matéria *Rebelião Popular derrubou Ditadura Militar no Equador*. Foi a primeira vez que Poerner como diretor do jornal se utilizou do método comparativo para expor um país latino americano e o Brasil. Nessa manchete vê-se um caráter mais panfletário e de chamado a luta popular contra a ditadura, a exemplo do que ocorrera no Equador. O traço panfletário e agitador⁶⁴ estará presente na linha editorial da *Folha da Semana* durante toda a fase de Arthur Poerner e de seu substituto Anderson Campos.

2.3 – Atuação Intelectual e Luta Contra a Censura

O jornal *Folha da semana* foi marcado pela intensa participação de jovens artistas e intelectuais que, participavam desse projeto editorial por meio de artigos para ampliar os debates no campo da cultura, como também participando de ações políticas e manifestações que visassem a defesa da cultura. Quando esta era a opção, a *Folha da Semana* cobria tudo o que ocorresse, além de se posicionar em defesa dos artistas e intelectuais.

Essa forma de se fazer um jornal demonstra a característica de *intelectual coletivo* que teve a *Folha da Semana*. A compreensão de que não há, no *intelectual coletivo*, a separação entre prática política e fazer jornalístico, se torna, neste caso, a indissociável relação entre política e cultura que se observa no fazer jornalístico do periódico analisado.

O exemplo mais ilustrativo dessa relação pode ser observado através da cobertura jornalística que o semanário realizou sobre a manifestação de alguns intelectuais em frente ao Hotel Glória, na ocasião da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA). A edição nº 13, de 25 de outubro a 1 de novembro de 1965, trazia a informação de que:

O Marechal Castelo Branco [...] fora recebido por um grupo de intelectuais que, de faixas em punho, gritavam: “Viva a Democracia! Abaixo a Ditadura”. Esses intelectuais eram o Embaixador Jaime Azevedo Rodrigues, o jornalista Antônio Callado, o romancista Carlos Heytor Cony e o teatrólogo Flávio Rangel. As faixas diziam: “Bienvenidos a nuestra Dictadura”,

⁶⁴ Veremos mais detalhadamente essa característica de Arthur Poerner no capítulo seguinte, quando abordaremos o livro de sua autoria *O Poder Jovem*.

“OEA: Queremos Liberdade” e “Abaixo a Ditadura, Viva a Democracia” (p. 8).

O ocorrido motivou os intelectuais a redigirem um manifesto que, logo recebera cerca de 400 assinaturas. Nota-se que, após o Ministro da Justiça ameaçar prender os signatários do manifesto, pessoas de outros setores – e de estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro – aderiram ao manifesto. Os nomes que constavam no documento eram: Lúcio Costa, Mário Martins, Otto Maria Carpeaux, Cacilda Becker, Oscar Niemeyer, Araci de Almeida, Norma Benguel, M. Cavalcanti Proença, Sérgio Bernardes, Odete Lara, Djanira, Jece Valadão, Eva Vilma, John Herbert, Valmor Chagas, Carlos Scliar, Hermano Alves, Baden Powell, Walter Avancini (Presidente da Confederação Nacional de Rádio e TV), Jardel Filho, Vera Viana, Sônia Dutra, Bety Faria, Joana Fomm, Domar Campos, Sérgio Pôrto, José Honório Rodrigues, Teresa Cesário Alvim, Ismael Silva, Gilberto Paim, Jânio Freitas, Léo Vítor, José Condé, Sandro Polônio, Sergio Cardoso, Maria Della Costa, Nagib Eichner, Benjamin Cattán, Juca de Oliveira, Teresa Raquel, Dias Gomes, Zuenir Ventura, Ana Letícia, Armando Bogus, Edu Lobo, Oduvaldo Viana, Raul Cortês, Ciro Monteiro, Luís Carlos Barreto, Vanda Lacerda, Poti Lazzarotto, Fábio Sabag, Gianfrancesco Guarnieri, Mário Benvenuti, Glaucê Rocha, Darwin Brandão, Newton Carlos, Alex Viany, Reinaldo Jardim, Zé Kéti, Tati Moraes, Glauco Rodrigues, Ferreira Gullar, Pedro Correia de Araújo, Lígia Clark, Benjamin Silva, Fausto Neto, Roberto Santos, Eli Halfoun, Roberto Freire, Augusto Boal, Irina Greco, Carlos Lyra, Carlos Diegues, Sérgio Cabral, Flávio Império, Rui Belo, Barboza Melo, José Gorayeb, Milton Pedrosa, Antunes Filho, Hélio Bloch, Arthur José Poerner, Oscar Castro Neves, José Celso Martinez Correia, Maria Bethânia, Roberto Freire, Ari Toledo, Oduvaldo Viana Filho, Valdir Maia, Paulo Francis, Arnaldo Jabor, Fauzi Arap, Léo Jusi, Cecil Thiré, Marcia de Windsor, Vera Gertel, Miguel Borges, Raul da Mata, Néelson Lins e Barros, Luciano Martins, Geni Marcondes, Conjunto Vocal MPB-4, Sérgio Maberti, Nádia Maria, Milton Gonçalves, Paulo Afonso Crisoli, Mário da Cunha, Eduardo Coutinho, Maurício Gomes Leite, Ivan Cândido Gustavo Dahl, Aguinaldo Silva, Antônio Garcia, Francisco Buarque de Holanda, Lauro César Muniz, Inácio Loiola, Mirian Meheler, Carlos Castilho, Norma Blum, Amílcar Alencastre, Paulo César Sarraceni, Vera Pedrosa Martins, Isabela Rudá de Andrade, José Lino Grunwald, Josemar Dantas, Jaime Negreiros, Cursino Rapôso, Rafael Carvalho, Cleci de Moraes, Humberto de Vasconcelos Filho, Ascânio Pedro Monteiro, Moisés Kendler, Antônio Belluco Marra,

Joaquim Campelo, Décio Vieira Ottoni, Alderico Turíbio, Marco Antônio Gay, Ivanir José Yasbeck, Paulo Rehder, Luís Edgar de Andrade, Cleci Ribeiro Prado, Francisco Becker, Fernando Guimarães, Talvani Bastos Ribeiro, Sérgio Barros de Noronha, José Pessoa de Carvalho, Aristóteles Travassos de Andrade, Clóvis Levi, Nélon Silva, José Silveira, Antônio Carlos de Carvalho, Válder Santos, Eduardo Barbosa, Alberto Castelo Branco, Mario Rodrigues, Jorge de Aguiar, Luís Carlos Sá, Paulo Tiago, Alinor de Azevedo, Jorge Cherques, Mário de Almeida, Angelito Melo, Maria Helena Sales Brito, Fábio Breves, Hélio Silva, Teodora de Barros, Nílson Azevedo, Luiz Fernando Pereira Martins, Oscar Cardoso, Michel Laurence, Iram Frejat, Mílton Matos, Nílton Sacramento, Rimundo Pessoas, Jorge Augusto Paranhos de Oliveira, Sônia Meinberg, Vicente da Cunha Marinho, Mário Augusto de Oliveira, Fritz Granado, João Ribeiro, João Bosco Serra e Gurgel, César Doladel, Nílson Lage, Vinícius Paulo de Seixas, Pedro de Moraes, Sérgio Sanz, Isolda Cresta, Maurício Azêdo, Deocélia Viana, Antônio Sampaio, Luíz Paulino dos Santos, Hugo Carvana, Dina Sfat, Isabel Ribeiro, João das Neves, Paulo José de Sousa, Antônio Carlos Fontoura, Leopoldo Serran, Teresa Aragão, Derli Barreto e Silva, Eduardo Scorel, José Carlos Rêgo, Tite de Lemos, Ivan Alves, Mary Ivone Neubauer, Maria Esmeralda, Teresinha Muniz, Denoy de Oliveira, José de Carvalho Pereira Júnior, Carlos Vereza, Henrique Coutinho, Jerônimo Jorge, Sidney Miller, Édison Batista, Leônidas Lara, Zózimo Bobul, Celso Faria, Cilnei Siqueira, José Viana, Vitor Nimitz, Luís Mendonça, Carlos de Araújo, Maísa Santana, Maria da Graça, Carminha Brandão, Brasilda Ribeiro, Orion de Carvalho, Jairo Arco e Flexa, Fred Kleeman, Roberto Gian, Mário Gonçalves, Altair Lima, Esquiel Neves, Abraão Farc, Regina Duarte, Lilian Lemmerte, Fernando Peixoto, Ítala F. Martins, Mário Alimari, Fúlvio Stefani, Leonardo Lopes, Henrique César, Manuel Ribeiro, Vólney de Assis, Renato Duval, João Carlos Bertoldi, Plínio Marcos, Líbero Ripolli Filho, Célia Helena, Francisco Martins, Joe Kanter, Edney Giozenasi, Sebastião Martins, Pedro Aires Pontes, Maria Regina, Sérgio Braga, Cláudio MacDowell, Jeferson Silva, José Wilker Almeida, Elza Maria Rocha Pinto, Raymundo Vanderlei Reis, Frederica Iat, Sérgio Fadel, Leandro Filho, Teresa Santos, Artur Guimarães, Leila Ribeiro Zena, Sidney Emílio Sá, José Pereira de Oliveira, Maria Francisca, Sebastião Néri, Luísa Prado Vladimir de Carvalho, João Ramiro Melo, Lindolfo Machado, Fabiano Villanova, Gilberto Paim, Camargo Méier, José Nilo Tavares, Aluísio Branco, Alberto Rajão Reis, Mora Reis, Gastão Manuel Henrique, Leo Dexheimes, João Henrique, Ivan Marcheti, Pedro Correia de Araújo, Rubem Dario, Antonieta Vieria de Carvalho, Nélon Xavier,

Antônio Calmon, Paulo Pôrto, Darel Valença, Ester Mellinger, Antônio Rodrigues, Hilton Viana, Emeric Mercier, Sérgio Sarraceni, Antônio Abujanra, Aníbal Melo Pinto, Antônio Gigonetto, Aldomar Conrado, Gastão Manuel Henrique, Maria Gladys, Telma Reston, Ilva Niño, Ivan Marquetti, Carlos Miranda, Carlos Guimas, Jaime Barcelos, Marcos Flakman, Arabela Bloch, João Rui Medeiros, Regino de Aguiar, Farnesi, Luís Costa Lima, Sebastião Uchoa Leite, Tizziana Bonazzola, Fernando Paulo Gabera, José Carlos Avelar, Geraldo Mayrinke, Cícero Sandroni, José Ramos Tinhorão, Luís Lobo, Peri Cota, Almir Gonçalves, Léo Guanabara, Danúbio Rodrigues, Dagoberto Rodrigues Jr., Ana Lúcia Rodrigues, Maria Lúcia Camargo, Livia de Siqueira, João Marcos Varela, Henrique Prestes, Andiará Oliveira, Cecília Mattar, Mariana Lopes, Rosa Maria Almeida, Melquíades Jr., Plínio Silva Teles, Luís Carlos Faborba, Robernal Costa Ribeiro, Marli Medalha, Marília Medalha, Cláudio Mamberti, Ismar Cardoso Machado.

Nesta mesma edição – nº 13 – encontrava-se um pequeno texto no editorial, em que explicava sobre as consequências desejadas pelo Ministro da Justiça aos intelectuais presos e aos que se solidarizaram assinando o manifesto. Ao final do texto havia uma nota de apoio aos intelectuais que deixava transparecer o estilo enaltecedor e panfletário de Arthur Poerner – que assinara o manifesto junto a outros membros da *Folha de Semana*. Dizia no término do artigo, a respeito das tentativas de punição por parte do Ministro da Justiça: “É claro que não conseguirá, porque os intelectuais, como vêm fazendo, não cederão. Quer os presos, quer os ameaçados de prisão, todos simbolizam nesta hora, o Brasil que sobreviverá” (p. 4).

IMAGEM 7: “Surpresa de Castelo e espanto dos policiais”, sobre a prisão dos intelectuais que protestavam em frente ao hotel Glória. O espanto dos policiais ficou por conta do voluntarismo de Márcio Moreira Alves, que se apresentou para prisão em solidariedade aos colegas.

Surpresa de Castelo e espanto dos policiais

Quando o Marechal Castelo Branco surgiu no recinto da II Conferência Extraordinária da OEA, no dia de sua abertura, em passos rápidos e o rosto estranhamente pálido e contraído, sem agradecer aos aplausos que recebia das delegações, muitos pensaram que ele apenas estava nervoso pela experiência de apresentar-se, pela primeira vez, diante de uma conferência internacional. Era um engano.

O Marechal Castelo Branco, na verdade, acabara de viver uma experiência inesperada à porta do Hotel Glória, pois, ao descer do carro, rodeado de batidores e policiais, fôra recebido por um grupo de intelectuais que, de faixas em punho, gritavam: "Viva a Democracia! Abaixo a Ditadura!". Esses intelectuais eram o Embaixador Jaime

Azevedo Rodrigues, o jornalista Antônio Callado, o romancista Carlos Heitor Cony, o poeta Tiago de Melo e o teatrologista Flávio Rangel. As faixas diziam: "Bem-vindos a nossa Ditadura", "OEA: Queremos Liberdade" e "Abaixo a Ditadura, Viva a Democracia".

PRISÃO

Junto a esses intelectuais havia algumas outras pessoas que não somavam trinta. O Marechal, surpreendido, fez menção de voltar-se para ver mas seguiu em frente, passo rápido. Os policiais ficaram, eles mesmos, surpresos diante do que acontecia. Ali estava, a alguns passos apenas, de faixas suspensas, aquele punhado de homens que nada

tinha a defendê-los e, não obstante, não pareciam querer fugir. Uma ordem, e os policiais se aproximaram lentamente do grupo de manifestantes e os prenderam. Embora não tivesse havido resistência, os policiais dobraram nas costas os braços dos intelectuais e deram-lhes socos no estômago. Os demais olhavam, sem se mover. Foi aí que o jornalista Márcio Moreira Alves deu um passo à frente e apresentou-se preso, voluntariamente, solidário com seus companheiros. Mais surpresas: os policiais quando sucessivamente se enfileiraram à prisão os cineastas Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Camargo. Quando eles foram trancados dentro do carro da Polícia, as pessoas que tudo presenciavam começaram a bater palmas emocionadas, diante dos policiais espantados.



Antônio Callado e Carlos Heitor Cony são postos no tintureiro. Até agora permanecem presos.

FONTE: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*⁶⁵.

A edição seguinte – nº 14, de 2 a 8 de dezembro de 1965 – estampou um editorial intitulado *Defesa da Cultura* (p. 4). Neste notamos o engajamento nada latente por parte do jornal em defesa daqueles intelectuais do episódio conhecido como “oito do Glória”. O texto fazia menção a criação de uma Comissão Nacional de Defesa da Cultura, e a considerava como um importante passo dos intelectuais na defesa da democracia no Brasil. Em passagem do artigo, lia-se:

De fato, tem sido dura a batalha dos intelectuais para resguardar, dentro do quadro político atual do País, o seu direito de pensar, criar, opinar e expressar seu pensamento. O terrorismo cultural é um dos fenômenos característicos do regime que se instalou no Brasil depois de 1º de abril. A violência e a intolerância, desde os primeiros momentos deste Governo, devastaram todos os setores da vida brasileira e com especial ênfase atingiram os estudantes universitários, professores, escritores e jornalistas. Enfim, todos aqueles que representam a cultura, a inteligência, o humanismo (p. 4).

⁶⁵ SURPRÊSA DE CASTELO E ESPANTO DOS POLICIAIS. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 8, 25 de nov. a 1º de dez. 1965.

Num parágrafo mais à frente novamente se enaltecia a postura da intelectualidade brasileira frente às arbitrariedades do governo, desde o golpe em abril de 1964.

Qualquer que seja o rumo que sigam os acontecimentos, qualquer que seja o tempo que se espere até que o Brasil retome o caminho democrático, o povo brasileiro contraiu uma dívida com a sua intelectualidade, que se tem exposto numa luta aberta, franca, leal, convencida que está de que defende (sic) o princípio básico do regime sem o qual a própria vida humana perde a sua grandeza – a liberdade⁶⁶. E o defendem certos de que, sem liberdade, o povo estará condenado às arbitrariedades e a Nação impedida de se desenvolver, entregue ao poder discricionário de uma minoria (p.4).

A principal matéria do jornal nesta edição era: *Intelectuais unem-se para defender a cultura* (p. 9), junto havia um artigo de Otto Maria Carpeaux, *A Questão dos Intelectuais*, e um texto informativo, nomeado *Manifesto de São Paulo Reúne os Melhores*.

Na assembleia de criação da Comissão realizada no dia 29 de novembro, no Teatro de Arena da Guanabara, ficaram como membros dirigentes da reunião composta por Oto [sic] Maria Carpeaux, Tônia Carreiro, Augusto Boal, Norma Benguel, Professor Haiti Moussotché, Paulo Autran, Rosita Tomás Lopes, Fernanda Montenegro, Odete Lara, Edu Lôbo e a universitária Maria Olívia. “Fizeram-se representar na assembleia os escritores e artistas de São Paulo bem como Diretórios Acadêmicos do Rio e São Paulo” (p. 9).

Entre os presentes à assembleia destacam-se o Frei Secondi, da Ordem dos Dominicanos, os jornalistas Edmundo Moniz e Hermano Alves, os diretores de cinema Rui Guerra, Gianni Ratto, o compositor Carlos Lira, o teatrólogo Dias Gomes, os atôres Fauzi Arapi, Fernando Tôrres, Vera Gertel, Oduvaldo Viana Filho, Paulo José, Delorges Caminha, o pintor Carlos Scliar, o escritor Roberto Freire, os jornalistas Jânio de Freitas, Sérgio Cabral, Teresa Cesário Alvim, Zuenir Ventura, Ferreira Gullar, Arthur José Poerner, e centenas de outros representantes do teatro do cinema, da arte, do jornalismo e da literatura. O professor Tristão de Athaíde, na impossibilidade de comparecer, enviou sua solidariedade à assembleia (p. 9).

⁶⁶ Nota-se a representação do intelectual como último baluarte da liberdade, portador de uma missão salvadora para a sociedade. Esta imagem já estava abalada (vide Quarup), mas é reiterada pelo jornal.

Na declaração aprovada em assembleia constavam os princípios e as posições que deveriam ser adotadas em face da situação nacional, dessa forma, os intelectuais concordavam que: 1) As liberdades humanas, tais como estão definidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de que o Brasil é signatário, são condição fundamental do regime democrático e não podem ser violadas sob qualquer pretexto; 2) A livre manifestação do pensamento, garantida pelo Artigo 141 da Constituição Brasileira, que continua em vigor, é um direito inalienável da vida democrática, sem o qual a cultura, em todas as formas e manifestações, estará condenada à atrofia e ao perecimento; 3) O direito à expressão livre das ideias, pelo qual tantos homens lutaram e se sacrificaram através da História, é uma conquista que honra a humanidade e de que nenhuma Nação pode abdicar sem se cobrir de opróbrio; 4) É dever dos intelectuais, como herdeiros e guardiões das tradições humanistas, defender o regime democrático e protestar contra quaisquer atentados aos Direitos Fundamentais do Homem (p. 9). Designaram-se, além disso: “em Assembleia Permanente até que cessem as pressões à expressão livre das ideias em todo o País”; criação de uma “Comissão Nacional de Defesa da Liberdade da Cultura, a qual ficará como delegada desta Assembleias para agir em defesa da cultura brasileira” (p. 9).

A matéria é finalizada comunicando sobre o manifesto de São Paulo, contendo cerca de setecentas assinaturas de jornalistas, artistas, escritores, etc, além do manifesto já comentado anteriormente, mas que passara a contar com o apoio dos estudantes universitários.

O teatro, literatura e demais expressões artísticas não foram, na *Folha da Semana*, apenas meios para de debater a questão das esquerdas no Brasil durante aqueles primeiros anos de ditadura militar; foram elas também evocadas para se denunciar o “terrorismo cultural” realizado pelo governo de Castelo Branco.

A edição de número 08, que circulou entre 21 e 27 de outubro de 1965, anunciava uma pequena lista de peças teatrais que vinham sofrendo censura nos Estados da Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul. A matéria *Terror cultural volta a vetar peças teatrais na GB, SP e RS* (p. 5) mencionava o impedimento dos seguintes espetáculos: *Brasil pede passagem*, do Grupo Opinião; *O Berço do Herói*, de Dias Gomes, e *Deitado em Berço Esplêndido*, montagem de textos de Camões, Pero Vaz de Caminha, Barão de Mauá, D. Pedro I, Napoleão Bonaparte e Cecília Meireles; *Os Inimigos*, de Máximo Gorki, e em Porto Alegre, uma peça do teatrólogo francês Georges Freydeau.

O posicionamento do jornal é em defesa do próprio ofício de ator, diretor e de todos que são envolvidos na parte técnica de uma peça teatral. Ao final convoca os intelectuais e a população a darem uma resposta às ações do regime.

Vê-se nisso o propósito deliberado de calar o teatro brasileiro, destruindo economicamente as companhias que, com suas proibições, sofrem prejuízo de milhões de cruzeiros. A falência dessas companhias lançará ao desemprego centenas de atores, diretores, cantores, técnicos, eletricitas, bilheteiros, enfim, todos os homens que vivem da atividade teatral. Por outro lado, o nível cultural do teatro baixará enormemente, uma vez que só será possível montar peças sem qualquer expressão, que não tragam para a cena os problemas sociais, culturais e éticos da vida brasileira. Urge da intelectualidade e de toda população uma reação vigorosa a essas violências contra a cultura nacional (p. 5).

Semanas antes – nº 4, 23 a 29 de setembro de 1965 – o teatrólogo Dias Gomes escreveu em resposta as homenagens que recebera de escritores e artistas, em função da proibição de sua peça, *O Berço do Herói*. Em seu agradecimento, Dias Gomes comenta a respeito de uma carta encaminhada ao Marechal Castelo Branco, assinada por mais de mil e seiscentos artistas e intelectuais, na qual denunciavam um processo de supressão da liberdade de pensamento. Contudo, nada fora feito em relação a denúncia, até que ocorrera a primeira proibição ilegal de uma peça de teatro, além das prisões e torturas de estudantes, escritores e cientistas.

Novas prisões de escritores, cientistas, estudantes, novos atentados à cultura. Finalmente uma peça de teatro depois de aprovada pela Censura foi proibida ilegalmente assumindo o Governador do Estado, pessoalmente, a responsabilidade do ato. Em seu curioso despacho pretendendo justificar a proibição o Coronel Gustavo Borges diz que só apresentamos a peça para que mesma fosse proibida e assim pudéssemos provar que não há liberdade de pensamento entre nós. Por isso ele a proibia. Para nos ajudar a provar, parece [...] (p. 13).

A partir do momento em que a redação da *Folha da Semana* foi invadida por um batalhão da Marinha, intensificou-se neste jornal a luta contra a censura à imprensa, inclusive conclamando no texto da reportagem de capa *Invasão* – nº 47, de 28 de julho a 03 de agosto.

A violência contra a FOLHA DA SEMANA atinge toda a imprensa brasileira e um dos fundamentos do regime

democrático, que é a livre manifestação de pensamento. Do episódio demos ciência à Associação Brasileira de Imprensa, para que adote as providências cabíveis em defesa da liberdade de imprensa assegurada pela Constituição em vigor.

Todavia, o início desta discussão é encontrado na edição nº 12 – 18 a 24 de novembro de 1965 – no editorial escrito por Poerner, no qual se observava os primeiros ataques diretos do regime militar à *Folha da Semana*. No artigo *Ameaça à imprensa* (p. 4) o jornalista comenta sobre a suspensão ilegal deste jornal no Estado do Rio Grande do Sul. Na edição da semana subsequente à sua invasão, a *Folha da Semana* – nº 48, de 04 a 10 de agosto de 1965 – trouxe a notícia *Imprensa do Rio e de São Paulo reage contra a lei-rolha em gestação* (p. 10). Nesta, comunicava-se sobre o projeto de lei, de autoria do presidente Castelo Branco, para modificação da Lei de Imprensa. O objetivo da notícia era mostrar a reação contrária dos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, desta forma foram transcritas passagens dos editoriais de *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, todos criticando o projeto de mudança.

No editorial *Lei de Imprensa* da edição seguinte – nº 49, de 11 a 16 de agosto de 1966 – o que se via era a defesa da Lei de Imprensa, que vinha sendo subjugada em favor da Lei de Segurança do Estado⁶⁷. O editorial dizia que:

Desde a invasão de sua sede, a FOLHA DA SEMANA tem sustentado – e agora deseja repeti-lo com mais ênfase – que está sendo vítima de uma violência e de uma gritante ilegalidade, que atinge em sua essência a liberdade de imprensa e o próprio exercício do direito de opinião, assegurado pela Constituição Federal ainda vigente (p. 2).

A *Folha da Semana* nos mostra que a ditadura estava adquirindo aspectos mais repressivos progressivamente e, no caso da censura à imprensa, notamos as “manobras” do regime para não atingi-la de forma tão visível. Entre 1964 e 1968 – neste ano, o marco seria o AI-5 – a censura à imprensa não estava institucionalizada, dessa forma, a *Folha da Semana* era atingida por meio de outros mecanismos que pudessem afetar a circulação e a produtividade dos jornalistas e redatores, notadamente nos casos já mencionados, como: a influência do AI-2, que afastou Alfredo Tranjan da direção do jornal; a invasão à redação, bem como, o recolhimento de materiais pertencentes ao semanário; e a cassação dos direitos políticos de Arthur Poerner pelo prazo de dez anos.

⁶⁷ Lei nº 1.802 de 05 de janeiro de 1953.

Esta afirmação da institucionalização da censura à imprensa a partir do AI-5 e dos mecanismos alternativos para afetá-la, Aquino (1990, p. 136) constatou em sua pesquisa e explica que:

Embora seja de conhecimento público que ações repressivas, tenham sido cometidas pelo governo contra a imprensa e contra jornalistas entre 1964 e 1968, como o caso de Hélio Fernandes que teve seus direitos políticos cassados durante dez anos e, por críticas ao ex-presidente Castelo Branco, quando de sua morte em 1967, foi aprisionado na ilha de Fernando de Noronha, o marco de uma censura política que lentamente será institucionalizada se estabelece a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5.

Os próprios intelectuais da *Folha da Semana* tiveram a percepção igualmente progressiva quanto ao endurecimento do regime. Foi tratado no primeiro capítulo sobre o discurso ponderado que se fazia nas reportagens a respeito do AI-2. Eles eram, na maior parte das vezes temerário em tratar o regime de 1º de abril como um ditadura. Igualmente a perspectiva de censura à imprensa era manejada com algum cuidado, quase sempre se valendo das tentativas do governo Castelo Branco em alterar a Lei de Imprensa.

Ora, como nas análises sobre o AI-2, que possibilitou aos intelectuais deste periódico terem uma dimensão sobre a realidade política do Brasil, isso é, compreender o regime militar entre 1964 e 1966 como sendo um ditadura; as sucessivas coberturas e críticas a repressão ao teatro, cinema e música, serviram para orientá-los na compreensão dos artifícios utilizados pelo regime para a construção da ditadura, sendo um deles a censura.

Na imprensa sua aplicação foi indireta, conforme explicou Aquino (1990), dando falsos ares de liberdade para este setor, pois além do caso do jornalista Hélio Fernandes, outros jornalistas, editores e demais intelectuais que gravitavam em torno da imprensa receberam a mesma punição. Conforme citado por Aquino, o trecho do livro de Joan Dassin⁶⁸ assinala que:

Also in the 1964-68, many leftist and pro-Goulart newspaper were invaded and destroyed, for exemple, the small tabloids POLÍTICA and FOLHA DA SEMANA. Nor were established newspaper exempt. Across the country, editorial offices of the newspaper chain that employed the most journalists and the

⁶⁸ DASSIN, Joan R. Press censorship and the military State in Brazil.

country ÚLTIMA HORA, were literally devastated. A police invasion damaged CORREIO DA MANHÃ, Rio's venerable hundred-year-old daily⁶⁹ (DASSIN *apud* AQUINO, 1990, p. 136).

Através de todas essas formas de se inserir em debates vigente entre aqueles primeiros anos do regime militar – a saber também da campanha em defesa da Frente Ampla, comentado no primeiro capítulo –, primeiro fomentando o debate sobre as esquerdas no Brasil e sua atuação no campo cultural – entre algumas expressões artísticas – e político; em segundo, ao dar visibilidade ao envolvimento da Igreja Católica no cenário político, sobretudo na sua vertente à esquerda; em terceiro, pela cobertura do noticiário internacional, nos países onde se verificava a invasão do imperialismo norte-americano e a presença de golpes de Estado iminentes e lutas populares contra a repressão, nos lugares já atingidos por ela, dando maior destaque aos vizinhos latino americanos; e, em quarto, através da denúncia à censura e repressão ao trabalho dos intelectuais e no modo como estes se empenhavam na resistência; através de tudo aqui elencado é que o jornal *Folha da Semana* estabelece uma associação entre cultura e política na sua forma de resistência cultural.

Os intelectuais de diferentes filiações teóricas e políticas que compunham os quadros do semanário formaram os elos dele com a esfera política. Esta característica de *intelectual coletivo* é uma de das singularidades da *Folha da Semana* enquanto *formação cultural*. Mesmo sendo organizada em torno de uma manifestação pública coletiva, a composição do hebdomadário *Folha da Semana* revelou a presença daquilo que Williams chamou de *frações de classe*⁷⁰, muito em função das intersecções e sobreposições, que seus intelectuais possuíam com diferentes agrupamentos e outras classes.

⁶⁹ Também entre 1964-68, muitos jornais pró-Goulart e esquerdista foram invadidos e destruídos, por exemplo, os pequenos tabloides *Política* e *Folha da Semana*. Nem foram estabelecidos jornal isentos. Em todo o país, escritórios editoriais da cadeia de jornais que empregava a maioria dos jornalistas e do país *Última Hora*, foi literalmente devastada. A invasão da polícia danificou o *Correio da Manhã*, venerável periódico do Rio, de cem anos de idade [Tradução nossa].

⁷⁰ Raymond Williams (2000, p. 74) trabalhou o conceito *frações de classes* explicando que “os grupos dentro de uma classe podem ter filiações culturais, às vezes religiosas alternativas (recebidas ou desenvolvidas), que não são características da classe como um todo. E ainda, em qualquer classe tradicional, há processos de diferenciação interna, frequentemente por tipos de trabalho. A partir de todas essas situações, podem existir bases alternativas para variações na produção cultural. Adicionalmente, há uma base para variações nas relações em mudança entre determinada classe e outras.

A presença das ideias pecebistas, bem como de seus intelectuais filiados ou simpatizantes⁷¹, nas páginas da *Folha da Semana* explicam o porquê deste jornal ter sido classificado pelo DOPS, como um “semanário comunista”, porém não comprovam sua real filiação ao Partido. De fato, não há registros que comprovem essa filiação direta entre as duas instituições, apenas ressalta-se que a estreita ligação entre política e ideologia conduz a uma preocupação contínua com a produção e difusão da cultura e com os meios necessários para sua efetivação e eficácia (RUBIM, 1998, p. 309). Ora, por mais que a *Folha da Semana* não fosse um órgão oficial do PCB, este partido poderia confiar ao jornal através de seus intelectuais e do diretor, Poerner, a efetivação e eficácia necessárias na luta contra o regime pela via pacífica e de união de classes ou de frações de classes, além de agrupamentos.

A presença dos comunistas era como uma teia que:

[...] expande-se e penetra de modo fino e por vezes imperceptível em inúmeras instituições destinadas a organizar, produzir e/ou difundir socialmente bens simbólicos, potencializando enormemente a presença e a influência cultural dos marxistas (RUBIM, 1998, p. 310).

Essas instituições abarcariam, por exemplo, os jornais não oficiais, como a *Folha da Semana*, uma vez que, o PCB mesmo na clandestinidade estruturava uma rede de aparatos culturais que significou uma parte importante de sua intervenção político-ideológica na sociedade brasileira. Numa área bastante visível, como a imprensa, “toda magnitude do ‘projeto’ político-cultural pode mais facilmente demonstrar sua intencionalidade e nítida visibilidade” (RUBIM, 1998, p. 311), afinal, a atividade de educar os militantes é interna ao partido, mas se ele encontra-se na clandestinidade as pessoas podem sofrer consequências, o jornal, por sua vez, não precisa sair do partido⁷², ele pode ser externo e expor seu ideário⁷³.

⁷¹ Dentre as fichas do DOPS com informações sobre Arthur Poerner, há uma referência ao seu sucessor na direção da *Folha da Semana*, o jornalista Anderson de Santana Campos. Informa-se que o referido jornalista: “Participa de reuniões de célula do PCB integradas por elementos ligados ao meio jornalístico”.

⁷² De acordo com Rubim (1998, p. 312) existe, nalguns destes jornais e revistas, concepções leninistas de imprensa, pouco esclarecidas. Para maiores informações a respeito: WORONTZOFF, Madeleine. La Concepcion de la prensa em Lenín. Barcelona: Editorial Fontamara, 1979. Este livro também orientou bastante as diretrizes dos comunistas. Sobre o ordenamento proposto por Worontzoff – com base em Lênin –, Rubim afirma que: “A esta visão de imprensa de ser somada a política deliberada e buscar influenciar outros veículos, potencializando assim o uso da comunicação” (1998, p. 312). Sobre análises da imprensa comunista a partir do referencial teórico leninista, ver: MOURÃO, Mônica. Construindo a Revolução: Marxismo-Leninismo no Jornal A Classe Operária de 1969 a 1976. In: Congresso da Associação Brasileira de Comunicação e Política, 2007, Belo Horizonte. Anais do Congresso da

E assim Poerner é identificado em suas práticas individuais e nas relações que ele empreendeu com outros indivíduos (intelectuais) numa rede de intelectuais, na qual é possível buscar novos conceitos e interpretações através de suas práticas.

Poerner foi compreendido na relação dialética entre indivíduo e estrutura social no processo de produção e reprodução do capitalismo. Sua atuação nos campos cultural e político contribuiu no estabelecimento de redes intelectuais, além da influência que elas teriam entre as resistências a partir de sua produção cultural.

A questão central levantada por Williams é que “temos que lidar não só com instituições gerais e suas relações típicas, mas também com formas de organização e de auto-organização que parecem muito mais próximas da produção cultural” (WILLIAMS *apud* CZAJKA). Tais processos de “auto-organização” implicam em modelos diferenciados de análise e subentendem a complexidade original das agremiações culturais e intelectuais. (CZAJKA, 2013, p. 74).

Destaca-se que, em Williams o caráter específico da produção cultural, via o “estudo histórico-sociológico das empresas culturais modernas, que sob outros aspectos, assemelham-se às grandes empresas e administrações na modernidade”. Raymond Williams oferece um campo de investigação sobre diferentes formações culturais e sobre as relações entre grupos formais e informais, tradicionais e dissidentes, antes que as “negociações que estão sendo feitas e, por vezes ignoradas nas organizações e nas grandes empresas, possam ser avaliadas de maneira substantiva e não meramente organizacional” (CZAJKA, 2005, p. 63).

Associação Brasileira de Comunicação e Política, 2007. Neste artigo há uma interessante reflexão de como se articularam as esquerdas e como buscaram se inserir nos diferentes espaços de debates para se legitimarem e se aproximarem das classes populares. O PCdoB possuía seus intelectuais que atuavam no jornal do partido *A Classe Operária* ao modo proposto por Lênin, ou seja, eram militantes-intelectuais pertencentes ao Comitê Central. O estudo revela que estes intelectuais não obtiveram êxito ao montar um rede própria de jornais e revistas, conforme as estratégias defendidas por Lênin.

⁷³ Antônio Rubim (1998) expõe uma questão de método importante na qual procuramos, em certa medida pois este não é um estudo específico sobre a imprensa comunista, nos apoiar. Ele escreve: “A dificuldade no estudo da imprensa do Partido Comunista ou daquela influenciada por ele não aparece apenas na reduzida bibliografia acerca do tema e na repressão que danificou e destruiu coleções inteiras de materiais e publicações. Aparece sob o modo dos subterfúgios indispensáveis para sobreviver na plena ou semiclandestinidade. Identificar a imprensa do PC, discutir esta imprensa de publicações sob sua influência ou simplesmente de esquerda, onde isso for possível, exige atenção a pequenas pistas: presença de determinados indivíduos; referências a decisões e organizações partidárias; ideário difundido; propagandas veiculadas; o posterior reconhecimento pelo Partido ou seus dirigentes e militantes etc. O recurso a este conjunto de expedientes em muitos casos não permite reconhecer tênues e delicados limites, que sequer parecem ter existido” (p. 311-312).

CAPÍTULO III

O “PODER JOVEM” E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL: POERNER ENTRE OS ESTUDANTES

3.1 – Impasses ideológicos e Memória Estudantil na Obra *O Poder Jovem*

Arthur Poerner publicou seu livro de maior impacto sobre o movimento estudantil – *O Poder Jovem* – em 1968, momento de grande tensão política e de expressivas agitações culturais de caráter oposicionista ao regime ditatorial. Otto Maria Carpeaux, ao escrever uma resenha do livro *O Poder Jovem*, publicada na *Revista Civilização Brasileira*, edição 19/20 de 1968, localiza a obra no interior de uma onda de manifestações estudantis que ocorreram em várias partes do mundo. Conforme Carpeaux,

E essa obra sai no momento em que o movimento estudantil explode e adquire força inesperada no Brasil e no Japão, na Argentina e no México, no Uruguai e nos Estados Unidos, na França e na Espanha, na Polônia e na Itália, na Alemanha e na Holanda e assim em diante. A atualidade do assunto – e do livro – é um fato (p. 303).

Esta obra pode ser apresentada através de uma condição tripartite que articula:

1) movimento estudantil – mais precisamente através da influência da UNE sobre a organização dos estudantes no Brasil – 2) ditadura militar – pela via da censura e repressão ao movimento estudantil – e 3) cultura – tomando por base a emergente indústria cultural, sobretudo o crescente e presente mercado editorial.

O livro em questão conseguiu preencher uma lacuna na bibliografia sobre movimento estudantil ou história dos estudantes no Brasil⁷⁴. Nas palavras de Antônio

⁷⁴ A produção de autores contemporâneos de Poerner e, que abordam o tema da história do movimento estudantil, independente da perspectiva, é escassa. O que se vê é basicamente ensaios com análises de conjuntura e artigos em revistas. Encontramos nos anos 1960, os livros e artigos de: Sonia Segnanfreddo, *UNE: Instrumento de Subversão* (1963), no qual a autora questiona sobre uma suposta doutrinação comunista por parte da UNE aos demais estudantes do Brasil; ALFREDO, João Estudantes e Estrutura Universitária. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, no 9/10, p. 85-91, set-nov de 1966; BENDIT, Daniel Cohn e outros. *A Revolução Estudantil*. Rio de Janeiro, Laudes, 1968; BRITO, Sulamita de. *A Crise entre Estudantes e Governo no Brasil*. In: *Revista Paz e Terra*, Rio de Janeiro, no 3, p. 191-240, s/d; FORACCHI, Marialice. *A Aspectos da Vida Universitária na Sociedade Brasileira*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 4, no 21/22, p. 65-78, set-dez de 1968; FORACCHI, Marialice. *A Juventude e a Realidade Nacional*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, no 5/6, p. 9-17, mar de 1966; FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, Cultura e Política: A Experiência dos Manauaras*. Manaus, Edua, 1996; GARAUDY, Roger, CESBRON, Gilbert e outros. *A Rebelião dos Estudantes: Vários Ângulos de Interpretação*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 19/20, p. 39-129, maio-ago de 1968; GURGEL, Antônio de Pádua. *A Rebelião dos Estudantes*. Brasília, Ed. UnB, 1968; HOROWITZ, Irving Louis. *A Universidade e a CIA: Um Dilema para a Ciência Social*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, no 13, p. 45-56, maio de 1967; PELLEGRINO, Hélio. *Morte e Ressurreição de Edson Luís*. In: *Revista Paz e Terra*, Rio de Janeiro, ano 2, no 6, p. 281-303, abr. de 1968. Na década de 1970, a produção possui as mesmas características da década anterior. Encontra-se: ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. *Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; ARANTES, Aldo. *A UNE no Período de 61/62*. In: *Cadernos de Opinião*, nº 12, julho de 1979; BARCELOS, Jalusa. *Histórico UNE: 60 Anos a Favor do Brasil*. Rio de Janeiro, UNE, 1997; FORACCHI, Marialice. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo, Pioneira, 1972; FORACCHI, Marialice. *A Juventude na*

Houaiss que escreve uma apresentação da obra: “Constitui uma tentativa de balanço do movimento estudantil brasileiro, da colônia aos nossos terríveis dias.” Assim, *O Poder Jovem* se situou num momento de crescente importância dos movimentos estudantis no contexto global, contudo buscando tornar factível uma potencial tomada de consciência do movimento estudantil brasileiro em consonância com os demais em outros países, mas inserido nos limites da realidade social, política, econômica e cultural do Brasil nos anos 1960.

Poerner conduziu sua narrativa de forma linear, com apoio de documentos e depoimentos de ex-integrantes da UNE e, se apropriou da história do movimento estudantil, podendo observar de que modo se deu a participação política dos estudantes no decorrer da própria história do Brasil. O livro está dividido em duas partes, “antes da UNE” e “a partir da UNE”, sendo que esta é a que nos interessa para fins de análise. Muitos dos acontecimentos descritos pelo autor ao longo desta segunda parte são do conhecimento de Poerner pela própria proximidade que possuía com os estudantes, uma vez que, era ainda muito jovem quando redigiu *O Poder Jovem*. Tal proximidade esteve também expressa no esforço desempenhado por esses mesmos estudantes em se organizarem para relançarem clandestinamente a referida obra, em 1977, como descrito acima, se expondo a uma situação de risco que era vivida por militantes de oposição ao regime militar. Portanto, faz-se deveras importante averiguar como é que Poerner narrou os eventos acerca do movimento estudantil, da constituição da UNE, da rearticulação dos estudantes no pós-golpe de 1964 etc, com o intuito de estabelecer até que ponto o autor pode ter se deixado levar por sua memória em torno dos ocorridos da época. E, além disso, problematizar o modo como a UNE aderiu a representação elaborada por Poerner e não de outros intelectuais que teorizaram sobre o movimento estudantil.

3.2 – A Republicação

A necessidade de se relançar o livro *O Poder Jovem* em pleno ano de 1977, permite observar que, ao contrário do cinema, do teatro e da imprensa, por exemplo, o

Sociedade Brasileira. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1972; FORACCHI, Marialice M. O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977; MARTINS, Heloísa H.T.S. Movimento Estudantil e Reforma Universitária. São Paulo, Hucitec, 1976 (coleção Contexto); MARTINS, Luciano. A Geração AI-5: Ensaio de Opinião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Memorex: Elementos para uma História da UNE. São Paulo, Edições Guaraná, 1979; ROMAGNOLI, Luis H. e GONÇALVES, Tânia. A Volta da UNE: De Ibiúna a Salvador. São Paulo, Alfa-Omega, 1979; VIEIRA, R.A. Amaral. Juventude em Crise: De Sartre a Marcuse. Rio de Janeiro, Bit, 1970.

setor livreiro não fora atingido pela censura com o mesmo impacto. De acordo com Ana Maria Machado:

[...] a censura, que atingiu tão duramente o teatro, a música popular e a imprensa no anos 70, até que comparativamente poupou a literatura de danos maiores, deixando maior margem de atuação para denúncia e obras engajadas – salvo fatos ocasionais como a apresentação de *Feliz Ano Novo* [de Rubem Fonseca] ou a proibição de *Zero* [de Ignácio de Loyola Brandão] (1994, p. 80).

Neste ano, a literatura ganhou destaque e, apesar da censura, 1977 foi chamado de “Ano político”, pela revista *Veja*, em sua edição de 04 de janeiro de 1978. Durante toda a década de 1970, livros de esquerda ou apenas de oposição ocuparam o topo das listas das publicações de maior sucesso. A VII Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em 1980, trouxe em suas estantes livros de parlamentares de oposição e intelectuais brasileiros, ao lado de Che Guevara, Trotski, Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh e outros (MAUÉS, 2013, p. 10, 11).

O ano de 1977, na análise de Hallewell (2012, p. 659), “assistiu a uma enxurrada de títulos políticos, especialmente de membros do MDB”, no entanto, o mesmo autor assinala que a abertura aos livros, iniciou-se efetivamente após a posse de João Figueiredo, em março de 1979 (HALLEWELL, 2012, p. 659; MAUÉS, 2013, p. 11).

O livro de Arthur Poerner sobre o movimento estudantil foi proibido, em 1968, devido aos agentes envolvidos nesse projeto, como o editor Ênio Silveira, a própria editora Civilização Brasileira, e Arthur Poerner, que já tivera, quase dois anos antes, seus direitos políticos suspensos por dez anos. Contudo, demais livros de autores clássicos do pensamento de esquerda, passavam sem vetos e, Sandra Reimão (2011, p. 24) explica que nos primeiros anos do regime militar não houve a estruturação de um “sistema único de censura a livros”, eis que durante 1964 até 1969, diversos livros de autores de esquerda e clássicos internacionais da literatura erótica constaram nas prateleiras das livrarias⁷⁵.

Apenas em 1970 a censura prévia para livros foi regulamentada pelo decreto-lei 1077/70. Os artigos previam um maior controle sobre livros que atentassem à moral e aos bons costumes, conforme se via no artigo 1º: “Não serão toleradas as publicações

⁷⁵ Sandra Reimão (2011, p. 21) comenta que, apesar de não haver uma censura regular nos anos do governo de Castelo Branco, pouco se fez para impedir ações terroristas de grupos de extrema-direita que depredavam livrarias e editoras que publicassem e vendessem obras de autores comunistas.

e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”, na sequência, o artigo 2º: “Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar [...], antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior”.

No que se referia às sanções, o artigo 3º dispunha que: “Verificada a existência de matéria ofensiva [...], o Ministérios da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares”, e sobre divulgação e venda no artigo 5º: “A distribuição, venda ou exploração de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal”.

Dessa forma, ainda que houvesse censura, ela se limitava aos temas da moralidade e dos bons costumes, entretanto, as “leis de exceção a que o País estava submetido [...] alargaram sobremaneira o entendimento do que poderia ser considerado, para poder ditatorial, adequado em relação a esses temas” (MAUÉS, 2013, p. 52).

Apesar disso, os anos 1970 foram marcados por um movimento de revitalização de editoras com perfis oposicionista e político. Editoras já consagradas e outras que estavam surgindo, algumas com vínculos com organizações políticas e outras sem vinculações explícitas, editavam livros críticos ao regime imposto em 1964 (MAUÉS, 2013, p. 13).

Neste cenário é que, em 1977, o movimento estudantil relança clandestinamente a segunda edição do livro *O Poder Jovem*, num tipo de contribuição que denominamos de *edição política* com base na terminologia de Flamarion Maués (2013, p. 25):

A edição política pode ser definida como aquela que vincula de modo direto engajamento político e ação editorial, o que significa dizer que é a edição feita com intenção política de intervenção social, ou seja, que parte de um projeto editorial e/ou empresarial de fundo político, cujo objetivo é promover a divulgação e o debate de determinadas ideias políticas publicamente na sociedade, posicionando-se em defesa dessas ideias.

Dadas as maneiras como os estudantes se articularam durante todo o período do regime militar e, que foram mostradas na obra de Poerner, observa-se que a reflexão deste autor, assim como a construção da figura do estudante brasileiro foram incorporadas pelo movimento estudantil como se fossem seus próprios símbolos. Tais

símbolos são apropriados e recriados pelo movimento estudantil no momento em que necessitaram de elementos para recompor a UNE, retomar a sua história e revitalizarem a memória de combatividade deste movimento. Assim, o livro *O Poder Jovem* se tornou tanto um fonte de informações históricas como referência bibliográfica para as análises sobre o movimento estudantil. E, será justamente neste segundo ponto em que aprofundaremos nossas reflexões sobre como a utilização instrumentalizada da obra em questão como uma referência nos estudos sobre movimento estudantil e juventude, pode levar a construções mitificadas e tipificadas destes agentes.

3.3 – Tipos e Mitos

De acordo com Ianni (2002) os caminhos de uma reflexão que visa uma “compreensão” ou [...] ‘explicação’, pode levar consigo algo, ou muito, de ficção. A realidade transfigura-se em conceito e categoria ou metáfora e alegoria. Estas metáforas são frequentes, às vezes inevitáveis” (p. 185).

As representações são desdobramentos das metáforas que intelectuais estabelecem sobre seus objetos de análise, e elas incorrem em linhas de pensamento ou “família” de explicações do Brasil. São nas palavras de Octávio Ianni

[...] várias inquietações, interrogações ou mesmo interpretações que se elaboram nesses e em outros estudos e narrativas, destinados a esclarecer a história, descrever as épocas, explicar as raízes ou descobrir as perspectivas do país, sociedade nacional, povo ou Estado-Nação (2002, p. 179).

De acordo com Ianni (2002) no imaginário desses intérpretes, de onde emergiram essas “linhas de pensamento”, há pelo menos cinco grandes narrativas que visam compreender e explicar o Brasil. Resumidamente elas compreendem as respectivas noções: 1) Estado como constituidor da sociedade civil, sendo esta pouco organizada e dispersa. Dessa forma, o Estado promove as mudanças e as direções, ou seja, tutela a sociedade em conformidade com as elites; 2) o Brasil como amplamente determinado pelos movimentos dos mercados externos, do colonialismo ao globalismo; 3) país marcado pelo patriarcalismo que se desenvolve no curso dos séculos de escravidão, possuindo diversos desdobramentos. Isso numa contínua associação, mescla ou confusão entre o público e o privado; 4) a singularidade de ser uma “democracia racial”, a despeito dos séculos de escravidão e na forma como são tratados prática e ideologicamente o índio, o negro, o estrangeiro etc, um verdadeiro “laboratório racial”, e 5) um “lusotropicalismo” que fez o Brasil se destacar através de uma “história

incruenta”, de “revoluções brancas”, na qual desenvolve-se a “democracia racial” (p. 179).

Inúmeros escritores, historiadores, sociólogos e afins, dos séculos XIX e XX com maior ênfase, tornaram-se representativos das mencionadas interpretações. São alguns poucos exemplos: Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*; Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*; Euclides da Cunha, *Os Sertões*; Lima Barreto, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*; Mário de Andrade, *Macunaíma*; Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa*, e outros tantos citados no artigo de Ianni.

Entretanto, o ponto fulcral da análise realizada por Ianni no artigo em questão é o afloramento, a partir das interpretações fornecidas, de outra linha interpretativa.

Trata-se da visão do Brasil, de sua história, como uma constelação de tipos, com alguns dos quais se constroem tipologias, sendo que, em alguns casos, desdobram-se em mitos e mitologias (2002, p. 180).

A perspectiva tipológica não está desvinculada de alguma grande família de interpretação, pelo contrário, surge em consonância a elas, porém não se enquadra nos horizontes teóricos de algumas correntes presentes nas Ciências Sociais, como no marxismo, por exemplo. O autor esclarece através da seguinte passagem:

A perspectiva ‘tipológica’ focaliza a realidade social ou a história do país em termos principalmente culturais, com nítidos ingredientes psicossociais. E focaliza a sociedade, a política e a cultura, seja em termos de estudos de ciências sociais, seja em termos de narrativas literárias, como setores ou círculos que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas próprias, certa autonomia. É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais, um tanto ou muito alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderiam revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações e em seus desenvolvimentos históricos (IANNI, 2002, p. 180).

Os tipos povoam o pensamento brasileiro por meio da literatura, das artes plásticas e se multiplicam nos estudos de Ciências Sociais, por vezes “conferindo a alguns tipos e mitos outras e novas modulações” (2002, p. 181). A fim de decifrar as novas modulações faz-se necessário traçar uma “cartografia” dos tipos e mitos no decorrer da nossa história e observar o clima intelectual, no qual um determinado tipo ou mito reaparece ou é inventado. Para Ianni, “são frequentes e às vezes, notáveis os

tipos que se criam e recriam, taquigrafando a difícil e complexa realidade.” (2002, p. 182).

Tomando por base as definições expostas por Ianni acerca dos tipos e mitos, torna-se crível a hipótese na qual Arthur Poerner, ao elaborar a redação de seu livro – *O Poder Jovem* – no “calor” dos acontecimentos pré e pós-golpe civil-militar de 1964, tenha incorrido numa análise sobre a história dos estudantes marcada por sua identificação/aproximação com estes atores e com as diretrizes ideológicas que orientaram o movimento estudantil, a saber, o PCB, criando, dessa forma, uma expressão “tipológica” sobre os estudantes brasileiros. Uma parcela significativa da maneira como Poerner superestimou a atuação espontânea dos estudantes, pode ser encontrada na resistência que estes protagonizaram logo após o golpe que tirou o presidente João Goulart do governo. Flávia Santana (2007) reforça essa ideia esclarecendo que, de fato, o movimento estudantil representou uma força não desprezível: “Após o golpe, o movimento estudantil passou a ser considerado pelo regime uma das maiores forças oposicionistas, pela sua capacidade de mobilização popular e suas manifestações reivindicatórias anteriores.” (p. 61).

Destarte, há que se considerar que não se tratou apenas de uma politização espontânea do ME, haja vista o crescimento do número de matrículas no ensino superior entre os anos 1960 e 1980, oferecendo, portanto, uma base numérica significativa para o movimento⁷⁶, aspecto elementar não apontado por Poerner. A colocação de Santana oferece o diagnóstico mais pontual da conturbada relação entre estudantes e o regime instaurado em 1964, portanto nos serve como ponto de partida para uma análise mais concreta. Mavi Rodrigues (2006) considera que:

A inclinação dos estudantes dos anos 60 para o radicalismo de esquerda não se deve, segundo Hobsbawm (1998), a uma propensão natural da juventude para a rebeldia ou as paixões revolucionárias,

⁷⁶ Em estudo apresentado em 2003, o Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior, mostrou que: “O ensino superior universitário e não universitário se ampliou de maneira extraordinária, desde o início do regime, em 1965 até o final da década de 70. Em cerca de quinze anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 95.691 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento” (2003, p.17). Ao analisar especificamente o ensino público a pesquisa constata: matrícula no setor público aumentou, nesse período, de 182.700 a 492.000, ou seja, teve um incremento de cerca de 260,0%. (DURHAM, 2003, p.18). Marcelo Ridenti, por sua vez, exibe os seguintes dados, com base no artigo de Luiz Cunha intitulado *A Expansão do Ensino Superior: causas e consequências*. In: *Debate e Crítica*, n.5, 1975, p.34. “O número de vagas oferecidas ao ano no ensino superior brasileiro saltou de 35.900 em 1960 [...] para 89.592 em 1968. Mesmo assim, não dava conta da procura, exacerbando o problema dos ‘excedentes’, que obtinham média para serem aprovados, mas não entravam na universidade, devido à escassez de vagas. De 1966 a 1968, o número de excedentes passou de 64.627 para 125.414.” (2007, p.190).

ainda que isto possa ser levado em conta. A radicalização dos estudantes, no último quartel do século XX, fora, além do choque entre um ingresso massivo de jovens no ensino superior e a limitada capacidade organizacional e intelectual das universidades para absorvê-los, igualmente fruto de um ‘abismo de gerações’ entre filhos do Pós-Segunda Guerra e seus pais (HOBBSAWM *apud* RODRIGUES, p. 60-61).

Seguindo a mesma lógica, se houve numa parcela do movimento estudantil e até mesmo de outros setores sociais, a expectativa de que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se posicionasse de imediato quanto ao golpe de 1º de abril, ela certamente caiu por terra juntamente com o projeto aliancista do Partido. E, isto nos assegura que a afirmação taxativa de Daniel A. Reis Filho sobre a resistência estudantil pós-golpe carece de ponderação, pois escreve este autor: “A rigor, a resistência dos universitários à instauração da ditadura fora débil. Poucos núcleos a ela se opuseram de forma decidida. Sem armas, foram rapidamente dispersados” (1998, p. 30). Seguramente, o PCB já vinha de um desgaste visível desde o golpe, inclusive perdendo espaço entre os estudantes – muito em função do discurso aliancista e moderado. Em 1967 uma nova constituição firmou ainda mais os militares no governo, portanto, estamos aqui nos dirigindo a um processo que perdura desde o 1º de abril de 1964 até 1968 – com o endurecimento do regime através do AI-5 –, ou seja, um processo de golpe que extrapola a data consagrada. Em 1967, portanto “o PCB já não tinha mais poder algum na correlação de forças em disputa na diretoria da UNE” (HAGEMEYER, 1997, p. 4). Hagemeyer segue dizendo que: “Tal dado nos parece fundamental no desencadeamento dos acontecimentos relativos ao movimento estudantil ao longo daquele ano de 1968” (1997, p. 4). O PCB não chegava a um caminho comum entre seus membros e não era apenas na cúpula do Partido que havia divergências sobre os rumos a seguir. Para Daniel A. Reis Filho (1990, p. 48):

As bases estudantis, envolvidas nos primeiros movimentos sociais, ganhavam autonomia. Fugiam ao controle das instâncias formais, estabeleciam relações entre si, inclusive no plano interestadual, mantinham contatos e recebiam influências da POLOP e do PC do B.

Na prática isso representou o rompimento com as tradições partidárias, de “luta interna dos comunistas” (REIS FILHO, 1990, p. 48) cujos membros sempre dependiam

de ordens da cúpula. As bases estudantis, portanto, “formavam um veio próprio desde 1965: a dissidência.”⁷⁷(REIS FILHO, 1990, p. 49). Em suma:

O PCB [...] atropelado pelos acontecimentos de março de 1964 e preocupado em garantir a integridade mínima dos seus quadros mais importantes, só conseguiu ter uma posição oficial diante do golpe em 1965, com a ‘resolução de maio’ do Comitê Central (NAPOLITANO, 2011, p. 29).

A maneira como Poerner destacou a figura do jovem juntamente com a sugestão da existência de um “poder jovem” vem ao encontro das concepções que inserem a juventude em representações socioculturais e na sua interação com as instituições.

A juventude é caracterizada a partir de um registro tríplice: o reconhecimento de que se trata de uma fase da vida, a constatação de sua existência como força social renovadora e a percepção de que vai muito além de uma etapa cronológica, para constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal (AUGUSTO, 2005, p. 6).

À vista disso, o trabalho de Poerner se situou na constatação de que a juventude possui uma força social renovadora, pois lhe atribuiu um poder⁷⁸. Como adiantado neste capítulo, a projeção da tomada de consciência dos estudantes do Brasil em consonância com os de outros países, relacionando a capacidade de organização das massas estudantis no exercício da consciência democrática. Atesta-se isso através de passagens do livro *O Poder Jovem*, em que Poerner endossou uma memória construída sobre a resistência estudantil repleta de saudosismo, e que se desdobrou em simplificações sobre as reais atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil.

A história da UNE e do movimento estudantil brasileiro se confunde, inteiramente, a partir de abril de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil. De um lado a Lei Suplicy de Lacerda. De outro, o Acordo MEC-USAID. Os estudantes, que vinham de conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) – para isso, o Presidente Goulart liberara, em 10 de março de 1964, uma verba de dois bilhões de cruzeiros (velhos) –, passaram,

⁷⁷ Daniel Aarão Reis Filho se refere à DG (Dissidência da Guanabara) que culminou na formação do MR-8.

⁷⁸ Imagem fetichizada e autocomplacente do jovem, muito forte nos anos 1960 e 1970, e que permanece como fantasmagoria sociológica (e política). No caso do Brasil esta autoimagem e este destino manifesto do jovem foi impactado pela repressão, contribuindo para a mitificação do “estudante de esquerda” como o ideal tipo do opositor ao regime.

automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares ‘eternamente vigilantes’ das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser ‘subversivo’ (POERNER, 1979, p. 218).

Com esta passagem, Poerner nos passa a ideia de que os estudantes sofreram intervenções muito rígidas em suas organizações, o que conseqüentemente teria levado sua entidade máxima – União Nacional dos Estudantes (UNE) – à clandestinidade. Mais do que isso, na concepção de Poerner, que analisou os eventos não por uma ótica crítica, científica, de distanciamento de seu objeto – e nem era essa sua intenção – mas imbuído de sua memória e vivência, o trecho transcrito remete à tentativa de desarticulação dos estudantes universitários, no interior de seu próprio espaço de representação intelectual e profissional, a universidade. Isso porque estes estudantes, dentre os quais emergiram muitos e importantes intelectuais nas décadas de 1960 e 1970, eram o elo de ligação entre as classes populares e as classes médias e até elite no Rio de Janeiro e em São Paulo. A memória social colocou os anos 1964 até 1968, como sendo de relativa liberdade de expressão, atribuindo a esse período a denominação de “ditabranda”. Para Marcos Napolitano a explicação para isso é que o regime possuía de imediato, duas questões a serem sanadas. A primeira era perseguir os quadros do regime deposto; e a segunda era quebrar os elos existentes entre ativistas políticos culturais de esquerda e os movimentos sociais – movimento estudantil, por exemplo. Inclusive quando a contestação se amplia, principalmente entre a classe média, a começar pelo movimento estudantil que se rearticulou em 1966, passando a realizar vastas passeatas nas ruas (2011, p. 39, 45).

O regime buscou conter o suposto avanço da ideologia comunista entre os universitários e assegurar o controle administrativo das universidades públicas. Para tal objetivo, no governo do primeiro presidente militar após o golpe, Marechal Castelo Branco, foi instaurada a Lei Suplicy de Lacerda⁷⁹ tendo enorme repercussão entre os estudantes. “No primeiro ano de mandato de Castello, circulavam pelo país notícias que informavam sobre o envio de uma mensagem do ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, ao Congresso sugerindo a extinção da UNE⁸⁰” (SANTANA, 2007, p. 62). Para

⁷⁹ “Suplicy, o mais catastrófico ministro da Educação na história da pedagogia nacional, fora até o início de 1964 um modesto reitor da Universidade Federal do Paraná. Viu-se catapultado ao gabinete pelo general Ernesto Geisel, que conhecera anos antes, quando servia em Curitiba. Chamava de ‘escorpiões’ e agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes os estudantes que faziam passeatas contra o governo” (GASPARI, 2002, p.225). Mais à frente encontra-se um aprofundamento sobre esse tópico.

⁸⁰ Em 1964 a UNE foi extinta (lei nº 4464). Dessa forma, a entidade deveria ser substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEES), extinguindo as

Arthur Poerner o ponto positivo da iniciativa do ministro Lacerda foi que ela provocou a rearticulação dos estudantes após o golpe e que a lei em questão teria sido o fator determinante para isso. Conforme demonstrou Arthur Poerner com a seguinte passagem:

A Lei Suplicy de Lacerda apresentou, contudo um grande mérito: o de aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava, naturalmente, uma fase de reorganização, como consequência da perseguição aos seus líderes (POERNER, 1979, p. 231).

João R. Martins Filho atesta a reorganização do movimento estudantil no imediato pós-golpe de 1º de abril: “É possível dizer, assim, que, logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não-articulada no meio estudantil, que se aprofundaria depois com a luta contra a ‘Lei Suplicy’” (1986, p. 97). Martins Filho explicou sobre as dificuldades que a UNE enfrentava para se articular enquanto unidade de representação dos estudantes, a razão para isso viria das disputas entre a esquerda e os liberais pelo controle da entidade. Com isso,

[...] as primeiras manifestações de descontentamento do meio universitário diante das medidas anunciadas pelo governo militar originaram-se das entidades que haviam escapado ao fechamento e à repressão, porque haviam se colocado tacitamente a favor da intervenção militar ⁸¹(MARTINS FILHO, 1986, p. 108).

Martins Filho, portanto, conseguiu acrescentar esta informação que não é esclarecida no livro de Poerner, a de que uma parcela de estudantes liberais apoiaram o golpe. Para Saldanha (2005, p. 51) Arthur Poerner ignorou essa questão, porque “esse comportamento não condiz com a ‘tradição estudantil.’”. Outro ponto acrescentado por Martins Filho se refere aos dados estatísticos que serviram como uma das bases de sustentação do argumento anteriormente transcrito de Poerner. Ele inicia seu questionamento da seguinte forma:

Para fins de análise, interessa sobretudo destacar que o repúdio à política autoritária para a universidade se constitui num ponto comum ao conjunto da categoria estudantil, logo depois do golpe. Desse modo, embora *não atingisse as proporções que a historiografia do movimento tem lhe atribuído*, o plebiscito realizado pela UNE em

entidades estudantis autônomas por outras vinculadas ao regime. A Lei Suplicy de Lacerda concedia a ao Ministério da Educação a convocação dos Diretórios Nacionais e Estaduais, ferindo o princípio da autonomia estudantil (cf. GASPARI; POERNER, *ibidem*, *ibidem*, p.226, 231).

⁸¹ Premissa que é compartilhada por Alberto Saldanha de Oliveira na obra citada (p.50-51).

março de 1965 expressaria uma significativa condenação da ‘Lei Suplicy’ no seio do estudantado. Por outro lado, a luta contra a legislação autoritária se configuraria na motivação inicial para a reaglutinação política e organizativa do movimento, durante o ano de 1965 e, nesse quadro, criam-se as condições iniciais para a gradativa retomada de influência da esquerda (MARTINS FILHO, 1986, p. 116, grifo meu).

E o mesmo autor em nota de rodapé termina seu raciocínio com as palavras que seguem:

Num total de 24.513 estudantes universitários da Guanabara, foram consultados 7.584 e os votos contrários à lei atingiram 80%. Estes dados estão em BRITO, Sulamita. ‘A juventude universitária e a política’ em Cadernos Brasileiros, Rio, julho-agosto de 1968, nº 48, pp. 5-19. Aí, Sulamita afirma que a dificuldade de conseguir dados [...] poderia ser atribuída ‘ao receio dos estudantes em fornecer dados exatos da amplitude ou debilidade do movimento estudantil’. Há notícias sobre os resultados de São Paulo em O Estado de S.Paulo, edições de 26 a 31 de março de 1965. O repúdio à lei coincidiria assim com o primeiro aniversário do golpe. Por outro lado, os dados divulgados pela UNE e citados por Poerner, segundo os quais 92,5% dos universitários de todo o país votaram contra a lei parecem bastante improváveis (MARTINS FILHO, 1986, p. 116, grifo do autor).

A questão que se coloca a partir dessas assertivas de Poerner e da precedente análise é a mesma postulada por Claudia Gusson, na qual a autora questiona: “A militância do movimento estudantil estaria relacionada à condição de ser jovem ou de ser estudante?” (2008, p. 53). Por mais redundante que pareça o questionamento de Gusson, o sentido é correto, pois seria o fato de ser estudante, determinante para a militância? Uma vez que só milita no movimento estudantil, os estudantes – assim sendo, nossa premissa é de que se faz necessário ser estudante para militar no movimento estudantil –, há quem prefira não participar, portanto, a condição de ser jovem seria também determinante? De que maneira isso poderia ser respondido à luz da compreensão que Poerner possuía sobre a militância estudantil no período após o surgimento da UNE, especialmente nos anos que se sucederam ao golpe de 1964?

O debate proposto lança mão de duas ideias que irão defender a primazia da condição de estudante para a militância estudantil – ou seja, independente da faixa etária –, relegando a um segundo plano a condição juvenil, caracterizada na noção de “poder jovem”.

A primeira apresenta o estudante sempre na condição de disponibilidade de engajamento político para a defesa das causas sociais. A segunda encara a atuação reivindicatória do estudante como um trampolim social de suas aspirações de classe de origem (RESENDE *apud* GUSSON, 2008, p. 57).

A primeira tendência é bastante criticada por alguns historiadores e sociólogos que estudam ou estudaram a atuação do movimento estudantil brasileiro em diferentes contextos, uma vez que relaciona a participação política dos estudantes com a defesa das classes desfavorecidas. Gusson, resgatou de João R. Martins Filho e Daniel A. Reis Filho as posições críticas frente à esta tendência. Segundo a autora, Martins Filho explica que a visão de um estudante como agente defensor das camadas menos favorecidas não passou de uma “mitologia” estudantil, e que é preciso superar a ideia de que o estudante no Brasil sempre esteve ao lado do povo brasileiro em todas as suas lutas. Reis Filho, segundo Gusson segue o mesmo raciocínio e lembra que a militância estudantil não está predestinada a ser questionadora, tampouco revolucionária. Diria Reis Filho (1998, p. 29) que os estudantes universitários: “São atravessados pelas questões que agitam a sociedade, e que não podem ser reduzidas à problemática da origem de classe” E, o mesmo autor complementa seu entendimento sobre os falsos atributos concedidos aos estudantes, “os estudantes nem sempre desempenharam, e nem estão destinados a desempenhar [...] um papel questionador, ou reformista, e muito menos revolucionário, na história do país, ou de qualquer lugar do mundo” (MARTINS FILHO, 1986, p. 29). Logo, ambos os autores colocam a origem de classe como influência fundamental na atuação estudantil entre os jovens.

A segunda tendência considera os estudantes não como defensores das camadas pobres da sociedade, mas sim como representantes de uma atuação política que resulte na sua ascensão social, independente da classe social da qual originam. Gusson atenta às possíveis confusões que tal interpretação pode ocasionar. Isso posto, novamente nos conduz a Martins Filho, além de Marialice Foracchi, para os quais a ênfase da análise concentra-se na origem de classe, mas considerando que “existe o risco de entender o engajamento dos estudantes em manifestações políticas como atitudes oportunistas e individuais” (GUSSON, 2008, p. 58). No entanto, inseridos numa coletividade, os anseios particulares são superados no intuito de concretizarem um projeto maior. “A militância estudantil é uma luta de caráter coletivo, esboça uma ruptura da ordem vigente e não se trata mais da tentativa isolada de ascensão social,

através da educação, de indivíduos menos ou mais pobres” (RIDENTI *apud* GUSSON, 2008, p. 59).

Algumas passagens d’*O Poder Jovem* asseguram o posicionamento de Poerner na defesa dos estudantes como combativos, defensores de ideais nobres em defesa do povo, fazendo reforçar a posição de Martins Filho de que houve uma mitologia estudantil. Algumas das passagens transcritas de Poerner, nas quais ele defendeu a ideia do “poder jovem” em face dos acontecimentos da época serão analisadas.

A interpretação que Poerner ofereceu em sua obra deve ser problematizada no contexto de referência da origem de classe dos estudantes universitários, a “pequena burguesia ascendente” ou simplesmente “nova classe média”⁸² (FORACCHI, 1965, p. 221) Ridenti acena na mesma direção, pois se deve compreender a especificidade da situação de estudante, que se compõe como “transitória entre as classes de origem dos universitários e as classes que ajudarão a constituir depois de formados” (1993, p. 141). O movimento da sociedade de classes é o limiar das lutas estudantis, isso faz do movimento estudantil um indicador dos problemas da sociedade como um todo.

A “nova classe média” está, para Foracchi (1965), numa relação de dependência, com as demais classes, e isto sugere que sua ação seja ambivalente. Por um lado, ao ser assalariada a classe em questão se vincula às camadas populares, compartilhando reivindicações, mas de modo tímido; por outro lado, também se vincula às camadas dominantes, em termos de dependência e subordinação. Desse modo incapacitando-a para uma tomada de posição que exija ruptura. No seio do ME o projeto dos agentes envolvidos se norteava com vistas à carreira. Poerner não buscou ampliar a ideia de que o ME se empenhou intensamente na luta dos setores médios pela abertura da universidade, o que ele manifesta no trecho a seguir corrobora com tal concepção e serve de parâmetro para uma análise mais abrangente:

É claro que o universitário poderia dizer: ‘Bem, pelo menos o meu diploma está garantido [referindo-se aos dados oficiais apresentados a respeito do número de crianças e adolescentes que conseguem se formar no ensino básico e dos que ingressam nas universidades, além dos investimentos nestas instituições] Quanto menos formados haja, menor a concorrência. Em terra de cego, quem tem olho é rei’. A atitude da maioria deles, no entanto, tem sido diversa. Eles recusam o título de príncipes de uma sociedade subdesenvolvida, lutando para

⁸² Foracchi (1965, p.221) esclarece em nota a origem da expressão por ela utilizada: Lewis Corey. “The Middle Class”, in. Bendix and Lippsett, *Class, Status and Power*, p.373; C. Wright Mills, *The White Collar*, The American Middle Classes; David Riesmann, *The Lonely Crowd – A Study of the American Changing Character*.

que todos tenham acesso ao ensino, e enfrentam, por conseguinte, a força poderosa dos que precisam de um Brasil atrasado (POERNER, 1979, p. 302 et seq).

Marcelo Ridenti procura ir além e vincula a luta dos estudantes ao caráter classista da sociedade brasileira, a passagem que se lê acima considera que “o acesso à universidade seria parte do projeto de ascensão social dentro da ordem capitalista, projeto da classe média, ou pequeno-burguesa” (RIDENTI, 1993, p. 144). Não obstante, Poerner ao descrever a preocupação dos estudantes não se esclarece os movimentos que a luta em questão fomentou na sociedade brasileira. De forma não acintosa o que as camadas médias estavam fazendo era estimular a ascensão social por meio do acesso à universidade, alimentando a ilusão de elevar-se socialmente, entre os setores menos favorecidos, fazendo assim oposição à ideologia proletária. Ridenti esclarece que a ilusão da ascensão social via estudos é compartilhada por todos os segmentos sociais despossuídos. Alimentar essa ilusão é requisito para a manutenção da ideologia burguesia na sociedade, uma vez que: “A ordem social capitalista é a única que os despossuídos conhecem – nada mais legítimo que procurem ascender dentro dela” (1993, p. 144). A luta pela ascensão social com caráter coletivo assumido pelo ME nos anos 1950/60, apesar de esboçar uma ruptura, ainda se mantém com objetivos visados dentro da ordem capitalista⁸³. O que esta luta expressa, de fato, é uma busca conjunta por direitos de cidadãos integrais, que fazia parte das aspirações dos despossuídos (RIDENTI, 1993, p. 144). Ora, a própria luta específica da classe média pela reforma e defesa do ensino não era alheia aos interesses imediatos dos trabalhadores. Grande parte disso que se chamou de “classe média ascendente” era formada pela classe trabalhadora, ainda que não sejam proletários propriamente ditos. Ridenti ressalta que “lutas populares por mudanças econômicas, políticas, educacionais e sociais em geral dentro da ordem capitalista, não são necessariamente revolucionárias, mas fazem parte do processo de constituição da classe trabalhadora” (1993, p.144). Na ótica de Foracchi (1965, p. 224) ao reagir contra a influência conservadora sobre as universidades

[...] os estudantes estão tentando desatar os vínculos que prendem sua camada de origem a este tipo de ingerência conservantista e indicando, de certo modo, as potencialidades ‘revolucionárias’ da situação de classe em que se encontram.

⁸³ É possível dizer, portanto, que a ruptura é ideológica, mas não estrutural. Afinal, os estudantes coincidem discursos com os despossuídos, mas estruturalmente eles continuam no processo de ascensão socioeconômica, onde as classes desfavorecidas não têm lugar, a exceção dos discursos dos próprios estudantes.

Sendo assim, compreendendo que Arthur Poerner não explorou a história do movimento estudantil à luz das teorias sociais e históricas, visando esclarecer os vínculos que não saltam aos olhos, presentes nas relações sociais que ele buscou nos expor, é que se identifica seus próprios aspectos de tipificação sobre os estudantes. Por não colocar em evidência a perspectiva de uma sociedade de classes, Poerner não traz ao leitor as aspirações de uma classe média que ascendera há pouco. De acordo com Ridenti:

Assim, pode haver muito de mistificação ao se falar em aspiração de acesso ao ensino superior da parte das camadas médias. Tal aspiração é do conjunto dos trabalhadores na busca de direitos integrais do cidadão. (Naturalmente, a identificação de cada um como cidadão e sujeito de direitos tem um caráter ocultador da divisão da sociedade de classes) (1993, p. 145).

Outro aspecto de considerável relevância que pode ser identificado no livro *O Poder Jovem* de Arthur Poerner, e que se afina com o debate colocado anteriormente sobre condição juvenil e condição estudantil, além das questões políticas e ideológicas que a obra apresenta, é a correspondência entre a própria juventude – tema central da obra – e os intelectuais, remetendo ao autor do livro analisado.

Poerner descreveu, por exemplo, a participação dos estudantes secundaristas em contraste com a dos universitários. Este autor se referiu aos secundaristas como sendo a “linha dura” do movimento estudantil, possuidores de tamanha disposição que chegava a assustar os universitários. Arthur Poerner elencou – a partir de sua própria concepção – que estes secundaristas não tinham os medos que tinham os universitários, além de sofrerem com a falta de “estrutura de oportunidades” nas universidades e receberem um satisfatório nível propedêutico do ensino médio brasileiro à época:

Além disso, eles não padeciam do medo de se ‘queimar’, que acometia muitos universitários quando, às vésperas da formatura, começam a se preocupar com a conquista de um lugar ao sol na sociedade que tanto combateram [...] demonstrava também, no mais alto grau, o caráter de generosidade e sadia inquietação da juventude brasileira (POERNER, 1979, p. 286).

Apesar de saudá-los, Poerner pouco explorou a participação dos secundaristas na luta estudantil dos anos de vigência do regime militar. Com isso, faz-se realmente difícil determinar o grau de envolvimento deste grupo e suas “armas” para lutar contra um regime repressor. Sem uma direção política estabelecida ou um arcabouço teórico

que inspirasse as formas de resistir, estes estudantes poderiam receber a pecha de “rebeldes”, com base em suas ações⁸⁴.

Leandro Konder em artigo publicado na Revista Civilização Brasileira em 1967 trata do tema da rebeldia em sua relação com os jovens e de que maneira os intelectuais estariam envolvidos na questão. No artigo intitulado *A rebeldia, os intelectuais e a juventude*, Konder alerta que “a rebeldia, por si só, não basta para que a conduta humana se torne libertária: é preciso que o inconformismo se exerça na direção certa” (p. 136).

O que chama atenção no artigo de Konder é o modo como ele procurou dar conta das dimensões políticas da rebeldia e da ação revolucionária. Leva em conta o fenômeno da inserção dos estudantes

⁸⁴ Uma via de acesso possível à compreensão das atividades realizadas pelos estudantes secundaristas é observar como se deu sua articulação a partir do “calabouço” – Restaurante Central dos Estudantes. Este espaço foi sendo cada vez mais apropriado pelos secundaristas à medida que restaurantes universitários eram instalados nas próprias faculdades. No calabouço os estudantes secundaristas recebiam, além de alimentação, também música brasileira e boletins informativos. Havia ainda um curso supletivo ministrado por universitários, e uma clínica de assistência médico-dentária. Assim, o calabouço representou uma alternativa aos estudantes mais pobres do Rio de Janeiro para manterem seus estudos. Representou, além disso, a própria possibilidade de ascensão social à estes desfavorecidos, ou seja, uma forma de democratização do ensino. O golpe de 1964 encerrou as atividades do calabouço por alguns meses, num ato político de desconstrução das medidas tidas como assistencialistas ou simplesmente “populistas”, haja vista que o restaurante fora uma criação do segundo governo Vargas. Portanto, um dos estopins da mobilização dos secundaristas pode ser pensado em como eles deveriam se articular com vistas a manutenção de suas condições básicas de alimentação. A UNE e a União Metropolitana dos Estudantes estavam na clandestinidade, dessa maneira, segundo analisou o historiador Rafael Hagemeyer: “Por isso, ainda que os estudantes que frequentavam o “Calabouço” discutissem o aprofundamento do autoritarismo no país, e também dos movimentos de protesto, procuravam, apesar disto, manter sua autonomia em relação às outras entidades estudantis” (1997, p. 29). Outro dado a ser considerado como estopim, foi a proposta do governo de demolir o calabouço para criar no lugar um trevo rodoviário, e posteriormente construir um novo restaurante em um novo endereço. “Porém, não se tratava de um novo restaurante mais moderno, e sim do significado afetivo do restaurante, onde os estudantes recebiam, além da comida, o alimento do espírito crítico de que ficariam privados em outro local, dada a larga autonomia que possuíam ali. [...] Para os estudantes do Calabouço fechava-se, assim, o elo da retórica da esquerda estudantil: a ditadura militar, vassala dos interesses do imperialismo americano representado pelo FMI, destruía a educação no Brasil, para alienar o povo, cortando seu acesso à universidade, este por sua vez simbolizado pelo Calabouço. Mais do que isso, declaravam que a construção do trevo universitário seria para ‘facilitar o acesso da burguesia às suas praias’” (*Idem, Ibidem*, p. 30). Um terceiro estopim pode ser representado pelo assassinato do estudante Edson Luís, um jovem de dezesseis anos que frequentava o restaurante e não costumava frequentar as passeatas e demais mobilizações, mas acabou assassinado pela polícia durante uma manifestação em defesa do restaurante. Na *Folha da Semana* encontramos outro caso que remete ao Calabouço. Um jovem maranhense que optou por tentar a vida no Rio de Janeiro, para poder completar os estudos e cursar Economia em alguma universidade pública, enquanto trabalhava. Segundo o jornal, que teve contato com os familiares e colegas de Zeca – apelido de Ezequiel Gomes da Silva – sua rotina consistia em trabalhar, estudar e fazer refeições no Calabouço. De acordo com as fontes, Zeca não tinha por hábito participar de manifestações contra o regime, porém com a decisão do Ministro da Educação de fechar o restaurante, uma passeata com mais de 300 estudantes ocorrera e Zeca estava entre eles. A polícia buscou reprimir a manifestação por meio de bombas e outras agressões físicas, até que, em certo momento, Zeca sofreu uma queda no meio da multidão que buscava proteção e, uma bomba estourara sob seu corpo, resultando es estilhaços pelo seu corpo e a amputação de um dedo da mão esquerda (MAIA, Nilton. Bomba da polícia assassina os sonhos de Zeca. *Folha da Semana*. Rio de Janeiro, p. 16, 25 de dez. a 1º de jan. de 1965).

no debate político e o papel do intelectual em fornecer os instrumentais necessários para essa luta; isso, para que o jovem pudesse exercer a resistência consciente de sua ação e não simplesmente estagnar permanentemente no estágio da rebeldia, que segundo Konder, não possuía legitimidade política alguma (CZAJKA, 2015, p. 113, 128).

É neste ponto que Poerner se localiza, juntamente com seu livro, pois resgatou todos os fatos e os ordenou temporalmente. O jornalista Arthur Poerner para alcançar o público pretendido por ele necessitava colocar sua obra em evidência, colocá-la no mercado. A representação social de intelectuais, como Poerner, no âmbito da cultura – através de suas publicações, fosse na forma de livros ou no seu ofício de jornalista – viu-se atrelada à estrutura de mercado. O crescimento do número de publicações durante a primeira metade da década de 1960 deveu-se, sobretudo, a esse aspecto sócio-político importante: o fortalecimento de espaços de debates – aqui expresso pela editora Civilização Brasileira que publicou a obra em questão – a fim de dar continuidade aos projetos outrora propostos no interior de instituições desmanteladas pelo golpe. Por outro lado, havia o aspecto sociocultural que permitiu fazer daqueles espaços o “lugar” da discussões e debates antes em curso (CZAJKA, 2010, p. 104). Portanto, o livro de Poerner trouxe consigo a característica de fomentador de um debate até aquele momento pouco explorado. Contudo, o valor de uma instituição estava garantido na sua existência concreta e na sua atuação efetiva na sociedade; um livro, uma revista ou um jornal representa esse valor no processo de recepção dos seus leitores, não à toa o livro recebeu censura já na sua publicação.

É nesse ponto que Konder entra no mérito da função social dos intelectuais – uma preocupação que afligia não somente o autor, mas todo conjunto da intelectualidade de esquerda que se via num processo complexo de organização das *formações culturais* de oposição e a sua inserção no espaço público ou no mercado. Konder, nesse caso, não se preocupava com essa inserção, mas com a maneira pela qual os intelectuais deveriam contribuir para a orientação (como agentes de uma vanguarda revolucionária) daqueles que, na segunda metade da década de 1960 promoviam mudanças significativas nas estruturas políticas e culturais da sociedade brasileira, a saber, os estudantes (CZAJKA, 2015, p. 113, 128, grifo do autor).

Esta preocupação de Konder a qual Czajka se refere em seu artigo ainda pode ser observada nos parágrafos finais do texto publicado pela RCB.

Poerner não se atenta para as mesmas preocupações de Konder, ao menos isso não acontece em seu livro. *O Poder Jovem* exhibe um caráter panfletário por parte de um

jovem jornalista, opositor ao regime instituído em 1º de abril de 1964 e entusiasta do ME. Pode-se até mesmo afirmar que ele não se expõe ao conflito nem explicita uma crítica, colocando-se em conformidade com tudo aquilo que representa o “homem cordial”. Uma hipótese é a de que o próprio Poerner, situado no contexto, do qual o livro é sintoma, não tenha sido capaz de enfrentar as contradições presentes no movimento estudantil. Sua intenção era apenas dar voz, visibilidade e convocar para a luta um setor que esteve mobilizado na resistência ao regime militar. Este autor, tanto pelo livro quanto pela sua participação em projetos editoriais jornalísticos nos anos de 1960, inseriu-se numa rede de intelectuais opositores que naquele contexto contribuíam sistematicamente nos debates de assuntos pertinentes ao Brasil.

É inquestionável que o referido autor não se preocupou em pôr em perspectiva as ações de resistência dos estudantes, contribuindo, assim, para que estas ações, bem como seu livro sejam reificados, manipulados ainda hoje para a criação de um personagem com poderes intrínsecos, capazes de transformações dentro e fora das universidades. Portanto, *O Poder Jovem* consagrou, intermediado pelas interpretações e utilizações que fizeram dele, um novo personagem “tipologizado” e mitificado do pensamento brasileiro, o jovem estudante.

Ainda hoje o livro escrito por Arthur Poerner na década de 1960 encontra ressonância e amparo dentre membros da UNE, haja vista a utilização de uma memória de combatividade e o uso político do passado com a finalidade de dar coesão à entidade. No intento de reconstruir a identidade da UNE entre 1978 e 1979, Angélica Müller (2010, p. 206) assevera que: “O resgate da ‘memória’ da entidade, nesse momento, serviu de respaldo para revalorização da UNE. Serviu também como uma estratégia de definição da nova identidade do movimento através da memória⁸⁵. Müller ainda atesta para a decisiva influência que Arthur Poerner e *O Poder Jovem* tiveram nos folhetins e revistas surgidos de DCEs e CAs, no anos 1980, remontando a história da UNE.

Considerado a “Bíblia” do movimento estudantil – inclusive em pronunciamentos de militantes atuais – decorrer de 2014 – da UNE em eventos das efemérides dos cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964 – Poerner descreve “de forma a enaltecer os agentes do movimento” e exalta o ME, “reafirmando que a UNE e os estudantes são ‘possuidores de um projeto nacional e progressista que, ao longo da história do país, sempre se fez presente’” (POERNER, 1979, p. 207).

⁸⁵ Müller faz referência a RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000.

Alberto Saldanha de Oliveira (2005), conclui sua tese seguindo ao encontro das ideias de Müller e das hipóteses aqui lançadas acerca dos “tipos e mitos”. Escreve este autor:

A afirmação da UNE e o relato sobre sua trajetória ao longo das várias gerações, em particular o construído por Arthur Poerner, foi se construindo em um mito político. O relato de “O Poder Jovem” munuiu várias gerações de lideranças estudantis de argumentos materiais e simbólicos, capazes de reforçar o sentimento de identidade e ‘pertencimento’ a uma ‘idade de ouro’. A ‘reconstrução’ feita por Poerner demonstra que o projeto histórico da UNE guarda ‘um modelo exemplar’, a defesa dos interesses ‘nacionais, populares e democráticos’.

Essa ideia de uma “idade de ouro” é reforçada por Poerner ao encerrar o capítulo em que trata dos efeitos do AI-5 sobre o movimento estudantil. De acordo com Poerner, o “Poder Jovem” foi reduzido ao silêncio pela ditadura ou em alguns casos desencadeado o processo de luta armada entre os estudantes. E conclui:

[...] fenômeno grave para todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas posições políticas, por haver representado o trágico sacrifício de uma geração heroica e idealista – talvez a melhor e a mais completa das gerações com que o País contou em toda a sua História de quase meio milênio (POERNER, 1979, p. 307).

Esses indícios que possibilitam uma interpretação das abordagens à obra *O Poder Jovem* e de seu autor sob a perspectiva formulada por Ianni a despeito da manifestação dos tipos e mitos no pensamento brasileiro, merecem uma análise aprofundada, sobretudo quando a utilização desses tipos ou dos mitos direcionam-se ao “esvaziamento político” de fatos que se julga pouco relevantes.

3.4 – Lei Suplicy de Lacerda e Acordos MEC-USAID: O “AI-2” do movimento estudantil

Este subtítulo faz uma analogia ao assunto abordado no primeiro capítulo sobre a influência do AI-2 entre os intelectuais. Para o caso do movimento estudantil o que se observa é que a Lei Suplicy de Lacerda – nº 4.464, de 09 de novembro de 1964 – afetou diretamente sua organização e cerceou a autonomia das entidades estudantis e da UNE, que passara à ilegalidade desde as primeiras horas do golpe de 1º de abril. Portanto, ao aproximar o AI-2, os intelectuais, a Lei Suplicy de Lacerda e os estudantes, faz-se possível traçar os paralelos entre a forma como a repressão agiu entre esses dois núcleos de resistência ao regime, além de centralizar a figura de Arthur Poerner, que circulava

entre os dois referidos núcleos, num caso por intermédio da *Folha da Semana* e noutro por meio do livro *O Poder Jovem*.

Apesar de se tratar de um tema que se refere basicamente ao movimento estudantil, portanto tomando como fonte a obra *O Poder Jovem*, também nos pautaremos em notícias sobre a questão estudantil e editoriais que abordavam o mesmo tema presentes na *Folha da Semana*, sobretudo do período dirigido por Poerner.

A Lei Suplicy de Lacerda, de autoria do ministro da educação do governo Castelo Branco, cujo nome fora transpassado à lei, Flávio Suplicy de Lacerda, resultou da fixação dos governos militares em interferir na autonomia universitária e dispersar os estudantes retirando deles as agremiações de representação, que faziam, por sua vez, a conexão dos discentes com os reitores e com os governos – estadual e federal. Na opinião de Arthur Poerner ao abrir um subcapítulo de seu livro, descreveu da seguinte maneira a relação entre governo ditatorial e universidade:

O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia numa “solução”: o “tratamento de choque” – como diria o sr. Roberto Campos – para “acabar com a subversão”. [...] Para que esse objetivo geopolítico do “mundo ocidental-cristão” fosse alcançado, e eternizado na celestial “*pax americana*” descrita por Otto Maria Carpeaux, valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das uniões estaduais e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país, onde ela começava a se capacitar para o fornecimento de técnicos, pesquisadores e cientistas indispensáveis a um desenvolvimento nacional independente. Toda essa repressão era favorecida pela indulgência plenária que entre si distribuíam os cruzados do combate ao comunismo (2004, p. 202).

Observa-se na passagem do livro de Poerner, que a importância concedida aos supostos riscos de infiltração comunista no Brasil e, da inevitabilidade disso ser combatido. Fato é que, o próprio ministro Suplicy de Lacerda, em pronunciamento no V Fórum Universitário, ocorrido em outubro de 1964, salienta a questão do combate à infiltração comunista entre estudantes, dizia ele que:

A revolução comunista só se fará pela Universidade inautêntica. Os comunistas têm bem ciência desta meridiana evidência, e sabem melhor ainda do que nós que há dois meios infalíveis, que se

empregam em separado ou em conjunto, para fazer surgir da Universidade o Estado comunista: a massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime (MEC, 1964).

O discurso final foi do então presidente Castelo Branco, que fez referência aos estudantes e sua provável vulnerabilidade. Alegava o presidente, ter conhecimento “que, em tal movimento [estudantil], existem setores vinculados à subversão. Cumpre localizá-los e detê-los”(MEC, 1964) e, repassava essa obrigação aos professores, afirmando que “é indispensável contar-se com a integral colaboração dos professores. Os alunos, por circunstâncias diversas, podem errar; os seus mestres, no entanto, jamais podem fazê-lo” (MEC, 1964).

Iniciava-se, no campo educacional, a construção de um aparelho repressivo que fosse capaz de conter o inimigo interno e externo, por meio de uma “ação repressiva do Estado na luta de classes” (CHAUÍ, 2000, p. 41), que se adiado ou desprezado poderia interferir no desenvolvimento capitalista no país⁸⁶. Esta ideia pode ser melhor elucidada ao pensar que a criação de uma lei que restringia as atividades estudantis e subordinava os estudantes às regras impostas pelo ministro Suplicy de Lacerda, somado às decretações de Atos Institucionais, que reprimiam setores específicos da sociedade, sobretudo onde havia resistências, sistematizava o aparelho repressivo e circunscrevia o que viria a se tornar, de acordo com Gusson (2008, p. 17) a “Doutrina de Segurança Nacional”. Este conceito formado por Maria Helena Moreira Alves, seria o motor que moveria o “Estado de Segurança Nacional”, no qual o Brasil havia se tornado após o golpe de 1964. A ideia de “Estado de Segurança Nacional” era formado por um tripé composto por: Doutrina de Segurança Nacional, criação do inimigo interno e externo e, a dialética entre Estado e oposição. Com a utilização da Doutrina de Segurança Nacional, o projeto excludente de desenvolvimento e modernização conservadora, que atendia o interesse de uma minoria da sociedade, passou a ser aceito pela maioria da população (GUSSON, 2008, p. 10). Logo, o regime se utilizou disso para projetar para toda a sociedade o perigo iminente que representava o comunismo em qualquer que fosse a esfera social.

⁸⁶ Chauí (2000, p. 41) explica que: “A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas)”.

Com base no trecho transcrito de Poerner e dos discursos do ministro Suplicy de Lacerda e do presidente Castelo Branco, no que se referia à universidade, ao movimento estudantil e aos professores, concordamos com Sanfelice (1986, p. 86) quando ele afirma:

O governo que havia estabelecido uma revolução e por decreto colocou-se como fundador da universidade brasileira, saneador de ideias e disciplinador dos homens. Tudo isso, sempre proclamando um só objetivo: evitar a revolução comunista e resolver o que considerava o problema real do país, ou seja, o aumento da produtividade através da técnica aplicada à produção. A história veio mostrar, entretanto, que enquanto pretensos fundadores da universidade brasileira, os governos militares se revelariam, em verdade, apenas os modernizadores autoritários daquela instituição; como saneadores das ideias, se constituiriam nos patrulheiros ideológicos dos mais reacionários, e, enquanto disciplinadores de homens, se tornariam especialistas na repressão.

A lei Suplicy de Lacerda, pretendia, na realidade fazer com que o Ministério da Educação obtivesse o controle do movimento estudantil, transformando-os em apêndices deste ministério, também visava, por conseguinte, o esvaziamento e a extinção da UNE. Para isso, destruía a autonomia e representatividade do movimento estudantil, interferia e modificava suas entidades em todos os escalões e, vetava a liberação de verbas.

Dessa maneira, seguindo o Artigo 2º da Lei nº 4.464, a UNE seria substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), e as uniões estaduais, pelos diretórios estaduais (DEEs). Também seriam criados o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em cada universidade, e o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior.

A Lei Suplicy repassava ao Conselho Federal de Educação ou ao Ministério da Educação a possibilidade de convocação do DNE, ferindo o direito de autonomia e os princípios de funcionamento de uma entidade de representação. Assim, conforme o Artigo 10, parágrafo segundo:

O Diretório Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

O parágrafo terceiro era ainda mais incisivo, conforme a passagem que segue:

O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministério da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

Sobre a possibilidade do DNE e dos diretórios estaduais ficarem sob a tutela do Ministério da Educação e do ministro Suplicy de Lacerda, por meio das eleições marcadas para 07 de janeiro de 1966, a *Folha da Semana* estampou como uma das principais matérias da edição nº 17 – 23 a 29 de dezembro de 1965 – a seguinte notícia: *Suplici (sic) tem um bilhão para tentar corromper líderes estudantis* (p. 9). O texto informava que:

O Sr. Flávio Suplici (sic) de Lacerda tem uma verba de Cr\$ 1 bilhão destinada a subornar estudantes e criar pelegos estudantis, com vistas à formação do Diretório Nacional dos Estudantes, entidade que o Ministério da Educação sonha ver criada no dia 7 de janeiro, em substituição à União Nacional dos Estudantes.

A mesma notícia informava sobre a persistência do ministro Suplicy de Lacerda em subornar estudantes quando às vésperas de eleições. O mesmo caso havia acontecido em agosto de 1965, quando houve eleições para as diretorias dos centros acadêmicos, contudo o empenho do ministro fora em vão visto os 87% de votos contrários as propostas da Lei.

A matéria causou indignação no ministro Suplicy de Lacerda, que informou que processaria o jornal *Folha da Semana* e seu diretor Arthur Poerner por calúnia. Na edição nº 19 – de 06 a 12 de janeiro de 1966 – uma nota informava: *Suplici processa a “Fôlha” e o “XI”* (p. 13), o “XI” dizia respeito ao Centro Acadêmico XI de agosto, presidido por Helio Navarro. O texto dizia que Suplicy de Lacerda “enviou representação ao Ministro da Justiça” solicitando que a *Folha da Semana* respondesse criminalmente pela publicação da matéria.

A Lei Suplicy simbolizava, a garantia permanente da “limpeza da área onde se tramava plantar os Acordos MEC-Usaid”⁸⁷ (POERNER, 2004, p. 213). Estes acordos

⁸⁷ USAID (United States Agency for International Development), criado no período da guerra fria, este órgão norte-americano tinha como objetivo assessorar países subdesenvolvidos. “Agência norte-americana para o desenvolvimento internacional, agência bilateral responsável pelas reações estabelecidas entre os EUA e os países periféricos, que contribuiu decisivamente na ordenação, regulação e concretização de parte da retórica da aliança para o progresso, construindo as decisões quanto às doações e empréstimos em favor dos países periféricos e realizando um novo ajuste entre os países capitalistas” (PINA *apud* SOLANGE, 2008, p. 1).

entre o Ministério da Educação – surgidos ainda na gestão de Suplicy de Lacerda – e a USAID, representaram um momento importante na política de desnacionalização e desestatização do ensino brasileiro em todos os níveis. Poerner (2004, p. 217) comenta que, a fim de mapearem e realizarem as sondagens preliminares, chegaram no Brasil as primeiras missões norte-americanas, compostas por grupos de “supostos técnicos em planejamento educacional”.

As orientações para a “modernização” do ensino superior brasileiro se pautaram, a partir de 1965, pelos estudos realizados pelo professor norte-americano Rudolph Atcon⁸⁸, intitulado *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira* (PINA, 2008, p. 3). Neste relatório, Atcon defendia que o planejamento educacional tinha de ser dirigido às necessidades do mercado. Há uma passagem do relatório que sintetizava os estudos de Atcon, nela se lia que, “para que a reformulação ocorresse a universidade deveria se libertar de todas as malhas do estado, ter autonomia plena para se desenvolver enquanto empresa privada” (ATCON *Apud* CUNHA, 1988, p. 139).

Na *Folha da Semana* já se debatia sobre a presença norte-americana⁸⁹ no sistema educacional brasileiro em fins de 1965. Na semana entre os dias 23 e 29 de dezembro daquele ano, na edição nº 17, Poerner escreveu um editorial intitulado *A “ajuda” americana* (p. 2), e nele apontava os limites e interesses da USAID em sua infiltração na educação brasileira. Poerner criticava as alianças do governo brasileiro com a USAID e alertava que “essa ajuda representa, acima de tudo, uma ajuda aos próprios norte-americanos, que não só vendem as suas mercadorias como alugam os seus serviços”. O primeiro acordo assinado entre o MEC e a USAID no âmbito do ensino superior datou de 23 de junho de 1965, e dizia respeito a reforma da universidade (SANTANA, 2007, p. 100), assim, o primeiro, por mais sigiloso que tivesse sido – e de fato, foi – assim como os demais (POERNER, 2004, p. 218) deu uma base para a crítica que Poerner desferiu naquele editorial, pois ao seu final o autor fez uma síntese do que estava ocorrendo na educação brasileira.

⁸⁸ De acordo com Arthur Poerner (2004, p. 218): O mais famoso dos Acordos MEC-Usaid seguiu a orientação prescrita no Relatório Atcon, que surgira, em 1958, com o pomposo título de Anteprojeto de Concentração da Política Norte-americana na América Latina na Reorganização Universitária e sua Integração Econômica. Elaborado pelo misterioso personagem de nacionalidade norte-americana, o professor Rudolph P. Atcon, o relatório, após ser rebatizado de *The Latin American University*, passou a ser adotado como linha mestra da atuação da Usaid no campo educacional da região”.

⁸⁹ Ressalta-se que uma das características da linha editorial deste semanário, como apontado no segundo capítulo, era o caráter anti-imperialista de seus editores, jornalistas e colaboradores em geral. As críticas à presença dos EUA em diversos países subdesenvolvidos eram constantemente noticiadas ou debatidas nos editoriais, não importando quem fosse o diretor responsável.

Assim aclarada a ajuda, ficam claros muitos dos problemas ultimamente surgidos, inclusive no Brasil com os programas da USAID. Por exemplo, o contrato de firmas dos Estados Unidos para serviços de assessoria e fiscalização perfeitamente realizáveis, e mais baratos, por firmas brasileiras. O fornecimento obrigatório de máquinas norte-americanas quando existem no Brasil similares. A realização de estudos técnicos por organizações especializadas dos Estados Unidos, em detrimento de organizações nacionais devidamente aparelhadas. Em síntese, a ajuda nada mais é que um bom negócio.

Os demais acordos para o ensino superior foram justamente implementados em alguns pontos abordados por Poerner. Um deles datado de 24 de junho de 1966, de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio e proposta de reformulação das faculdades de Filosofia do Brasil; e outro de 30 de junho de 1966, propondo assessoramento para a modernização da administração universitária.

A reação contra as medidas repressivas da Lei Suplicy e dos acordos entre MEC e USAID não ficaram restritas ao ME, como veremos, sobretudo através d'O *Poder Jovem*. Ela também contou com a defesa do ensino público e das manifestações estudantis, por parte dos intelectuais da *Folha da Semana*.

O semanário passou, a partir de 1966, a denunciar a implantação de anuidades⁹⁰ em universidades federais de alguns Estados, projeto defendido pela cúpula do governo Castelo Branco – Roberto Campos, Ministro da Economia e Suplicy de Lacerda. Abordava-se também a ausência de vagas para candidatos que haviam prestado vestibular⁹¹, as perseguições⁹² aos estudantes e as manifestações que eles vinham realizando.

Em 1966, a mobilização dos estudantes ganhou um novo fôlego com a luta empreendida contra o governo ditatorial e tudo que ele representava, como a restrição às liberdades individuais e infiltração norte-americana em amplos setores da vida nacional. Tomando como referência as nossas duas fontes – jornal e livro –, das quais Arthur Poerner fora responsável, nota-se que a compreensão do autor sobre as passeatas passou por uma modificação pontual, mas importante para nossa percepção das interpretações que Poerner tinha enquanto diretor da *Folha da Semana* e posteriormente como escritor

⁹⁰ Edição nº 26, de 03 a 09 de março de 1966, na reportagem *Cobrança de taxas é primeiro passo da “escalada” para abolir ensino público superior* (p. 12).

⁹¹ Edição nº 27, de 10 a 16 de março de 1966, no editorial “*Queremos estudar*” (p. 2). Edição nº 28, de 17 a 23 de março de 1966, na reportagem *Medicina lidera luta contra anuidades* (p. 4) e *Eles querem estudar (mas o governo não deixa)* (p. 16).

⁹² Edição nº 28, de 17 a 23 de março de 1966, no editorial *Estudantes perseguidos* (p. 2), no qual se comenta sobre a saída de Suplicy de Lacerda e entrada de Aleixo, no MEC.

de *O Poder Jovem*. Na edição 29, que cobriu as passeatas estudantis de março de 1966, o título da matéria era *Estudantes levam às ruas a bandeira da liberdade* (pp. 4, 5); no livro lançado em 1968, a informação sobre os mesmo eventos dizia que “1966, ano importantíssimo na história do movimento estudantil brasileiro, que partiu da temática das liberdades democráticas para a denúncia da intervenção norte-americana” (POERNER, 2004, p. 241).

Em trechos relevantes da reportagem do periódico, lia-se que:

Em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e, agora, na Guanabara, os estudantes vão para as ruas manifestar a sua inconformidade com a política educacional de Castelo Branco e reclamar a volta do País à legalidade democrática e constitucional. Longe de atemorizar a juventude acadêmica, as violências policiais em Belo Horizonte tiveram a virtude de despertar a indignação dos moços e de temperar a sua vontade de resistir à mentalidade oficial que pretende silenciá-los para manter a opressão sobre o povo brasileiro (p. 4).

A notícia também mencionava a solidariedade entre os estudantes de diferentes Estados brasileiros e a luta dos diretórios acadêmicos de algumas universidades contra as medidas da Lei Suplicy.

Na edição seguinte do jornal – nº 30, de 31 de março a 06 de abril de 1966 – o editorial escrito por Poerner, levou um título semelhante ao subcapítulo de seu livro, na parte sobre as passeatas de março, o editorial intitulava-se *A lição dos estudantes* (p. 2) e do livro *As lições das passeatas* (p. 241). O editorial trazia muito das características que Poerner assumiu ao escrever o livro, um entusiasmo muito grande pelas manifestações estudantis. Em certa altura do texto o autor enaltecia os estudantes e mostrava o que se podia aprender a partir das passeatas.

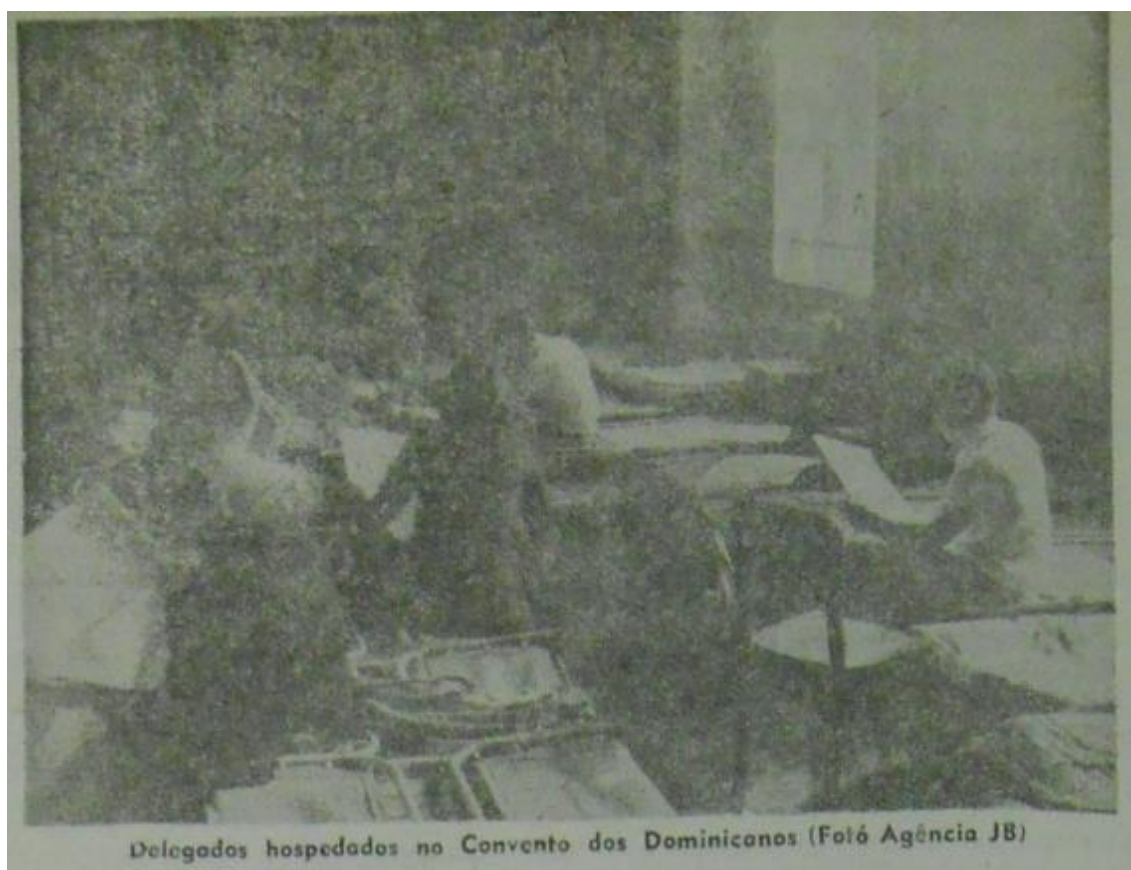
Os estudantes que hoje saem à rua continuam uma tradição. Abertos ao sentimento de justiça social, à renovação e à solidariedade, estão sempre prontos a encabeçar os grandes movimentos nacionais, seja em defesa da soberania da Nação, seja em favor das reformas estruturais, seja pela restauração da democracia e do direito. E nisso, eles, estudantes, com a força de seu desprendimento e de sua esperança, ensinam (p. 2).

No embalo desses acontecimentos estava marcado para acontecer em Belo Horizonte, no dia 28 de julho, o 28º Congresso Nacional de Estudantes. O congresso aconteceu, apesar da proibição decretada pelo governo federal e pelo temor de uma invasão policial à igreja de São Francisco. Poerner, em seu livro, relata em detalhes

como se procedeu o congresso e a eleição da nova diretoria da UNE. Na *Folha da Semana*, Anderson Campos também disponibilizou um espaço considerável para explicar como tudo ocorrera⁹³.

O congresso contribuiu na mobilização, que em setembro, reuniu aproximadamente cinquenta mil estudantes, em todo o país, contra o projeto das anuidades nas universidades. As passeatas de setembro de 1966, levaria ao evento que ficou conhecido como “massacre da praia vermelha” e marcaria o dia 22 de setembro, como o Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura⁹⁴.

IMAGEM 8: “A UNE venceu”, com a foto dos estudantes alojados numa igreja de Belo Horizonte durante o 28º Congresso Nacional de Estudantes.



⁹³ Edição nº 47, de 28 de julho a 03 de agosto de 1966, *Violência policial para barrar congresso da UNE* (p. 5) e *A UNE e o governo* (p. 5). A edição seguinte – nº 48, de 04 a 10 de agosto de 1966 – trouxe uma reportagem completa sobre o congresso, intitulada: *A UNE venceu* (pp. 08, 09).

⁹⁴ Na *Folha da Semana*, encontra-se as seguintes reportagens ou editoriais sobre os eventos citados: *Estudantes se erguem em todo o país contra o terror de Castelo* (p. 11), nº 54, de 18 a 21 de setembro de 1966; *A voz dos moços* (p. 2), *A dez dias da eleição Castelo não sabe se vai ou se fica* (p. 3), *Profetas desarmados* (p. 5) escrito por Paulo Francis, *Estudantes na hora da resistência* (pp. 7, 8, 9, 10), nº 55, de 22 a 28 de setembro de 1966; *A lição das ruas* (p. 2), *O massacre da praia vermelha* (p. 8, 9), nº 56, de 29 de setembro a 05 de outubro de 1966; *UNE contra a reforma do governo* (p. 8, 9), nº 60, de 27 de outubro a 02 de novembro de 1966.

FONTE: Arquivo pessoal das edições da *Folha da Semana*⁹⁵.

⁹⁵ A UNE VENCEU. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, p. 8, 04 a 10 de ago. 1966

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como foi pensada este trabalho, localizou o jornalista Arthur José Poerner como elemento central, portanto, como objeto da pesquisa. A importância de Arthur Poerner ganha relevo ao notarmos sua posição de destaque nos anos 1960, pois ele se encontrava, de um lado, como interlocutor dos intelectuais – e ele mesmo era um desses intelectuais – e, de outro, como interlocutor dos estudantes, que se organizaram na resistência contra a ditadura.

Ao assumir a direção do jornal *Folha da Semana*, Poerner é projetado a condição de organizador de uma *formação cultural* que deu amparo, legitimidade e visibilidade a uma série de intelectuais que, após o golpe civil-militar de 1964, se viram alijados de suas instituições de representação e dispersados, com o fechamento desses antigos espaços.

A *Folha da Semana* foi, ao lado de outras publicações e casas editoriais da época, um dos núcleos que ajudaram a compor uma rede de intelectuais oposicionistas, que compartilhavam valores numa imprensa periódica voltada para análises e debates em torno das questões culturais, do mercado, do engajamento e da situação do intelectual num contexto de transformações da sociedade brasileira.

Amparada numa indústria cultural emergente nos anos 1960 e num mercado receptivo aos conteúdos de esquerda, a *Folha da Semana* marcou o segmento de publicações da primeira metade desta década, como o jornal alternativo de esquerda que perdurou por mais tempo. Ainda que, Poerner não tivesse ligação com o PCB, o conteúdo do semanário foi marcado pelas discussões dos principais temas culturais e políticos da época, que eram constantemente identificados como temas de esquerda ou comunista. Nas suas páginas escreveram, semanalmente, alguns reconhecidos intelectuais filiados ao PCB, contudo, o jornalista Arthur Poerner foi identificado como um intelectual liberal-progressista e, o mesmo caráter podemos atribuir para a *Folha da Semana*. Sua linha editorial privilegiou a defesa, sobretudo, da democracia e do anti-imperialismo dos EUA.

Esta importante fonte de pesquisa – *Folha da Semana* – sobreviveu às intempéries da repressão do governo ditatorial de Castelo Branco, durante quase dois anos, todavia sua notável resistência, assim como seu papel nessa mesma resistência num espectro mais amplo e, na articulação de intelectuais oposicionistas, necessitou ser compreendida por meio da atuação desses personagens a partir de suas filiações –

teóricas, políticas, institucionais – antes e depois do golpe de 1964, tal como buscamos fazer com Arthur Poerner. Assim, a *Folha da Semana* oferece uma gama de assuntos e intelectuais ainda pouco explorados nas Ciências Sociais e que, se estudados, nos favoreceriam na imperiosa tarefa de preencher lacunas na história da ditadura militar, resgatar memórias, fatos e personagens, que de algum modo, compuseram também a rede de intelectuais dos anos 1960, e as *formações culturais* que trabalhavam em defesa de valores, quer sejam nas esquerdas, quer sejam entre liberais-críticos, mas sempre numa frente de resistência cultural. Todos os nomes de colaboradores do periódico, citados neste trabalho, são objetos à parte que, se conhecidos mais a fundo dariam maior clareza a respeito da própria *Folha da Semana* e da composição das resistências culturais da década de 1960.

A partir de 1968, Poerner ganhou destaque entre os estudantes que lutavam contra a ditadura, desde os seus primeiros momentos, em 1964. O lançamento e, em seguida, a proibição de seu livro *O Poder Jovem* inseriu o jornalista no centro dos debates sobre o movimento estudantil. A própria União Nacional dos Estudantes (UNE) com os seus Centros Populares de Cultura (CPC) possibilitaram ao movimento estudantil uma articulação cada vez mais ampla no processo de formação de uma consciência política e de movimentos sociais, que eram propostas antes mesmo do golpe de 1964.

A obra de Arthur Poerner sobre a história do movimento estudantil se pautou em representações intelectuais que foram trazidas desde sua participação à frente da *Folha da Semana*, pois por meio do jornal eram feitas coberturas das manifestações estudantis e análises a seu favor. Portanto, a utilização de uma memória de combatividade por parte dos estudantes serviu de base para a escrita d'*O Poder Jovem* e, esta memória acabou se consolidando à medida que, a repressão sobre os jovens aumentava e, os estudantes tentavam se reorganizar. Portanto, *O Poder Jovem* foi fundamental para que se criasse um mito estudantil-juvenil, que servisse de aporte e identidade para a reorganização da UNE, nos anos 1980 e, que garantisse a hegemonia de uma memória construída duas décadas antes, para uma utilização política.

A indústria cultural e o mercado nutrido por ela entre os anos 1960 e 1970, se tornaram o pano de fundo de uma rede de intelectuais opositores que encontraram nela a superação da individualidade que é inerente ao seu trabalho, contudo sem precisar se deslocarem do campo de atuação por excelência do intelectual, o campo da cultura.

Assim, Arthur Poerner, intelectual, jovem e oposicionista esteve situado no interior da expansão do mercado editorial, sendo ele próprio, um agente dessa transformação. Isso se refletiu na consolidação de um público leitor/consumidor que, direta ou indiretamente, participou dos debates e integrou diversas *formações culturais* que fizeram oposição ao regime militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O Exercício Cotidiano da Dominação e da Resistência. O Estado de São Paulo e Movimento*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.
- AUGUSTO, Maria H.O. Retomada de um legado intelectual. Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 11-33, novembro, 2005.
- BARROS, Patricia Marcondes de. *Provocações Brasileiras: a Imprensa Contracultural Made in Brazil (1969-1974)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria do Ensino Superior. *A universidade e a revolução nacional*. Brasília, DF: MEC; Secretaria do Fórum Universitário, 1964.
- CASTRO, Thiago Bicudo. *Arthur José Poerner e as representações intelectuais de esquerda no movimento estudantil nos anos 1960*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- CASTRO, Thiago Bicudo. O Poder Jovem de Arthur José Poerner: Tipos e Mitos na Construção da Memória Estudantil. *Ponto-e-Vírgula*, PUC São Paulo, nº 17, 2015.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Para Ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: Os Editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2012.
- CODATTO, Adriano Nervo. O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas. *História: Questões e Debates*. Curitiba, nº 40, p. 11-36, 2004.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura. In: *Cultura e Sociedade no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: a luta pelas terras dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CZAJKA, Rodrigo. *Páginas de Resistência: Intelectuais e Cultura na Revista Civilização Brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CZAJKA, Rodrigo. *Praticando Delitos, Formando Opinião: Intelectuais, Comunismo e Repressão no Brasil (1958-1968)*. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: Projeto Editorial e Resistência Cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, UFPR, Curitiba, v. 18, nº 35, p. 95-117, fev. 2010.

CZAJKA, Rodrigo. O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a Formação das Esquerdas Culturais na Década de 1960. *Temáticas*, Campinas, v. 19, nº 37/38, jan.-dez. 2011.

CZAJKA, Rodrigo. A Batalha das Ideias: Resistência Cultural e Mercado Editorial Brasileiro da Década de 1960. In: ROXO, Marcos; SACRAMENTO, Igor (org.). *Intelectuais Partidos: Os Comunistas e as Mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

CZAJKA, Rodrigo. “A Hora dos Intelectuais”: Literatura, Imprensa e Engajamento no Brasil (1964-1967). *EcoPós*, v. 16, nº 2, mai./ago., 2013.

CZAJKA, Rodrigo. Do Pessach ao Quarup ou os impasses ideológicos na literatura do pós-golpe. In: DURÃO, Fábio Alckcerud; MUSSI, Daniela; MARANHÃO, Andreia Pagani. (Orgs.). *Marxismo: cultura e educação - contribuições do VII Colóquio Internacional Marx-Engels*. 1ª ed. São Paulo: Nankin, p. 113-128, 2015.

DURHAM, E. R. *O Ensino Superior no Brasil: Público e Privado*. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Data de acesso: 05/10/2014.

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. *O golpe de 64: Momentos Decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FILMER, Paul. A Estrutura do Sentimento e das Formações Sócio-Culturais: O Sentido de Literatura e de Experiência para a Sociologia da Cultura de Raymond Williams.

Tradução de: OLIVI, Leila Curi R. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, nº 27, 2009.

FORACCHI, Marialice. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

GASPARI, Hélio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Muad X, 2009.

GUARNIERI, Dayane Cristina. *As Justificativas em Torno do Governo Após o Golpe Civil-Militar (1964-968) por meio da Ótica do Periódico Jornal do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

GUSSON, Claudia M. *Movimento Estudantil e Repressão Judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2008.

HAGEMEYER, Rafael. *Movimento Estudantil 68: Imagens da Paixão*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (Sua História)*. São Paulo: Edusp, 2012.

IANNI, O. Tipos e Mitos do Pensamento Brasileiro. *Revista Sociologias*, UFRG, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 176-187, jan/jun, 2002.

JAGUARIBE, Helio. O ISEB e o Desenvolvimento Nacional. In. TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

KONDER, L. A Rebeldia, os Intelectuais e a Juventude. *Revista Civilização Brasileira*, n. 15, 1967.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o Debate Nacionalista nos Anos 1960: Um Projeto de Revolução Brasileira*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionário*. São Paulo: Lech, 1979.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: O Romantismo na Contramão da Modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACHADO, Ana Maria. Da Resistência à Transição: A Literatura na Encruzilhada. In. SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (orgs.) *Brasil: O Trânsito da Memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto. 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Movimento Estudantil e a Militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. Tese (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

MATIAS, G.R. Intelectuais como missão: revisitando Karl Mannheim. *Revista Urutágua*, Maringá, n.11, dez., jan., fev. mar., 2007.

MAUÉS, Flamarion. *Livros Contra a Ditadura: Editoras de Oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013

MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MAZZEO, Antonio C. *Sinfonia Inacabada: a Política dos Comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENDONÇA, Maria Gusmao de. *O Demolidor de Presidentes*. São Paulo: Códex, 2002.

MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a Encruzilhada Nacional. In. TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

MOREL, Edmar. *O Golpe Começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34. 2008.

MÜLLER, Angélica. *A Resistência do Movimento Estudantil Brasileiro contra o Regime Ditatorial e o Retorno da UNE à Cena Pública (1969-1979)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1. São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: Arte, Resistência e Lutas Culturais Durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1980)*. Tese (Livre-docência) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. O PCB e a Resistência Cultural Comunista (1964-1968). In. ROXO, Marcos; SACRAMENTO, Igor (org.). *Intelectuais Partidos: Os Comunistas e as Mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, João Alberto Saldanha de. *A UNE e o Mito do Poder Jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PINA, Fabiana. Acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968). *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

POERNER, Arthur José. O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Resenha de: CARPEAUX, Otto Maria. *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. *Revista Civilização Brasileira*. nº 19/20, p. 303-305, 1968.

POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: O Curto Ano de Todos os Desejos. In: *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 10, nº 2, out. 1998.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do Povo Brasileiro: Artista da Revolução, do CPC à Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e Romantismo Revolucionário. *São Paulo em Perspectiva*. v. 15, nº 2, 2001.

- RIDENTI, Marcelo. Artistas e Intelectuais no Brasil Pós-1960. *Revista Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 17, nº 1, p. 81-110, 2005.
- RODRIGUES, Mavi. *Michel Foucault Sem Espelhos: Um Pensador Proto Pós-Moderno*. 2006. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- RUBBO, Deni I. A. Intelectuais, “Romantismo Revolucionário” e Cultura Engajada no Brasil. *Revista Aurora*. Marília, Ano II, nº 3, dez. de 2008.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil. In. MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- SAID, Edward Wadie. *Representações do Intelectual. As Conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SANFELICE, José Luis. *O Movimento Civil-Militar de 1964 e os Intelectuais*. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, nº 76, p. 357-378, set./dez. 2008.
- SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2007.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política 1964 – 1969. In: *O Pai de Família e Outros Estudos*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- SEVES, Natalia Cabau. *Do Movimento Jornal ao Jornal Movimento: Um Ensaio de Jornalismo Integral Durante a Transição Política Brasileira*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo Branco à Tancredo (1964-1985)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- VIEIRA, Evaldo. *A Ditadura Militar: 1964-1985. Momentos da República Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.